

Estudos de Fundamentação Técnica

Volume 6 : SECTOR AGRO-FLORESTAL

Março de 2007

PROT



plano  
regional de  
ordenamento do  
território para a  
região autónoma dos  
**açores**

# Índice geral de volumes

## : Estudos de fundamentação técnica

Volume 1: Enquadramento estratégico

Volume 2: Demografia

Volume 3: Acessibilidades, transportes e logística

Volume 4: Infra-estruturas energéticas e comunicações

Volume 5: Actividades económicas

Volume 6: Sector agro-florestal

Volume 7: Coesão sócio-territorial

Volume 8: Estrutura e forma urbana

Volume 9: Habitação

Volume 10: Equipamentos colectivos

Volume 11: Património histórico-cultural

Volume 12: Gestão da água e saneamento ambiental

Volume 13: Conservação e gestão da natureza

Volume 14: Uso do solo

Volume 15: Defesa nacional e protecção civil

# Índice do volume 6

## : Sector Agro-Florestal

Sumário Executivo .....	12
1. Introdução .....	16
2. O clima, o solo, a ocupação do território, a água, a vegetação natural e os impactos ambientais.....	20
2.1. O clima e o solo .....	20
2.2. A ocupação do território .....	23
2.3. A água e a vegetação natural.....	25
2.4. Os impactos ambientais.....	27
3. Caracterização estrutural do sector agro-florestal.....	32
3.1. Importância na riqueza gerada, no emprego total e no território.....	32
3.2. O uso da terra.....	35
3.2.1. O uso da terra pelas explorações agrícolas .....	35
3.2.2. O uso florestal da terra .....	41
3.3. Efectivos animais nas explorações agrícolas .....	44
3.4. Agricultura biológica .....	51
3.5. Os sistemas de produção agropecuária .....	53
3.6. As produções das explorações agrícolas e os respectivos mercados.....	56
3.6.1. Índices de produtividade do sector agrícola .....	56
3.6.2. A produção do ramo agrícola.....	57
3.6.3. O leite de bovino.....	58
3.6.4. A carne de bovino .....	65

3.6.5. A diversificação .....	69
3.7. Turismo rural e outras actividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas .....	73
3.8. A floresta e a caça.....	76
3.9. A terra das explorações agrícolas .....	81
3.9.1. Número de explorações, SAU total e SAU média.....	81
3.9.2. Fragmentação das explorações.....	82
3.9.3. Formas de exploração.....	85
3.9.4. Tipos de exploração.....	86
3.9.5. A gestão dos baldios.....	87
3.9.6. O aumento da dimensão das explorações agrícolas e o emparcelamento.....	88
3.10. O trabalho das explorações agrícolas .....	90
3.10.1. A mão-de-obra agrícola e a população agrícola .....	90
3.10.2. O êxodo agrícola .....	96
3.11. O capital das explorações agrícolas e as infraestruturas de suporte .....	99
3.11.1. As máquinas, os equipamentos e as instalações .....	99
3.11.2. O investimento e o endividamento dos agricultores .....	103
3.11.3. As quotas leiteiras .....	104
3.11.4. As infraestruturas de suporte às explorações agrícolas.....	104
3.12. Os factores intermédios .....	106
3.13. A extensão agrícola e/ou rural.....	107
4. A Política Agrícola Comum .....	111
4.1. A Política Agrícola Comum na RAA.....	111
4.1.1. Cobertura das ajudas da PAC em 1999.....	111

4.1.2. Importância das ajudas do 1º pilar da PAC em 2000 .....	112
4.1.3. Ajudas directas, Poseima, IC's e MAA entre 2000 e 2004 .....	112
4.1.4. Montante e estrutura dos apoios da PAC em 2004 .....	115
4.1.5. Afecção do Prodesa .....	119
4.1.6. Afecção do Vitis.....	126
4.1.7. Afecção do LEADER+ .....	127
4.2. A Nova PAC .....	130
4.2.1. Características gerais da reforma e opções portuguesas.....	130
4.2.2. O RPU .....	130
4.2.3. Modulação e disciplina financeira .....	133
4.2.4. Condicionalidade e Pastagens Permanentes .....	134
4.2.5. A reforma e a OCM do leite .....	136
4.2.6. A reforma e a OCM da carne de bovino .....	138
4.2.7. O novo Poseima .....	140
4.2.8. O desenvolvimento rural .....	141
5. Os territórios e a estratégia de desenvolvimento.....	145
5.1. A sociedade em rede .....	145
5.2. Uma abordagem territorial .....	148
5.3. Equação, articulação, coordenação e implementação conjunta das políticas públicas sectoriais .....	150
5.4. As sub-regiões da RAA.....	151
5.5. O sector agro-florestal e a estratégia de desenvolvimento .....	155
5.5.1. Objectivos e medidas.....	155
5.5.2. Melhoria da competitividade .....	156

5.5.3. Melhoria do ambiente e da paisagem rural .....	161
5.5.4. Melhoria da diversificação económica e da qualidade de vida .....	163
5.5.5. Abordagem do tipo LEADER .....	164
6. Análise SWOT.....	165
6.1. Identificação de pontos fortes .....	165
6.2. Identificação de pontos fracos.....	168
6.3. Identificação de ameaças.....	171
6.4. Identificação de oportunidades .....	172
6.5. Capacidades de defesa e vulnerabilidades.....	173
6.6. Vantagens competitivas e reorientações necessárias .....	181
7. Conclusões .....	189
Referências .....	193
ANEXO.....	198

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Territórios e população residente na RAA .....	17
Quadro 2 – Territórios rurais em 2001 na RAA.....	18
Quadro 3 – Proporção do território abaixo dos 300 m de altitude.....	21
Quadro 4 – Repartição da superfície total das explorações agrícolas em 1999 .....	36
Quadro 5 – Variação 1989-1999 das superfícies das explorações agrícolas .....	37
Quadro 6 – Explorações agrícolas e efectivos animais em 1999 .....	45
Quadro 7 – Efectivos médios de bovinos e vacas leiteiras.....	48
Quadro 8 – Encabeçamento de bovinos .....	49
Quadro 9 – Distribuição das superfícies por tipos de cultura e por ilha, em hectares, à data de 31 de Dezembro de 2005 .....	51
Quadro 10 – Produções Preços médios do leite à produção na RAA e no Continente, ajuda à quota leiteira e preços dos principais produtos lácteos no Continente.....	63
Quadro 11 – Actividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas .....	73
Quadro 12 – Hóspedes na RAA e por ilha, em 2003 .....	74
Quadro 13 – Número de explorações agrícolas, SAU e SAU média, em 1999 .....	82
Quadro 14 – UTA na RAA em 1989, 1999 e 2003 .....	90
Quadro 15 – População agrícola na RAA.....	91
Quadro 16 – População agrícola que trabalhava na exploração por tempo de actividade na exploração, em 1999 na RAA.....	93
Quadro 17 – Produtores singulares e população agrícola familiar com actividade principal exterior à exploração .....	94
Quadro 18 – Produtores singulares com actividade principal remunerada exterior à exploração, por ilha, em 1999 .....	95

Quadro 19 – Número de tractores por cada 100 hectares de SAU .....	100
Quadro 20 – Número e tipo de equipamentos de ordenha.....	102
Quadro 21 – Explorações agrícolas que recorriam a ajudas da PAC e a subsídios correntes .....	111
Quadro 22 – Montantes por apoio da PAC na RAA em 2004 (milhões de €) .....	117
Quadro 23 – Pagamentos anuais efectuados no âmbito do Prodesa no período 2001 a 2005 (valores em milhares de euros).....	121
Quadro 24 – Repartição por rubrica do VA 2005 da despesa pública do Prodesa contratada por ilha no período 2001 a 2005 (totais em milhões de euros 2005) .....	125
Quadro 25 – Repartição por ilha dos pagamentos do Vitis no período 2004 a 2005..	126
Quadro 26 – LEADER+ por ilha no período 2002 a 27/7/2005 .....	128
Quadro 27 – O RPU e as opções de dissociação das ajudas em Portugal .....	131
Quadro 28 – Preços de intervenção da manteiga e do leite em pó .....	137
Quadro 29 – Ajudas às quotas leiteiras .....	138
Quadro 30 – Prémios aos bovinos antes da aplicação das opções de desligamento..	139



## Índice de Figuras

Figura 1 – Intensidade na aplicação de fertilizantes ao solo.....	30
Figura 2 – Cargas poluentes geradas com origem agropecuária.....	31
Figura 3 – Superfícies e Territórios .....	34
Figura 4 – Ocupação do solo pelas explorações agrícolas em 2003 .....	36
Figura 5 – Culturas temporárias em 2003.....	39
Figura 6 – Culturas permanentes em 2003 .....	40
Figura 7 – Distribuição da área florestal na RAA .....	42
Figura 8 – Peso da área florestal na área total (%) .....	42
Figura 9 – Estrutura da floresta na RAA .....	43
Figura 10 – Variação 1989-1999: Efectivos bovinos.....	46
Figura 11 – Variação 1989-1999: Vacas leiteiras.....	46
Figura 12 – Vacas leiteiras no efectivo bovino.....	47
Figura 13 – Índices de produtividade do sector agrícola .....	56
Figura 14 – Produção do ramo agrícola (2000) .....	58
Figura 15 – Volume de leite de vaca entregue nas fábricas .....	59
Figura 16 – Evolução do leite de vaca entregue nas fábricas por ilha .....	59
Figura 17 – Leite de vaca entregue nas fábricas por ilha em 2003 .....	60
Figura 18 – Produções de queijo, leite em pó e manteiga na RAA (2004, 2005).....	61
Figura 19 – Abate de Bovinos (toneladas de carcaça, 1990 a 2005) .....	66
Figura 20 – Saída de gado bovino vivo para o exterior da RAA por ilha .....	67
Figura 21 – Hóspedes Madeira serrada na RAA por espécie (m <sup>3</sup> ).....	76

Figura 22 – Classes de dimensão da SAU .....	84
Figura 23 – Blocos com acesso a caminhos públicos (%) .....	85
Figura 24 – Formas de exploração da SAU .....	86
Figura 25 – População agrícola familiar por tempo de actividade na exploração.....	93
Figura 26 – Estrutura etária dos produtores singulares.....	95
Figura 27 – Escolaridade dos produtores singulares .....	96
Figura 28 – Percentagem das explorações com tractores.....	99
Figura 29 – Explorações com instalações de ordenha no total de explorações com vacas leiteiras (%) .....	101
Figura 30 – Evolução das ajudas correntes da PAC (2002-2004) .....	114
Figura 31 – Estrutura dos apoios da PAC na RAA em 2004 .....	117
Figura 32 – Importância das ilhas por ajuda em 2004 .....	118
Figura 33 – Importância das ajudas por ilha, em 2004 .....	119
Figura 34 – Repartição do VA 2005 dos pagamentos do Prodesa por rubrica .....	122
Figura 35 – VA 2005 da despesa pública do Prodesa por ilha e rubrica.....	124
Figura 36 – Repartição da despesa pública do LEADER+ no período 2002 a 27/7/2005 .....	128
Figura 37 – Intensificação agropecuária e especialização em leite.....	152

## EQUIPA TÉCNICA

Domínios	Elementos da Equipa Técnica	Instituição
Núcleo de Coordenação (NC)	Prof. Doutor Paulo Pinho (Coord.)	FEUP
	Prof. Dr. António Manuel Figueiredo	Quaternaire Portugal
	Arqt. <sup>a</sup> Ana Barroco	Quaternaire Portugal
	Eng.º Artur Costa	Quaternaire Portugal
Núcleo de Gestão da Informação (NGI)	Dr. <sup>a</sup> Isabel Leal	Quaternaire Portugal
	Dr. Daniel Miranda	Quaternaire Portugal
Apoio à Participação Pública	Dr. Carlos Castro de Almeida	Ex-quadro da O.I.T.
<b>Especialistas Sectoriais</b>		
Acessibilidades, Transportes e Logística	Eng.º Faustino Gomes	TIS.pt
	Dr. Pedro Santos	TIS.pt
	Eng. <sup>a</sup> Fátima Santos	TIS.pt
Actividades Económicas	Prof. Dr. António Manuel Figueiredo	Quaternaire Portugal
	Prof. Doutor Mário Rui Silva	FEP
	Mestre Hermano Rodrigues	SIGMA TEAM
	Dr. Paulo Alves	Quaternaire Portugal
Coesão Sócio-Territorial	Prof. Doutora Helena Santos	FEP
	Dr. <sup>a</sup> Lurdes Cunha	Quaternaire Portugal
Conservação e Gestão da Natureza	Prof. Doutor Paulo T. dos Santos	FCUP
	Mestre Nuno Cruz	FCUP
Defesa Nacional, Segurança e Protecção Civil	Coronel António Feijó Gomes	Instituto de Defesa Nacional
	Tenente Coronel Silva	Instituto de Defesa Nacional
Demografia	Dr. <sup>a</sup> Isabel Leal	Quaternaire Portugal
Desenvolvimento Rural	Prof. Doutor Leonardo Costa	Universidade Católica
Equipamentos Colectivos	Eng.º Artur Costa	Quaternaire Portugal
	Eng. <sup>a</sup> Joana Pinho	Quaternaire Portugal
Infra-estruturas Energéticas e de Comunicações	Prof. Doutor Pimenta Alves	INESC
	Prof. Doutor Manuel Matos	INESC
	Eng.º António Gaspar	INESC
Património Histórico e Cultural	Dr. José Portugal	Quaternaire Portugal
Gestão da Água e Saneamento Ambiental	Eng.º Sérgio Gonçalves da Costa	Universidade do Minho
Sistema Urbano	Prof. Doutor Paulo Pinho	FEUP
	Prof. Doutor Brandão Alves	FEUP
Urbanismo e Habitação	Eng.º Paulo Conceição	FEUP
	Arqt.º Ricardo Pereira	FEUP
	Arqt. <sup>a</sup> Ana Barroco	Quaternaire Portugal
Uso do Solo	Arqt. <sup>a</sup> Rute Afonso	Quaternaire Portugal
	Arqt.º Rui Figueiredo	Quaternaire Portugal

## Agradecimentos

O autor agradece o trabalho e empenhamento de Inês Lopes e de Daniel Miranda, colaboradores da Quaternaire Portugal. Inês Lopes compilou e tratou dados estatísticos aqui apresentados e elaborou o texto referente à caracterização da floresta. Daniel Miranda foi o responsável pelo tratamento cartográfico.

O autor agradece os comentários da Comissão Mista de Coordenação (CMC) do PROT Açores às fases I, II e III do trabalho realizado, os comentários do Deputado Europeu Doutor Paulo Casaca às fases I e II do trabalho realizado e a disponibilidade, empenho e contributos das entidades/individualidades entrevistadas na RAA (ver Anexo B), que muito enriqueceram o presente relatório.

O autor agradece ao Doutor Niza Ribeiro, da Agros, as referências, sugestões e contactos fornecidos e ao Doutor Pedro Pimentel, da Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL), todos os esclarecimentos prestados.

Por fim, o autor agradece à Engenheira Susana Sebastião, da Secretaria Regional da Agricultura e Floresta (SRAF), e ao Doutor Mário Freitas, da Secretaria Regional do Ambiente (SRA), os respectivos comentários a uma versão preliminar do presente relatório.

Qualquer erro e/ou omissão é da responsabilidade do autor. As posições assumidas no presente relatório apenas comprometem o autor.

## Sumário Executivo

No presente enquadramento legal (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território), os planos regionais de ordenamento do território têm como função principal definir o quadro estratégico para o ordenamento do território do espaço regional, em estreita articulação com as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento económico e social.

O presente relatório condensa, completa e revê o diagnóstico realizado ao sector agro-florestal no âmbito da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da RAA.

Apesar de existirem na RAA alguns pólos urbanos com uma certa dimensão (Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande), segundo os critérios da OCDE, a RAA é uma região significativamente rural, sendo que a maior parte das suas ilhas (com a excepção de São Miguel e da Terceira) constituem territórios predominantemente rurais. O desenvolvimento da RAA é, por definição, rural. Numa região rural como a RAA, o desenvolvimento e o ordenamento do território têm de integrar, forçosamente, as populações rurais e os espaços que estas habitam. A população rural tem de ser valorizada e qualificada. As profissões ligadas ao sector agro-florestal têm de ser dignificadas.

Ao contrário de outros sectores de actividade económica, o sector agro-florestal ocupa muito território, também na RAA. Tem por isso impactos significativos, positivos e negativos, no território da RAA. Por parte das autoridades regionais, têm existido esforços no sentido de controlar os impactos negativos do sector e de fomentar os seus impactos positivos, usando para o efeito os instrumentos à disposição da PAC. No futuro próximo, as regras e os instrumentos da nova PAC (condicionalidade, pagamentos Natura 2000, etc.) vão no sentido de contribuir ainda mais para os referidos controlo e fomento.

O esforço de modernização do sector agro-florestal nas últimas décadas tem sido notável e tem de ir mais além. Todavia, poderá haver lugar a algum reajustamento e/ou redireccionamento do investimento a realizar no sector. O sector pode e deve ter um papel determinante na estratégia de desenvolvimento regional a seguir. Para tal, o seu desenvolvimento não deve ser equacionado e implementado à margem do desenvolvimento dos outros sectores de actividade económica e/ou do desenvolvimento da região como um todo. Ou seja, o desenvolvimento de cada sector, incluindo o do sector agro-florestal, mais do que uma finalidade em si tem de ser encarado como um meio de suporte ao desenvolvimento da região. Isto é, deve fazer parte de uma estratégia coerente de desenvolvimento regional.

De forma a melhor servir os objectivos de desenvolvimento regional deverão ser definidas sub-regiões de interesse (comuns a todos os sectores). Por um lado, as referidas sub-regiões permitirão a articulação, a coordenação, a modulação e a implementação, com coerência intersectorial, das políticas públicas sectoriais. Por outro lado, poderão vir a constituir a base preferencial da governança e/ou do estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento (Grupos de Acção Local). Quaisquer que sejam as sub-regiões escolhidas, é importante estabelecê-las.

Do ponto de vista do sector agro-florestal, há várias sub-regiões possíveis e há três critérios fundamentais para o seu estabelecimento: i) A existência de pólos urbanos com alguma dimensão, pelas perspectivas de diversificação económica, oportunidades de emprego fora do sector e escoamento dos produtos do sector que a referida existência acarreta; ii) A forte presença de uma agricultura profissional; e iii) O grau de intensificação da produção agropecuária. Com estes três critérios na RAA existem duas sub-regiões de interesse: i) A sub-região A constituído por Terceira e São Miguel; e ii) A sub-região B constituída pelas ilhas mais pequenas (Graciosa, São Jorge, Corvo, Faial, Flores, Pico e Santa Maria).

Na sub-região A: i) São, fundamentalmente, maiores as oportunidades de emprego fora do sector agro-florestal; ii) A dinâmica do sector agro-florestal é maior, dada a forte presença de uma agricultura profissional; e iii) A produção agropecuária é (relativamente à sub-região B) mais intensiva. Na sub-região B: i) São,

fundamentalmente, menores as oportunidades de emprego fora do sector (com a excepção do Faial, onde a Horta pode oferecer algumas oportunidades de emprego fora do sector); ii) A dinâmica do sector agro-florestal é menor (com a excepção de São Jorge, onde há uma forte presença de uma agricultura profissional); e iii) A produção agropecuária é extensiva.

Globalmente, as hipóteses de diversificação económica são maiores na sub-região A do que são na sub-região B. Na sub-região B, a diversificação económica terá como principal esteio o sector agro-florestal. Aqui poderá fazer sentido a criação da figura 'Ilhas Com Vida', como estratégia alternativa, paralela, de valorização de produções locais extensivas e de pequena escala.

Na estratégia de desenvolvimento a seguir, quer para os modos de produção relativamente mais intensivos (particularmente presentes na sub-região A, na Terceira e em São Miguel) quer para os modos de produção extensivos (presentes nas duas sub-regiões, em todas as ilhas), a aposta deverá ser na Qualidade. Qualidade no sentido da diferenciação dos produtos do sector. Há vários factores que apontam para a superioridade de um modelo produtivo que aposte na Qualidade, apesar do seu maior grau de exigência a vários níveis, em particular, no que refere à inovação necessária na produção e comercialização dos produtos e à qualificação da mão-de-obra. O modelo garante um valor acrescentado unitário maior e também poderá garantir impactos ambientais negativos mais reduzidos. Isto é, no futuro, o modelo da Qualidade no sector poderá vir a contribuir mais para a coesão económica, social e territorial da RAA, para suportar uma estratégia de desenvolvimento sustentável da RAA, do que o presente modelo da Quantidade. É preciso dar tempo e condições para fazer uma transição sem sobressaltos, gradual, do modelo da Quantidade para o modelo da Qualidade.

O modelo da Qualidade requer um sistema articulado de aconselhamento técnico e de apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural muito forte. Tal sistema poderá evoluir a partir do sistema de aconselhamento agrícola imposto pela nova PAC, levando em conta a experiência já existente a este nível na região e tendo como suporte uma rede de pólos tecnológicos temáticos – leite, carne, diversificação,

floresta, turismo rural e da natureza – que envolva os serviços da administração regional, associações do sector, universidades e empresas que operem no complexo agro-florestal.

Do ponto de vista sub sectorial, no futuro, o leite vai continuar a ser uma mais valia importante para a região, nas duas sub-regiões, particularmente em São Miguel, na Terceira e em São Jorge. Todavia, no que refere à coesão económica, social e territorial da RAA, os contributos do leite vão ser cada vez menores, fenómeno acentuado pelo presente modelo da Quantidade. A carne vai também ser importante, particularmente na sub-região B, em ilhas como as Flores, o Pico e Santa Maria. A seguir vem a diversificação, com maiores possibilidades na sub-região A, onde se encontram os principais pólos urbanos consumidores. Por fim, a floresta.



## 1. Introdução

No presente enquadramento legal (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território), os planos regionais de ordenamento do território têm como função principal definir o quadro estratégico para o ordenamento do território do espaço regional, em estreita articulação com as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento económico e social. Assumem um carácter fundamentalmente programático e orientador. Visam a tradução espacial de uma estratégia de desenvolvimento regional.

O presente relatório condensa, completa e revê o diagnóstico realizado ao sector agro-florestal no âmbito da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da RAA. Para além da recolha, tratamento e análise de dados publicados (Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003, RGA 99, RGA 89, Contas económicas da agricultura, Anuário estatístico, Planos sectoriais da administração regional, etc.), foi realizada, como previsto, uma missão de 5 dias à RAA.

A missão decorreu entre os dias 12 e 16 de Setembro de 2005 e teve como objectivos: i) validar/corrigir o pré diagnóstico e a análise SWOT do sector agro-florestal no entretanto realizados; ii) auscultar as entidades/individualidades entrevistadas acerca do futuro do sector na RAA. Durante a missão, foram realizadas catorze entrevistas a entidades/individualidades implicadas com o sector agro-florestal na RAA. As entrevistas foram semi estruturadas, tendo como base o guião de questionário apresentado em anexo (ver Anexo A). Todavia, os entrevistados tiveram inteira liberdade de resposta. Isto é, as entrevistas fluíram naturalmente e, naturalmente, uns tópicos foram mais aprofundados do que outros em cada entrevista, de acordo com a formação, o interesse e a vontade manifestados pelos entrevistados. Em anexo (ver Anexo B) apresentamos a lista das entidades/individualidades entrevistadas.

O relatório incide mais sobre o sector agrícola do que sobre o sector florestal. Por um lado, o sector agrícola, em geral, e a produção de leite, em particular, tem sido, e continuará a ser no futuro próximo, determinante para o desenvolvimento da região.

Por outro lado, e apesar do seu potencial, os dados disponíveis até ao momento sobre o sector florestal regional são relativamente mais escassos.

Em pleno Oceano Atlântico, à latitude de 37 a 39,5N, as ilhas da Região Autónoma dos Açores (RAA) estão a uma distância do Continente europeu que se situa entre os 1304 km e os 1980 km, variando em dimensão territorial e populacional. Em 2001, a RAA tinha uma população residente total de 241763 habitantes dispersa por um território de 2322,2 km<sup>2</sup>, território esse fragmentado pelo Oceano Atlântico em 9 ilhas (ver Quadro 1).

**Quadro 1**  
: Territórios e população residente na RAA

Territórios	População Residente (1)	Km <sup>2</sup> (2)	(2)/(1)
	2001	2001	2001
<b>RAA</b>	<b>241763</b>	<b>2322,2</b>	<b>104,1</b>
Graciosa	4780	60,7	78,7
São Jorge	9674	243,7	39,7
Terceira	55833	400,3	139,5
Corvo	425	17,1	24,9
Faial	15063	173,1	87,0
Flores	3995	141,0	28,3
Pico	14806	444,8	33,3
Santa Maria	5578	96,9	57,6
São Miguel	131609	744,6	176,8

Fonte: INE, Censos 2001, Anuário Estatístico 2003

O Corvo, com 17,1 km<sup>2</sup> e 425 habitantes, é a ilha mais pequena, com a mais baixa densidade populacional (24,9 habitantes por km<sup>2</sup>). São Miguel, com 744,6 km<sup>2</sup> e 131609 habitantes, é a ilha maior, com a mais alta densidade populacional (176,8 habitantes por km<sup>2</sup>). Apesar de existirem na RAA alguns pólos urbanos com uma certa dimensão (cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande), segundo o Censos 2001, 51,6% da população vivia em lugares com menos de 2000 habitantes e 44,6% vivia em freguesias de densidade populacional inferior a 150 habitantes por km<sup>2</sup>. Ou seja, a RAA é uma região significativamente rural, sendo que a maior parte das suas ilhas (com a exceção de São Miguel e da Terceira) constitui território predominantemente rural (ver Quadro 2).

**Quadro 2**

: Territórios rurais em 2001 na RAA

Territórios	População em freguesias < 150 hab/km <sup>2</sup>		
	População Residente (1)	(2)	(2)/(1)
<b>RAA</b>	<b>241763</b>	<b>107813</b>	<b>45%</b>
Graciosa	4780	4780	100%
São Jorge	9674	9674	100%
Terceira	55833	18492	33%
Corvo	425	425	100%
Faial	15063	8599	57%
Flores	3995	3995	100%
Pico	14806	14806	100%
Santa Maria	5578	5578	100%
São Miguel	131609	41464	32%

Fonte: INE, Censos 2001 e OECD, 1994

Tendo em conta o acima exposto, o desenvolvimento da RAA é, por definição, desenvolvimento (de uma região) rural. Numa região rural como a RAA, o desenvolvimento e o ordenamento do território não podem e/ou devem ser feitos à margem da população rural. Os contributos do sector agro-florestal Açoriano, em particular da pecuária de leite, para o desenvolvimento regional, para a coesão económica, social e territorial da RAA, têm sido, até ao presente, muito significativos. Tudo indica que, no futuro, o leite vai continuar a ser uma importante mais valia para a região.

O relatório tem sete secções, incluindo a presente secção introdutória. Na secção subsequente procedemos à descrição do clima, do solo, da ocupação do território, da água, da vegetação natural e dos impactos ambientais do sector agro-florestal na RAA. Seguidamente procedemos à caracterização estrutural do sector. Depois descrevemos a incidência da Política Agrícola Comum (PAC) sobre o sector e as implicações da nova PAC que resultou da reforma intercalar de 2003 e do novo regulamento do desenvolvimento rural (FEADER). Em seguida, discutimos os territórios e as alternativas de desenvolvimento do sector que se colocam para o futuro. Posteriormente procedemos a uma análise (síntese) SWOT do sector. Por fim apresentamos as conclusões.

Os RGA 89 e o RGA 99, e também o Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003, constituíram fontes principais para a caracterização da evolução dos sectores agrícola e florestal na RAA. Do ponto de vista florestal, estes recenseamentos e inquérito apenas abarcam a floresta existente nas explorações agrícolas. As outras fontes de informação florestal foram o Plano de Desenvolvimento Sustentável da RAA e o Relatório do Estado do Ambiente de 2003. O Inventário Florestal, iniciado em 1998, ainda não está concluído.

Em 2001, o concelho do Porto tinha 263131 habitantes, mais 9% do que a RAA, num território de 41,5 km<sup>2</sup>, equivalente a 2% do território da RAA. Ou seja, a RAA tinha uma população residente menor que a do concelho do Porto num território muito mais vasto e fragmentado, pelo Oceano Atlântico.

A OCDE (OECD, 1994, Creating Rural Indicators For Shaping Territorial Policy) identifica comunidades rurais como tendo uma densidade populacional inferior a 150 habitantes por km<sup>2</sup>. A OCDE distingue três tipos de regiões: i) predominantemente rurais (mais de 50% da população vive em comunidades rurais); significativamente rurais (15 a 50% da população vive em comunidades rurais); predominantemente urbanas (menos de 15% da população vive em comunidades rurais). Pelo critério da OCDE, São Miguel e a Terceira são territórios significativamente rurais e as outras ilhas são territórios predominantemente rurais.

## **2. O clima, o solo, a ocupação do território, a água, a vegetação natural e os impactos ambientais**

### **2.1. O clima e o solo**

O clima da RAA é um clima atlântico moderado e caracteriza-se por temperaturas médias anuais da ordem dos 17°, por uma reduzida amplitude térmica anual (entre 14° e 22°) e diária, por precipitação (superior a 1000 mm de média anual) e humidade relativa elevadas e razoavelmente distribuídas ao longo do ano e por um ligeiro défice hídrico anual (SRAP, 2001, PDRu). No arquipélago, os níveis de precipitação e humidade relativa sobem de leste para oeste e, em cada ilha, da costa sul para a norte e com a altitude (SRAP, 2001, PDRu). A temperatura e a insolação descem com a altitude.

No que diz respeito à capacidade de uso do solo, 59% dos solos da RAA são classificados como não aráveis, 28% como aráveis (com potencialidade de uso permanente ou ocasional) e 13% como reserva natural (SRA, 2004, Relatório do Estado do Ambiente 2003). Há diferenças entre ilhas. Na Terceira 45% dos solos são aráveis enquanto que no Corvo apenas 5% o são. A maior parte dos solos da RAA são Andossolos. Tratam-se de solos originários de materiais vulcânicos como cinza, pedrapomes e escória basáltica, com uma elevada capacidade de retenção de água. Apesar de bem drenados desenvolvem-se em condições de humidade permanente, pois situam-se, geralmente, a cotas superiores a 350 m (DROTRH, 2001, Plano Regional da Água).

Tendo em conta as condições de clima e solo, é possível realizar a maior parte das culturas (milho, hortícolas, vinha, bananeira, etc.) abaixo dos 300 m de altitude, o nível tradicionalmente associado à terra arável.<sup>1</sup> Acima dos 300 m as possibilidades de diversificação cultural resumem-se às pastagens e à floresta (SRAP, 2001, PDRu), sendo que mesmo para estas culturas existem limitações.

O Quadro 3 ilustra a proporção do território abaixo dos 300 m de altitude. São Jorge, Flores, Corvo e Pico são as ilhas que apresentam menos de 50% do seu território abaixo da linha dos 300 metros. Todavia, mesmo em ilhas onde esta proporção é elevada, a fertilidade do solo pode constituir um entrave. Tal é o caso de Santa Maria (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas). Os mapas em anexo (ver Anexo E) ilustram a distribuição e proporção dos solos com maior capacidade de uso e as ocupações acima e abaixo da linha dos 300 metros e da linha dos 500 metros, em cada ilha.

**Quadro 3**  
: **Proporção do território abaixo dos 300 m de altitude**

Territórios	Abaixo da cota 300 m
<b>RAA</b>	50%
Graciosa	94%
São Jorge	30%
Terceira	56%
Corvo	45%
Faial	54%
Flores	33%
Pico	41%
Santa Maria	86%
São Miguel	53%

Fonte: SRAP, 2001, PDRu

Devido ao clima e às culturas predominantemente praticadas (pastagens permanentes e milho silagem), o regadio agrícola é praticamente nulo. Não se rega o milho na RAA. Apenas as hortas e os pomares são regados, no verão, com água da rede de abastecimento público. As utilizações agrícolas de água resumem-se, grosso modo, ao consumo de água pelos animais: 60 litros por CN dia, valores de tabela mencionados no Plano Regional da Água; ou valores mais elevados, segundo informações recolhidas

<sup>1</sup> Os ventos de Inverno/primavera tornam imprescindível a existência de abrigos (sebes vivas, muros de pedra).

no terreno.<sup>2</sup> De acordo com o referido Plano, apenas no Corvo a utilização agropecuária da água é superior a 50% das utilizações (DROTRH, 2001, Plano Regional da Água).

---

<sup>2</sup> Segundo informações recolhidas, nos dias quentes de verão um novilho pode beber 75 litros por dia e uma vaca leiteira o dobro (150 litros por dia). Apesar de estes não serem valores médios, os valores tabelados utilizados no Plano Regional da Água muito provavelmente constituem uma estimativa por baixo dos consumos de água pelos animais na RAA. As necessidades em água por animal têm vindo a crescer, dada a genética das vacas que tem sido importada. Uma vaca leiteira que produza 8000, 9000, 12000 litros ou mais de leite por ano (sistema da sedentarização) tem maiores necessidades em água do que uma vaca leiteira que produza 4000 litros de leite por ano ou menos (sistema da transumância). Existem estruturas de abeberamento no campo que funcionam como pequenos depósitos de recolha de água, sendo regularmente preenchidas com água da chuva que é relativamente bem distribuída ao longo do ano. Nos últimos anos têm sido construídos sistemas de abastecimento de água para abastecer perímetros de ordenamento agrícola. Ou seja, o consumo de água pelos animais não deve ser todo imputado à rede pública de abastecimento.

## 2.2. A ocupação do território

A história da ocupação portuguesa do território das ilhas dos Açores tem quase seiscentos anos. Terá sido o Infante D. Henrique quem *mandou achar as ilhas*, em 1427, e o seu primeiro donatário. O donatário fazia-se representar nas ilhas por capitães do donatário que administravam as respectivas capitánias (justiça, defesa, concessão de terras, etc.). Alguns capitães do donatário optavam por viver em Lisboa, fazendo-se representar nas ilhas por ouvidores. Em reacção ao poder quase absoluto dos capitães dos donatários, exercido directamente ou através dos seus ouvidores, os colonos reconstituíram as instituições municipais das suas cidades de origem no Continente e o rei introduziu a figura do corregedor. Em meados do século XVI, este sistema tripartido de poder estava estabelecido (Wikipédia, História dos Açores).

Entre 1439 e 1449 fez-se a colonização de Santa Maria e de São Miguel. Em 1450 começa a colonização da Terceira por Jácome de Bruges, nobre flamengo a quem o Infante D. Henrique concedeu a capitania da ilha. A capitania do Faial e do Pico foi entregue ao nobre flamengo Jobst van Hurter, ao qual a cidade da Horta deve o seu nome, tendo sido estas ilhas povoadas antes de 1466. Quanto às outras ilhas, a Graciosa foi povoada antes de 1510. São Jorge, Flores e Corvo devem as primeiras fases do seu povoamento ao nobre flamengo Willem van der Hagen (cujo nome foi aportuguesado para Guilherme da Silveira), que terá desembarcado no Faial em 1470 e que de lá terá saído para se encarregar das ilhas até então desertas (Wikipédia, História dos Açores).

Cada ilha da RAA tem o seu padrão de ocupação territorial distinto com impactos ambientais distintos. Em Santa Maria e São Miguel, as casas eram construídas onde o capitão do donatário consentisse, normalmente nas zonas mais pobres, menos acessíveis, onde menos prejudicassem, por vezes junto ao mar, outras vezes nos leitos das ribeiras. Na Terceira, a ilha foi repartida às tiras por colonos, tiras que se desenvolviam do mar até aos 400-500 metros de altitude. A localização das casas obedeceu a critérios ecológicos e de segurança. A estrada principal é um anel que une



os lugares e que, com algumas imprecisões, corresponde a uma linha ecológica abaixo da qual há défice hídrico (na costa norte, 0-50 m, e na costa sul, 0-100 m).<sup>3</sup> As casas foram assim construídas em locais onde menos estragassem as terras, afastados do mar, das tempestades e das incursões dos piratas.

A ocupação rural da RAA reflecte, grosso modo, a necessidade de proteger a produção agrícola e florestal. As casas foram localizadas onde menos prejudicassem essa produção. Todavia, as nove ilhas tiveram, historicamente, padrões diferentes de ocupação. A sociologia das pessoas é diferente assim como é diferente a forma como se relacionam com a terra. Nos últimos vinte anos, os impactos ambientais mais negativos do sector agro-florestal deram-se na Terceira e em São Miguel.

---

<sup>3</sup> Na Terceira, as pastagens desenvolveram-se para baixo da linha ecológica e para cima, para as áreas florestais.

## 2.3. A água e a vegetação natural

Pela sua posição geográfica e bioclimática, a RAA enquadra-se na região Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), constituído o extremo noroeste, mais fresco e mais húmido, da referida região.

O território da RAA compreende três pisos bioclimáticos com tipos de vegetação natural e semi-natural bem definidos: i) até aos 300 m de altitude, o piso da laurissilva húmida; ii) dos 300 aos 1000 m, o piso da laurissilva hiper-húmida; e acima dos 1000 m, o piso superior da montanha do Pico (Pena e Cabral citados em ISA, 1998, Territórios e Agriculturas).

Não existe um sistema vegetativo global da RAA. O elemento natural comum mais importante é a água, quer por excesso (nas partes altas, acima dos 300 m), quer por defeito (nas partes baixas, abaixo dos 300 m).<sup>4</sup> O outro elemento natural comum é o distúrbio (erupções vulcânicas, tufões tempestades, desfalcimentos desabamentos de terra, etc.).

Em altitude, há espécies da vegetação natural autóctone associadas aos grandes volumes de água. A vegetação natural das zonas altas da RAA não é só constituída por floresta. Acima dos 500 m de altitude existe tanta precipitação que é difícil encontrar floresta.<sup>5</sup> O encharcamento é enorme, há falta de oxigénio, as raízes das árvores têm dificuldades em sobreviver.<sup>6</sup> Há uma vegetação arbustiva e herbácea, com raízes

---

<sup>4</sup> Nas Ilhas Canárias terá demorado mais de 1000 anos a aparecer um coberto vegetal fechado sobre a lava. Na RAA, no Pico, em 400 anos a floresta terá ganho um porte de 8 m de altura. A diferença nos ritmos de desenvolvimento vegetativo é explicada pela, respectivamente, menor e maior abundância de água. As zonas altas das ilhas da RAA estão sujeitas a muita precipitação.

<sup>5</sup> Nas zonas altas das ilhas da RAA chove muito. Chegam a cair 12000 a 14000 litros de água. Todavia, a água nas zonas altas não resulta só das chuvas, também é recolhida nos nevoeiros, pelo contacto das massas de ar húmidas com a vegetação natural. Na Terceira, cerca de 3000 litros de água por ano é recolhida nos nevoeiros.

<sup>6</sup> Na RAA, há uma árvore nativa que consegue crescer nas condições de encharcamento das zonas altas. Trata-se do cedro do mato que, nestas zonas muito encharcadas (acima dos 500 m), tem a capacidade de conseguir transportar oxigénio para as suas raízes que se encontram na parte superficial sujeita ao encharcamento. É esta a árvore que se aguenta nas turfas altas de São Jorge. O cedro do mato é uma espécie protegida pela Convenção de Berna.

superficiais, adaptada às condições descritas. É frequente nas zonas altas dos Açores aparecerem turfeiras.<sup>7</sup>

A floresta autóctone na RAA está ajustada ao distúrbio. A floresta criou mecanismos para sobreviver em caso de distúrbio.

Até à entrada na União Europeia (UE) muitas zonas altas não foram ocupadas.<sup>8</sup> Por um lado, não havia tecnologia para entrar nestas zonas. Por outro lado, estas zonas tinham como função fornecer lenha e água. Os ecossistemas das zonas altas da RAA, as turfeiras, constituem aquíferos suspensos. A Rede Natura 2000 na RAA cobre a maior parte destas turfeiras e pode vir a constituir um instrumento importante da sua protecção (ver Anexo E).

---

<sup>7</sup> O Pico é uma excepção, pois é uma ilha forrada por camadas de lava contínuas até ao mar, com canais interiores por onde circulam autênticos rios. A seguir a uma chuvada a rocha seca e aquece muito. De um dia para o outro há défices hídricos brutais. As zonas altas recebem a água e transportam-na para baixo. A estrada do Estado Novo interrompeu estes rios de água. Da estrada para baixo as pastagens começaram a secar. Nesta lógica, há zonas com pastagens verdes (acima da estrada) e zonas com pastagens secas (abaixo da estrada). No Pico, a vegetação natural associada aos grandes volumes de água situa-se acima dos 1000 m.

<sup>8</sup> Na Terceira, no século XVI, os sapateiros foram proibidos de apanhar casca de faia para curtir as peles, porque ao fazê-lo matavam as árvores. Evitou-se a derrota das árvores nas zonas altas por causa da água.

## 2.4. Os impactos ambientais

A instalação de pastagens em áreas com declive bastante acentuado tem repercussões directas sobre o regime hidrológico (SRA, 2001, Estudo de caracterização e identificação das paisagens dos Açores). Na ausência de floresta, o relevo acidentado da parte alta da maioria das ilhas, as encostas íngremes e com ravinas, o clima ventoso e chuvoso potenciam a erosão.<sup>9</sup> No estudo desenvolvido pelo ISA (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas) afirma-se na página 47 'Com a expansão da área de pastagens em altitude, que acompanhou o crescimento do sector pecuário regional, extensas áreas de bacias hidrográficas foram arroteadas, com evidentes consequências negativas em termos de menor recarga dos aquíferos, aumento da erosão e risco acrescido de enxurradas. (...). De igual modo, o aumento das cargas instantâneas de pastoreio em situações de encosta, sobretudo em tempo chuvoso, contribuiu para a erosão dos solos de pastagem, a qual é perceptível nomeadamente na forma do terreno às 'escadinhas' e, em parte, a descoberto'.

Um segundo impacto ambiental prende-se novamente com a extensão da área de pastagens em altitude, sobre as turfeiras (ver Anexo E). A renovação das 'pastagens' nestas áreas, isto é, a arroteia das turfeiras, conduz à mineralização da matéria orgânica e ao desaparecimento das turfeiras, aumentando a velocidade de escoamento da água e a erosão.

Um terceiro impacto ambiental, relacionado com os dois primeiros, e com a adubação das pastagens, é o da eutrofização das lagoas. Ou seja, a erosão em altitude e o conseqüente arrastamento de sedimentos com fósforo através dos cones vulcânicos para as lagoas pode ser uma das causas da eutrofização destas.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Segundo informações recolhidas, no presente o corte de árvores é controlado pela Direcção Geral dos Recursos Florestais que tem de o autorizar. A autorização tem normalmente associada uma obrigação de replantação.

<sup>10</sup> A eutrofização das lagoas é motivada por um conjunto de causas, incluindo as naturais. A natureza difusa dos impactos das explorações agropecuárias torna difícil a avaliação dos referidos impactos. Ventura *et al.* (2006) e Santos *et al.* (2005) analisam o problema da eutrofização na Lagoa das Sete Cidades e na Lagoa das Furnas (São Miguel). Ventura *et al.* (2006) concluem que em

Um quarto impacto ambiental, relacionado novamente com os dois primeiros, é o acentuar das estações nas zonas baixas, existindo mais cheias, no Inverno, e secas mais prolongadas, no Verão, devido ao aumento do escoamento superficial da água no Inverno. Na ausência de vegetação, a água que cai no Inverno nas zonas altas das bacias em vez de se infiltrar e chegar lentamente às zonas baixas encaminha-se superficialmente, de imediato, e com velocidade acrescida para as referidas zonas. As cheias no Nordeste, em São Miguel, são, em parte, uma consequência do desaparecimento da turfeira gigantesca que era o planalto dos Graminhais.<sup>11</sup>

Um quinto impacto ambiental do sector agro-florestal prende-se com a redução da biodiversidade. Tendo em conta a localização da Rede Natura 2000 (ver Anexo E), a biodiversidade é maior nas zonas altas e nas zonas baixas e é menor nas zonas de média altitude. 'A laurissilva e as espécies a ela associadas encontram-se hoje fortemente ameaçadas pela expansão das pastagens em altitude, que reduziu a superfície original da chamada floresta de louro e cedro a apenas alguns núcleos, de maior ou menor dimensão, todos eles muito fragmentados por manchas arroteadas para pastagens ou por povoamentos de Criptoméria' (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas).<sup>12</sup> Em certas ilhas, São Miguel, Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, 50% das espécies dos ecossistemas naturais, identificadas no século XVIII, desapareceram. Na RAA, 40% das plantas endémicas (cento e trinta em trezentas)

---

ambas as Lagoas das Sete Cidades (Lagoa Azul e Lagoa Verde) e na Lagoa das Furnas o aumento das concentrações de clorofila a e de fósforo total e a diminuição do oxigénio dissolvido são preocupantes e estão na origem dos recentes desenvolvimentos explosivos de cianobactérias. Santos *et al.* (2005) afirmam que o processo de eutrofização tem sido potenciado pela 'existência de exploração agropecuária intensiva no seio das respectivas bacias'. Segundo informações recolhidas, as principais lagoas estão já classificadas como sensíveis e as suas zonas envolventes como vulneráveis. As restrições à actividade agrícola estão a começar a ser uma realidade. Algumas das lagoas têm planos de bacia aprovados. Estes planos estão a ser implementados e implicam reduções dos encabeçamentos das explorações agropecuárias. Ou seja, estão a ser feitos esforços importantes para controlar os potenciais impactos da exploração agropecuária no que refere à eutrofização das lagoas.

<sup>11</sup> Segundo informações recolhidas, também têm existido problemas nas Flores, em Santa Maria e no Pico. Nas Flores, apesar do encabeçamento ser baixo (0,66 CN por hectare de superfície Forrageira em 1999), os problemas terão começado quando as pastagens se estenderam sobre estes ecossistemas frágeis das zonas altas (turfeiras).

<sup>12</sup> A redução da biodiversidade associada à floresta de produção também pode ser problemática. As matas de Criptoméria são indicadas como um forte entrave à biodiversidade porque nos locais onde se instalam não permitem junto ao solo o desenvolvimento de outras espécies.

está em risco de extinção. A ilha do Pico é quem está mais bem preservada em espécies e a Terceira em ecossistemas.<sup>13</sup>

Um sexto impacto ambiental do sector agro-florestal tem a ver com a sedentarização dos sistemas de produção agropecuária, em particular da pecuária de leite, em zonas de média e baixa altitude, e a intensificação da sua produção. Atendendo à localização da Rede natura 2000 (ver Anexo E), as zonas de média altitude são, do ponto de vista da biodiversidade, menos problemáticas. Todavia, a intensificação pecuária associada ao sistema da sedentarização tem conduzido a um aumento do consumo de água por vaca (a genética das vacas permite-lhes produzir 8000, 9000, 12000 litros de leite ou mais por ano), a um maior consumo de rações, a uma maior adubação das pastagens, a maior produção de efluentes, à lixiviação do azoto no solo, à potencial contaminação inerente dos recursos hídricos e em última análise das águas costeiras. A condicionalidade das ajudas do 1º pilar da PAC irá controlar, pelo menos em parte, este impacto.

A Figura 1 ilustra a quantidade média de fertilizantes aplicados por hectare de Superfície Agrícola Útil (SAU). São Miguel e a Terceira apresentam os maiores níveis de aplicação de estrume animal e de adubos.

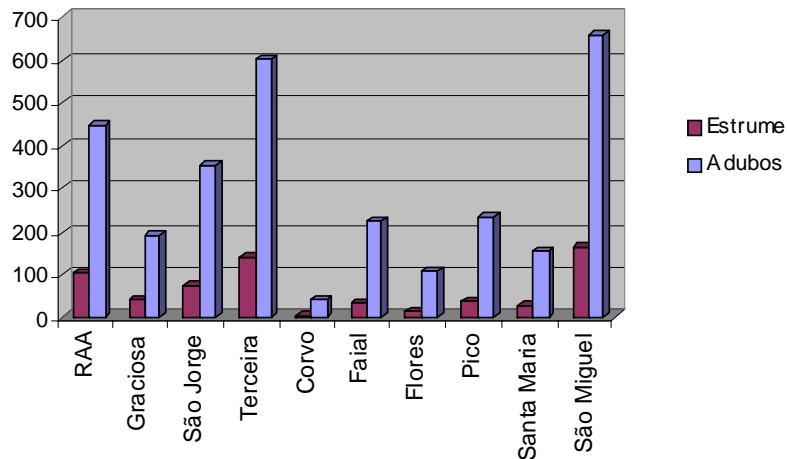
---

<sup>13</sup> Na RAA estão classificadas na Rede Natura 2000 15 Zonas de Protecção Especial (Directiva 'Aves' nº 79/409/CEE), com uma área total de 11805 hectares (5% do território da RAA), e foram classificados 23 Sítios (Directiva 'Habitats' nº 92/43/CEE), com uma área total de 28063 hectares (12% do território da RAA). Estas zonas concentram-se sobretudo em zonas costeiras e em zonas em altitude sem aptidão agrícola (MADRP, 2006, Plano Nacional Desenvolvimento Rural 2007-2013). As Directivas 'Aves' e 'Habitats' protegem espécies e ecossistemas para além das zonas classificadas na Rede Natura 2000. Segundo informações recolhidas, isto tem sido fonte de alguns conflitos, particularmente com a urze no Pico e em São Jorge onde tem constituído um forte entrave ao seu corte. As espécies protegidas são cerca de metade das espécies ameaçadas. O Governo Regional tem-se empenhado na protecção do Priôlo. Para além da Rede Natura 2000, existem áreas protegidas definidas no âmbito das competências regionais e que englobam as Reservas Naturais, as Reservas Florestais Naturais e as Paisagens Protegidas. Abrangem 31 locais e uma área de 68432 hectares, 29% do território insular (SRA, 2004, Relatório do estado do ambiente 2003). A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi recentemente reconhecida pela UNESCO.

**Figura 1**

: Intensidade na aplicação de fertilizantes ao solo

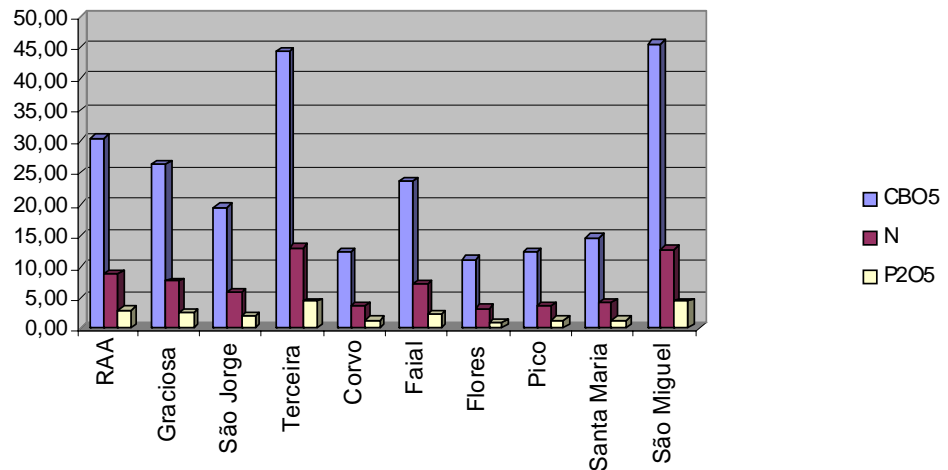
### Aplicação de fertilizantes (Kg ano por ha de SAU)



Fonte: DROTRH, 2001, Plano Regional da Água

A Figura 2 ilustra as cargas poluentes geradas pela pecuária: carga orgânica afluyente (CBO5), azoto (N) e fósforo (P2O5). São Miguel e a Terceira apresentavam, por km<sup>2</sup> dos seus territórios, as maiores cargas poluentes geradas de origem agropecuária. Os impactos da produção pecuária são mais visíveis em São Miguel e na Terceira (DROTRH, 2001, Plano Regional da Água), onde o encabeçamento bovino é maior.<sup>14</sup> Nas outras ilhas o encabeçamento está, em termos relativos, controlado, pela ajuda à extensificação do 1º pilar da PAC, pela ajuda agroambiental à extensificação do 2º pilar da PAC e/ou pelas indemnizações compensatórias do 2º pilar da PAC.

<sup>14</sup> Segundo o Plano Regional da Água (DROTRH, 2001, Plano Regional da Água), valores acima de 1,4 CN por hectare de superfície forrageira indicam uma forte pressão pecuária (ver Figura 37, adiante). Este último valor é o limiar para atribuição da ajuda à extensificação do 1º pilar da PAC.

**Figura 2****: Cargas poluentes geradas com origem agropecuária****(toneladas ano por km<sup>2</sup>)**

Fonte: DROTRH, 2001, Plano Regional da Água

Acima identificamos os impactos ambientais mais negativos do sector agro-florestal na RAA. A importância dos diversos impactos é diferenciada e a sua quantificação no presente requer aprofundamento de estudos, até pelo esforço recente que tem sido realizado pelas autoridades regionais, no sentido do controlo dos referidos impactos. Acresce que o sector agro-florestal também pode ter impactos positivos sobre o território da RAA. Isto é, pode prestar serviços ambientais à RAA, facto sustentado pelos pagamentos agroambientais do 2º pilar da PAC previstos no FEADER.



### 3. Caracterização estrutural do sector agro-florestal

#### 3.1. Importância na riqueza gerada, no emprego total e no território

Em 2001, o sector agro-florestal era responsável por 7,3% da riqueza gerada (VAB) e por 21,3% do emprego total<sup>15</sup> valores muito superiores aos do todo nacional que eram respectivamente 3,4% e 9,2%. Se acrescentarmos as indústrias agro-alimentares e as indústrias florestais (complexo agro-florestal) o peso em termos de riqueza gerada e emprego na RAA era ainda maior.<sup>16</sup>

Apesar da tendência ser, com o desenvolvimento e a modernidade, a agricultura, a floresta e mesmo o complexo agro-florestal perderem importância relativa na riqueza gerada e no emprego total, estes sectores continuam a dar contributos importantes para estes dois agregados, no presente, na RAA.<sup>17</sup> Em 2003, 53674 pessoas constituíam população agrícola familiar (INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003), cerca de 22% da população residente na RAA em 2001 (INE, 2002, Censos 2001). Este valor é substancialmente superior ao valor correspondente do todo nacional que era 10%. Da população agrícola familiar, 34993

<sup>15</sup> Os dados são do INE (INE, 2002, Contas Económicas). Note-se que as cerca de 24300 pessoas empregadas no sector em 2001 não tinham de constituir necessariamente população activa nem de estarem empregadas a tempo inteiro no mesmo. Parte destas pessoas tinha actividade principal noutros sectores, constituindo população activa desses outros sectores. As 25700 pessoas empregadas no sector em 1999 correspondia um total estimado de Unidades de Trabalho Agrícola (UTA, equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano) de 15934 UTA (INE, 2000, RGA 99). Segundo dados do Eurostat citados pela DGAgri, em 2001 o sector na RAA era responsável por 14,6% do emprego total (DGAgri, 2003, Agricultural Situation in Portugal).

<sup>16</sup> Segundo o PDRu (SRAP, 2001, PDRu), na RAA a actividade agrícola em conjunto com a do sector agro-industrial era responsável por cerca de 20% do produto ou riqueza gerada e ocupava cerca de um terço da população activa, sendo que, isoladamente, a população activa agrícola era mais de 30% na Graciosa, em São Jorge e no Corvo.

<sup>17</sup> Ao contrário dos outros sectores de actividade, o emprego na agricultura silvicultura e pesca tem sido em Portugal contra cíclico (Bonfim e Neves, 2002, Comportamento Cíclico da Economia Portuguesa: 1953-1995). Ou seja, a transição do emprego no sector para outras actividades intensifica-se em períodos em que as condições económicas são mais favoráveis e vice-versa. No caso da RAA, e até pela sua expressão em termos de emprego, o sector é claramente uma âncora em situações de crise económica.

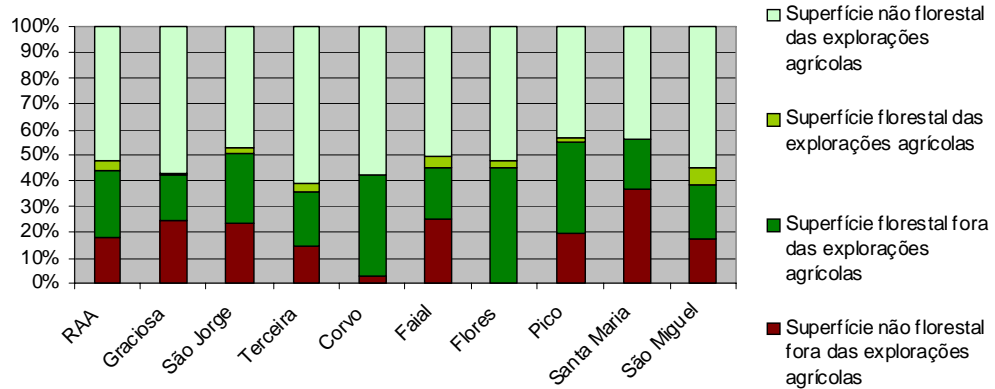
peças (65% da referida população, 14% da população residente na RAA em 2001) trabalhava algum tempo, por pouco que fosse, nas explorações agrícolas (INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003). Ou seja, quase um em cada quatro habitantes da RAA vivia em agregados familiares com explorações agrícolas e quase um em cada sete habitantes da RAA trabalhava nessas mesmas explorações agrícolas.<sup>18</sup>

A tendência também é, com o desenvolvimento e a modernidade, a agricultura e a floresta continuarem a ocupar muito território, persistindo por isso ou mesmo acentuando-se os seus enormes impactos (positivos e negativos, ambientais, de saúde pública e culturais) sobre esse mesmo território. A Figura 3 ilustra o peso da superfície agro-florestal no território da RAA e de cada uma das ilhas.

---

<sup>18</sup> Ainda segundo o RGA 99, das 68340 pessoas que constituíam a população agrícola, 44700 pessoas trabalhavam algum tempo nas explorações agrícolas, um total estimado de 12212 UTA familiares, 77% do total estimado de 15934 UTA. A taxa de utilização da população agrícola que trabalhava nas explorações era de 0,27 UTA por indivíduo, taxa inferior à verificada no todo nacional (0,42 UTA por indivíduo).

**Figura 3**  
: Superfícies e Territórios



Fonte: INE, 2000, RGA 99, INE, 2003, Anuário Estatístico da RAA 2003, DRA, 2003, PRDSRAA.

Em 1999, a área agro-florestal (superfície total das explorações agrícolas<sup>19</sup> mais a superfície florestal fora das explorações agrícolas) ocupava 82% do território da RAA, atingindo os valores mais altos no Corvo (97%) e nas Flores (100%)<sup>20</sup> e o valor mais baixo em Santa Maria (63%). A maior parte da superfície florestal estava fora das explorações agrícolas.

<sup>19</sup> A Superfície Total das explorações agrícolas inclui a Superfície Agrícola Utilizada (SAU), a Superfície Florestal, a Superfície Agrícola Não Utilizada e Outras Formas de Utilização de Terras, nas explorações agrícolas.

<sup>20</sup> Nas Flores, a soma das componentes da área agro-florestal ultrapassava o território da ilha (109%). Neste caso assumiu-se a área não florestal fora das explorações agrícolas como sendo zero e ajustaram-se as componentes da área agro-florestal de modo a que a soma coincidissem com a dimensão do território da referida ilha.

## 3.2. O uso da terra

### 3.2.1. O uso da terra pelas explorações agrícolas

Em 2003, existiam 16191 explorações agrícolas na RAA (19230 explorações em 1999), com uma Superfície Total (ST) de 161026 hectares (131027 hectares em 1999) e uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 142054 hectares (121308 hectares em 1999), respectivamente, 69% (57% em 1999) e 61% (52% em 1999) do território da RAA (INE, 2000, RGA 1999; INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003). Ou seja, de 1999 para 2003 houve uma significativa diminuição do número de explorações agrícolas e um assinalável acréscimo da ST e da SAU das explorações agrícolas no território da RAA. A verificarem-se estas tendências<sup>21</sup>, o acréscimo das superfícies das explorações sugere a sua expansão em altitude<sup>22</sup>, muito provavelmente, em associação com o aumento verificado da produção física total de leite na RAA.

A Figura 4 ilustra a repartição da superfície total das explorações agrícolas em 2003.<sup>23</sup> Em 2003, na RAA, 88% da superfície total das explorações agrícolas era SAU e 79% da superfície total das explorações agrícolas (88% da SAU) era prados e pastagens permanentes. A área de floresta das explorações agrícolas (7%) era mais do triplo da área de culturas permanentes (2%) e um pouco inferior à área de terras aráveis (8%). As outras áreas das explorações, que incluem a superfície agrícola não utilizada, representavam 4% da superfície total das explorações agrícolas. O domínio dos prados

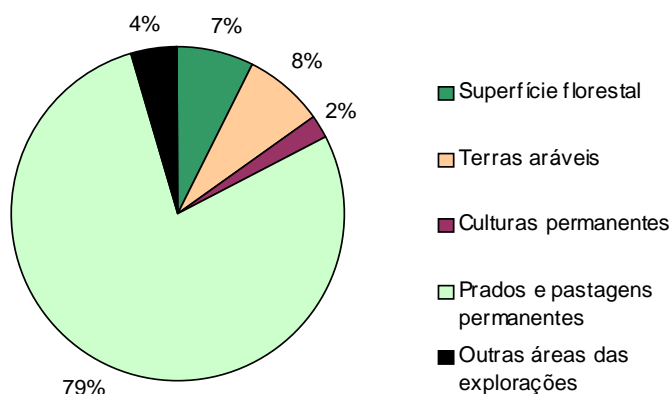
<sup>21</sup> Segundo a SRAF, o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) terá referido que a fiabilidade dos resultados do Inquérito à estrutura das Explorações Agrícolas 2003 não é grande, devido à grande diminuição da amostra de explorações agrícolas. O INE terá procedido, posteriormente, a alterações dos dados, com base em estimativas. Os dados alterados não foram, todavia, oficialmente publicados. Esta é assim a informação oficial mais recente disponível, à data de elaboração deste relatório, pelo que, com as devidas reservas, não abdicamos de a utilizar. Acresce que o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 1997 padecia de problemas (talvez menores) mas similares.

<sup>22</sup> À partida, não vislumbramos outras áreas possíveis para expansão das explorações agrícolas. O aumento da área de floresta das explorações parece confirmar o facto (ver adiante).

<sup>23</sup> Em conjunto, terras aráveis, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes constituem a SAU.

e pastagens permanentes era (é) avassalador, constituindo um primeiro indicador da importância das actividades agropecuárias nas explorações agrícolas da RAA.

**Figura 4**  
: Ocupação do solo pelas explorações agrícolas em 2003



Fonte: INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003

O Quadro 4 ilustra, para a RAA e por ilha, os usos da terra das explorações agrícolas em 1999.

**Quadro 4**  
: Repartição da superfície total das explorações agrícolas em 1999

Superfícies	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
<b>1. Superfície total</b>	<b>131207</b>	3496	12118	25771	983	9472	8430	20315	4259	46364
<b>2. Superfície Florestal</b>	<b>7%</b>	1%	5%	5%	0%	7%	5%	5%	0%	11%
<b>3. Superfície Agrícola Utilizada</b>	<b>92%</b>	97%	94%	95%	100%	91%	95%	95%	99%	89%
3.1 Terras aráveis	9%	17%	6%	12%	2%	7%	2%	6%	5%	12%
3.2 Culturas Permanentes	3%	6%	1%	3%	0%	1%	0%	6%	2%	3%
3.3 Prados e pastagens permanentes	80%	74%	87%	79%	98%	83%	93%	83%	93%	74%
<b>4. Outras áreas das explorações</b>	<b>1%</b>	3%	1%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

Em 1999, a floresta era inexistente nas explorações agrícolas do Corvo e de Santa Maria, insignificante nas da Graciosa e atingia a sua máxima expressão em São Miguel (11%). As terras aráveis tinham uma expressão acima da média regional na Graciosa (17%), na Terceira (12%) e em São Miguel (12%). As culturas permanentes tinham

uma expressão acima da média regional na Graciosa (6%) e no Pico (6%). Os prados e pastagens permanentes eram predominantes na superfície total das explorações agrícolas de todas as ilhas, sendo a expressão mais baixa (74%) atingida na Graciosa e em São Miguel e a mais alta (98%) atingida no Corvo.

O Quadro 5 ilustra, para a RAA e por ilha, os usos da terra das explorações agrícolas em 1999 e a variação, no período inter censitário, desses usos da terra (tendo como referência as respectivas áreas em 1989).

#### Quadro 5

: Variação 1989-1999 das superfícies das explorações agrícolas

Superfícies	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
<b>1. Superfície total</b>	<b>1%</b>	6%	0%	-5%	-15%	-3%	-11%	4%	-9%	7%
<b>2. Superfície Florestal</b>	<b>-16%</b>	-53%	74%	-68%	12%	-24%	41%	-46%	-82%	55%
<b>3. Superfície Agrícola Utilizada</b>	<b>2%</b>	5%	-1%	6%	-15%	-2%	-13%	9%	-7%	3%
3.1 Terras aráveis	-6%	-24%	-34%	0%	-45%	-30%	-54%	-12%	-55%	13%
3.2 Culturas Permanentes	-23%	-25%	-1%	-20%	354%	-20%	-11%	-14%	-54%	-31%
3.3 Prados e pastagens permanentes	4%	18%	3%	9%	-14%	2%	-11%	13%	1%	3%
<b>4. Outras áreas das explorações</b>	<b>22%</b>	342%	-38%	28%	0%	121%	275%	-19%	-73%	101%

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

No período inter censitário, a área florestal das explorações agrícolas aumentou significativamente em São Jorge (+74%), nas Flores (+41%) e em São Miguel (+55%), aumentou no Corvo (de 0,67 para 0,75 hectares) e diminuiu nas restantes ilhas. As terras aráveis diminuíram em área em todas as ilhas, com as exceções de São Miguel (+13%) e da Terceira (onde não existiram alterações). As culturas permanentes diminuíram em área em todas as ilhas, com a exceção do Corvo (onde aumentaram de 0,39 para 1,77 hectares). Os prados e as pastagens permanentes aumentaram em todas as ilhas, com as exceções do Corvo (-14%) e das Flores (-11%).

O aumento da área de florestas das explorações agrícolas conjugado com o aumento da área de prados e pastagens permanentes parecem indicar uma expansão das

superfícies das explorações agrícolas em altitude.<sup>24</sup> De 1999 para 2003, a área florestal das explorações agrícolas aumentou 9% e a área de pastagens permanentes 19% (INE, 1990, RGA 89; INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas).

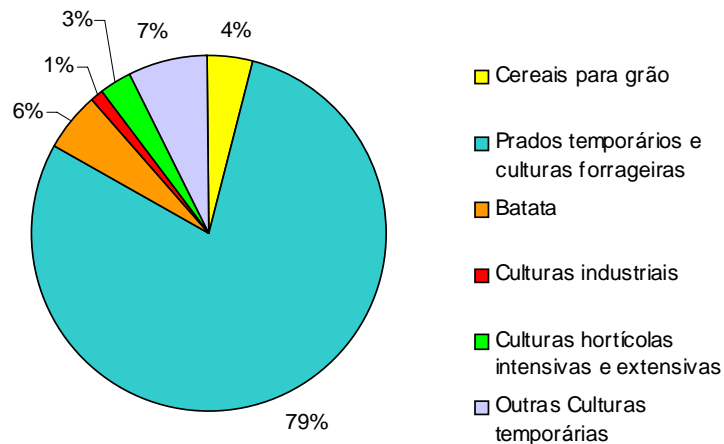
A Figura 5 ilustra a estrutura das culturas temporárias em 2003. O domínio dos prados temporários e culturas forrageiras, principalmente milho silagem e outras culturas forrageiras, é muito significativo. Em 2003, do total da área de culturas temporárias, a área de prados temporários e culturas forrageiras era 79% (76% da área de terras aráveis)<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Uma explicação alternativa seria a florestação de terras agrícolas. Todavia, num período de seis anos, de 2000 a 2005, existiram apenas 63 beneficiários desta medida na RAA (22 em São Miguel, 15 no Pico, 10 na Terceira, 9 no Faial, 5 nas Flores, 1 em São Jorge e 1 em Santa Maria). O valor bruto corrente dos pagamentos foi de 4,95 milhões de euros em seis anos. Ou seja, não nos parece que esteja no impacto desta medida a razão de ser do aumento da área de floresta nas explorações agrícolas.

<sup>25</sup> Em 1999, os prados temporários tinham desaparecido de todas as ilhas. Foram substituídos por culturas forrageiras mais intensivas. As áreas de milho silagem (cultura de primavera verão) e de outras culturas forrageiras eram respectivamente 51% e 30% do total da área de culturas temporárias (71% e 41% da área de terra arável). Todavia, face a 1999, em 2003 parece ter havido uma redução da intensificação da utilização (também forrageira) das terras aráveis. Em 1999, a área de culturas temporárias era superior em 40% à área de terras aráveis, o que denota a presença de culturas intercalares. Já em 2003, a área de culturas temporárias era cerca de 97% da área de terras aráveis.

**Figura 5**  
: Culturas temporárias em 2003



Fonte: INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003

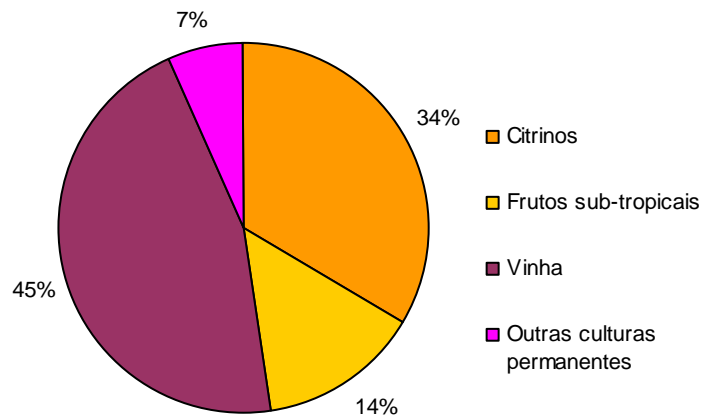
No período inter censitário, a área correspondente a prados e pastagens temporários e culturas forrageiras aumentou (+10%). Tal deveu-se essencialmente a um aumento da área de milho silagem (+63%) que compensou o desaparecimento dos prados temporários (-100%) e a diminuição das outras culturas forrageiras (-25%) no período em análise. A área de culturas hortícolas intensivas e extensivas também aumentou (+59%). Todas as outras áreas de culturas temporárias (batata, beterraba sacarina, tabaco, etc.) diminuíram. Em particular, a área de beterraba sacarina viu a sua importância reduzida em -34%.

Em 1999, as culturas hortícolas intensivas e extensivas existiam em todas as ilhas. Cerca de 65% da área de batata concentrava-se em São Miguel, correspondendo a 12% da terra arável Micaelense. A beterraba sacarina existia no Pico, no Faial e em São Miguel e o Tabaco no Pico e em São Miguel, situando-se a maior parte da área, em ambos os casos, em São Miguel. Em 1999, a beterraba sacarina representava 3% da terra arável Micaelense.



A Figura 6 ilustra a estrutura das culturas permanentes em 2003 na RAA.

**Figura 6**  
: Culturas permanentes em 2003



Fonte: INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003

Em 2003, as culturas permanentes representavam 2% da superfície total das explorações agrícolas da RAA. As áreas de vinha, citrinos e frutos subtropicais eram as mais importantes, representando 93% do total da área de culturas permanentes nesse ano.

Em 1999, Terceira, Pico e São Miguel concentravam, respectivamente, 19%, 31% e 34% (um total de 84%) da área total de culturas permanentes. Cerca de 48% da área de vinha da RAA localizava-se no Pico (72% da área de culturas permanentes desta ilha). Em São Miguel localizavam-se 44% da área de citrinos e 64% da área de frutos subtropicais (respectivamente 32% e 34% da área de culturas permanentes desta ilha).

Em resumo, o domínio dos prados e pastagens permanentes e das culturas forrageiras ilustra o predomínio das actividades agropecuárias nas explorações agrícolas da RAA. Este predomínio aumentou de 1989 para 2003. Tendo em conta a evolução das ocupações culturais, no período 1989 a 1999 houve uma intensificação das actividades pecuárias, uma intensificação forrageira da área de terras aráveis e a ocupação, pelas explorações agrícolas, de áreas florestais e de pastagens em altitude. Já no período 1999 a 2003, a intensificação forrageira das terras aráveis parece ter sido reduzida,

sendo que os dados sugerem a continuação da ocupação por parte das explorações agrícolas de áreas florestais e de pastagens em altitude.<sup>26</sup>

### 3.2.2. O uso florestal da terra

Em 2000, aproximadamente 70 mil hectares da superfície da RAA era florestal, o que correspondia a quase 30% do seu território.

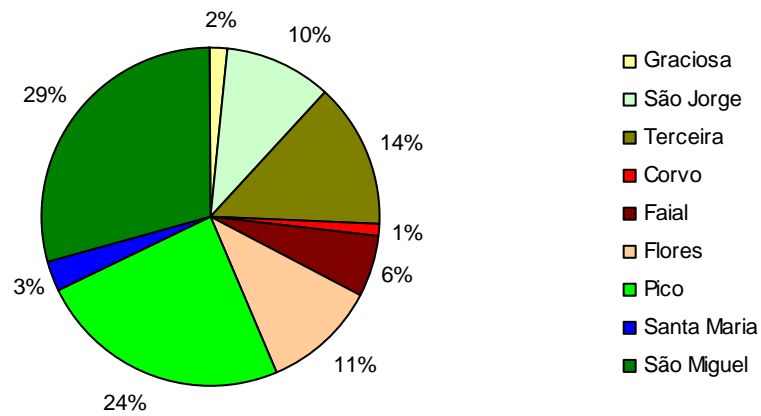
É nas ilhas de São Miguel e do Pico que se concentra a maior parte da área florestal açoriana (Figura 7). Todavia, ponderando a área florestal com a superfície total das ilhas, São Miguel tinha, em 2000, menos de 20% de superfície arborizada. Em compensação, as Flores, que não representava mais do que 10% da floresta da RAA, tinha a sua área ocupada em mais de 50% por floresta. No Corvo a proporção da área florestal era próxima de 40%. E assim sendo, o Grupo Ocidental de ilhas é, de facto, o mais arborizado (Figura 8).

Existem na RAA dois tipos de floresta que se distinguem pelas suas características: a floresta de protecção e a floresta de produção (Figura 9). A floresta de protecção representa 67% da área florestal e é composta por faias, floresta de laurifólias, floresta de ilex, zimbral e ericais, integra sites da rede Natura 2000 e/ou Reservas Florestais Naturais e situa-se quase exclusivamente em terrenos sob administração das entidades regionais.

---

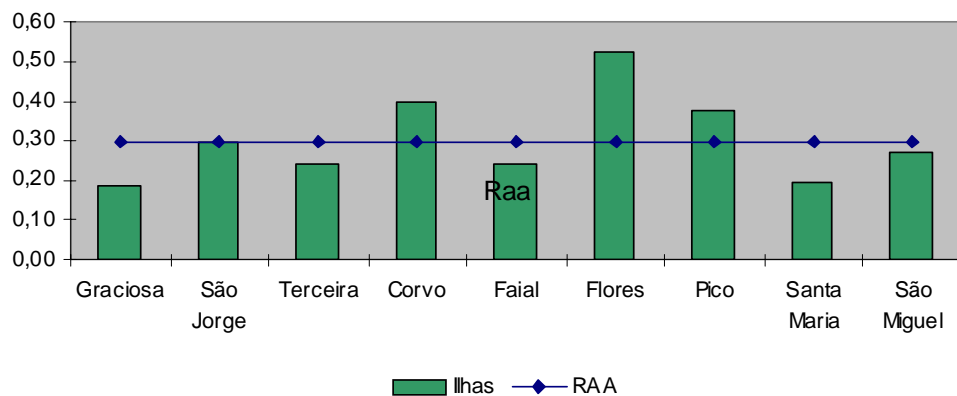
<sup>26</sup> A evolução de 1999 a 2003 não é de estranhar, se tivermos em conta a estagnação da economia mundial e a subida muito significativa do preço do petróleo (e consequentemente do preço das rações e do preço dos adubos).

**Figura 7**  
: Distribuição da área florestal na RAA



Fonte: Perspectivas para a sustentabilidade da RAA

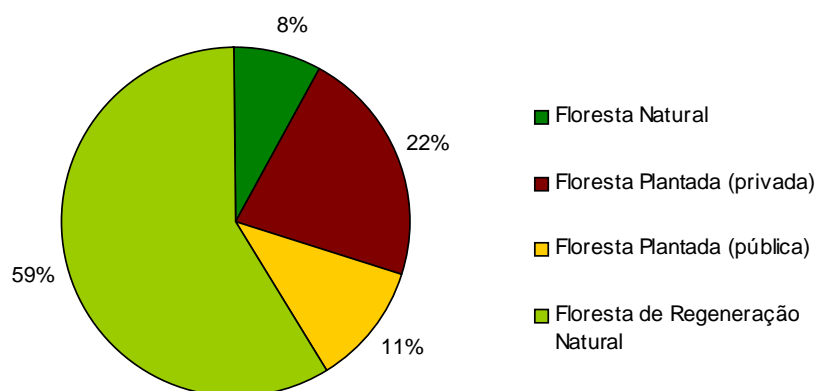
**Figura 8**  
: Peso da área florestal na área total (%)



Fonte: Perspectivas para a sustentabilidade da RAA

A floresta de produção representa cerca de 33% da área florestal total, corresponde à floresta plantada pública e privada, e é formada por povoamentos de Criptoméria (*Criptomeria japonica*), em 98% dos casos, de acácias (*Acácia melanoxylon*), de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e de Eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

**Figura 9**  
: Estrutura da floresta na RAA



Fonte: Relatório do Estado do Ambiente, 2003

Na última década têm sido feitos esforços de arborização, de forma a fomentar a recuperação de áreas degradadas com espécies adequadas. Plantaram-se em 98% dos casos espécies resinosas, essencialmente a Criptoméria. Na Ilha Terceira, esta espécie tem vindo a ser utilizada quer na rearborização de áreas de eucaliptos quer na arborização de terrenos incultos. Originária do Japão, a Criptoméria foi introduzida em São Miguel há mais de 140 anos. Em São Miguel esta espécie representa 85% da floresta de produção. Ao todo, o esforço de arborização mencionado correspondeu a 3500 hectares (1,5% da área total do arquipélago).<sup>27</sup>

A floresta na RAA tem-se confrontado com a existência de espécies infestantes, principalmente a Conteira (*Heydychium gardeberarum*). As infestantes dificultam a sobrevivência das espécies endémicas e obrigam a uma limpeza contínua das matas.

<sup>27</sup> Entre os vários instrumentos de suporte à arborização destaca-se a medida florestação das terras agrícolas do PDRu.

### 3.3. Efectivos animais nas explorações agrícolas

Em 2003, 52% das explorações agrícolas da RAA tinha bovinos e 29% vacas leiteiras. Existiam 226808 cabeças de bovinos, das quais 93831 eram vacas leiteiras (INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003).<sup>28</sup>

O Quadro 6 mostra as explorações agrícolas e os efectivos animais, em 1999. Os bovinos, em particular os bovinos de leite, eram os efectivos animais dominantes na RAA. Todos os outros efectivos animais tinham pouca expressão, quer em número de explorações quer, fundamentalmente, em dimensão dos efectivos. Em 1999, em São Miguel e na Terceira localizavam-se 61% das explorações com bovinos e 66% das explorações com vacas leiteiras e concentravam-se, respectivamente, 71% e 82% dos referidos efectivos. Ou seja, os bovinos, em particular as vacas leiteiras, e as respectivas produções estavam concentrados essencialmente nestas duas ilhas.

De 1999 a 2003 existiram na RAA reduções significativas no número de explorações com bovinos (-14%) e com vacas leiteiras (-9%). Estas reduções foram mesmo assim inferiores à redução do número de explorações agrícolas no referido período (-16%). Existiram também diminuições no efectivo total de bovinos (-5%) e de vacas leiteiras (-5%). Ou seja, aumentaram, em termos relativos, as explorações com bovinos e, principalmente, com vacas leiteiras. Diminuíram, em termos absolutos, as explorações e os efectivos de bovinos e de vacas leiteiras. Como as referidas explorações diminuíram mais do que os referidos efectivos, aumentaram os efectivos de bovinos e de vacas leiteiras por exploração e/ou a sua concentração num menor número de explorações.

---

<sup>28</sup> Na RAA, a população de bovinos em 2003 (226808 cabeças) era pouco inferior à população residente em 2001 (241763 habitantes). A população de vacas leiteiras na (93831 cabeças) ultrapassava a população agrícola familiar (53764 habitantes).

**Quadro 6****: Explorações agrícolas e efectivos animais em 1999**

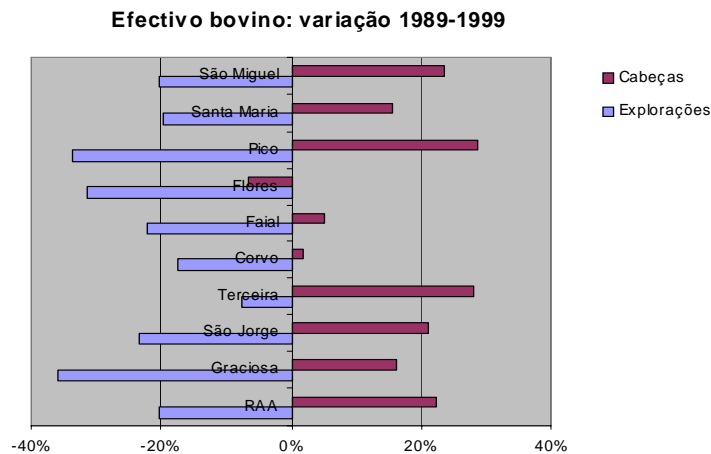
Explorações e efectivos animais	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
<b>1. Nº total de exp.</b>	<b>19230</b>	5%	7%	23%	0%	7%	3%	14%	3%	38%
<b>2. Bovinos</b>										
2.1. nº exp.	<b>9873</b>	4%	9%	27%	1%	9%	4%	8%	4%	34%
2.2. nº cabeças	<b>238396</b>	2%	7%	26%	0%	6%	2%	8%	2%	46%
<b>3. Vacas leiteiras</b>										
3.1. nº exp.	<b>5119</b>	1%	13%	25%	1%	9%	4%	5%	0%	42%
3.2. nº cabeças	<b>98688</b>	1%	8%	26%	0%	4%	1%	3%	0%	56%
<b>4. Suínos</b>										
4.1. nº exp.	<b>7188</b>	7%	11%	20%	1%	8%	6%	15%	4%	29%
4.2. nº cabeças	<b>61894</b>	3%	6%	22%	0%	3%	2%	6%	1%	56%
<b>5. Ovinos</b>										
5.1. nº exp.	<b>845</b>	0%	10%	30%	1%	4%	16%	13%	4%	22%
5.2. nº cabeças	<b>4951</b>	6%	5%	13%	1%	3%	21%	7%	32%	13%
<b>6. Caprinos</b>										
6.1. nº exp.	<b>3014</b>	5%	9%	26%	0%	10%	3%	13%	1%	32%
6.2. nº cabeças	<b>9063</b>	6%	7%	25%	0%	9%	7%	14%	1%	30%
<b>7. Equinos</b>										
7.1. nº exp.	<b>4261</b>	9%	10%	21%	1%	8%	2%	8%	2%	38%
7.2. nº cabeças	<b>5885</b>	8%	10%	21%	1%	8%	2%	7%	2%	41%

Fonte: INE, 2000, RGA 99

As Figuras 10 e 11 ilustram as evoluções correspondentes verificadas no período inter censitário (1989 a 1999).

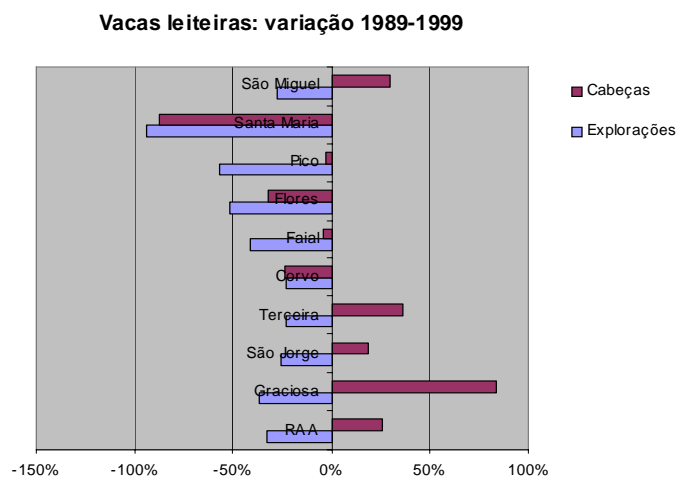
No período inter censitário houve uma grande redução do número de explorações agrícolas com bovinos na RAA (-20%), sendo que a redução verificou-se em todas as ilhas. A referida redução foi, todavia, ligeiramente inferior à verificada no número de explorações agrícolas (-22%). Ou seja, aumentou, em termos relativos, o número de explorações agrícolas com efectivos bovinos na RAA e em todas as suas ilhas. Em simultâneo, aumentaram, em termos absolutos, os efectivos destes animais na RAA (+22%). Com a excepção das Flores, em que houve uma redução do número de cabeças de bovinos (-7%), os efectivos de bovinos cresceram em todas as ilhas, concentrando-se num número menor de explorações agrícolas, em termos absolutos.

**Figura 10**  
: Variação 1989-1999: Efectivos bovinos



Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

**Figura 11**  
: Variação 1989-1999: Vacas leiteiras



Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

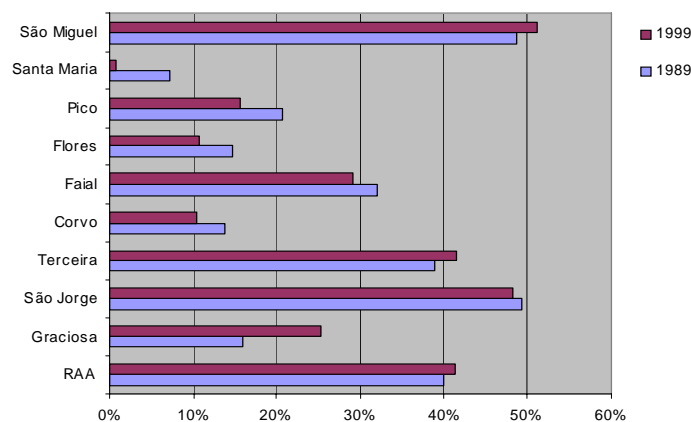
No período inter censitário, as explorações agrícolas com vacas leiteiras decresceram na RAA (-32%). A redução verificada foi superior à do número de explorações agrícolas no mesmo período (-22%). Ou seja, em termos relativos, o número de explorações agrícolas com vacas leiteiras na RAA diminuiu.

Em termos absolutos, os efectivos de vacas leiteiras cresceram na RAA (+26%), mas apenas nas ilhas Graciosa (+84%), São Jorge (+18%), Terceira (+36%) e São Miguel (+30%). Em todas as outras ilhas os efectivos de vacas leiteiras decresceram, em termos absolutos, destacando-se o Corvo (-23%), as Flores (-32%) e Santa Maria (-88%). Ou seja, acentuou-se a concentração dos efectivos de vacas leiteiras em algumas das ilhas (Graciosa, São Jorge, Terceira e São Miguel) e, nessas ilhas, acentuou-se a concentração dos referidos efectivos num menor número de explorações, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

A percentagem de vacas leiteiras no total do efectivo bovino é um indicador da especialização em leite da produção pecuária. Em 2003, 41% dos bovinos da RAA eram vacas leiteiras, a mesma percentagem que em 1999. A Figura 12 dá-nos o referido indicador de especialização em leite para a RAA e por ilha, em 1989 e em 1999.

**Figura 12**

**: Vacas leiteiras no efectivo bovino**



Fonte: INE, RGA 89 e RGA 99

Em 1999, São Jorge, Terceira e São Miguel apresentavam os efectivos de bovinos mais especializados no leite. É precisamente nestas ilhas que há uma forte presença de uma agricultura profissional (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas). No período intercensitário, a especialização em leite aumentou na RAA. Por ilha, a referida



especialização aumentou na Graciosa, na Terceira e em São Miguel, diminuiu ligeiramente em São Jorge e diminuiu mais acentuadamente em todas as outras ilhas.

Em 2003, o efectivo médio de bovinos por exploração com bovinos na RAA era de 26,7 cabeças, superior às 16,5 cabeças do todo nacional em 2003 e às 24,1 cabeças da RAA em 1999. Em 2003, o efectivo médio de vacas leiteiras por exploração com vacas leiteiras era de 20,1 cabeças, superior às 12,4 cabeças do todo nacional em 2003 e às 19,3 cabeças da RAA em 1999 (INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003; INE, 2000, RGA 99).

O Quadro 7 mostra os efectivos médios de bovinos e de vacas leiteiras em 1989 e 1999, para a RAA e por ilha, nas explorações com estes animais.

#### **Quadro 7**

**: Efectivos médios de bovinos e vacas leiteiras**

Territórios	Total de bovinos		Vacas leiteiras	
	1989	1999	1989	1999
<b>RAA</b>	<b>15,8</b>	<b>24,1</b>	<b>10,3</b>	<b>19,3</b>
Graciosa	8,6	15,6	8,2	23,7
São Jorge	12,5	19,8	7,6	12,1
Terceira	16,3	22,6	11,4	20,1
Corvo	11,9	14,6	2,0	2,0
Faial	12,1	16,4	5,8	9,4
Flores	10,0	13,6	2,1	3,0
Pico	12,3	24,0	5,1	11,5
Santa Maria	9,0	13,0	2,5	4,9
São Miguel	20,8	32,3	14,5	26,0

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

É notório, no período inter censitário, o crescimento dos efectivos médios de bovinos e de vacas leiteiras nas explorações da RAA, particularmente no que se refere às vacas leiteiras. É de realçar o enorme crescimento dos efectivos médios de vacas leiteiras na Graciosa, na Terceira e em São Miguel, efectivos que já em 1999 ultrapassavam as 20 vacas por exploração.

No que refere ao encabeçamento de bovinos, em 2003, na RAA, existiam cerca de 1,6 bovinos por hectare de SAU (valor idêntico ao de 1989) e 1,0 bovinos por hectare de superfície territorial (valor idêntico ao de 1999). Ou seja, de 1999 para 2003 houve um

decréscimo do encabeçamento de bovinos na RAA, essencialmente devido ao aumento da SAU e/ou das áreas de pastagem.

O Quadro 8 dá-nos o encabeçamento de bovinos por hectare de superfície forrageira, por hectare de SAU e por hectare de superfície territorial, em 1989 e em 1999, para a RAA e por ilha. Com a excepção das Flores, o encabeçamento de bovinos cresceu em todas as ilhas no período inter censitário. Ou seja, com a excepção das Flores, houve uma intensificação geral da produção pecuária nas diversas ilhas. Em 1999, o encabeçamento de bovinos era particularmente elevado na Terceira e em São Miguel. As outras ilhas apresentavam encabeçamentos abaixo da média regional, sendo que os encabeçamentos mais baixos surgiam nas Flores e no Corvo, onde as explorações são mais extensivas.

**Quadro 8**  
**: Encabeçamento de bovinos**

Territórios	Bovinos por hectare de superfície forrageira		Bovinos por hectare de SAU		Bovinos por hectare de superfície territorial	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
RAA	1,7	2,0	1,6	2,0	0,8	1,0
Graciosa	1,7	1,7	1,5	1,6	0,8	0,9
São Jorge	1,2	1,5	1,2	1,5	0,6	0,7
Terceira	2,1	2,5	2,1	2,5	1,2	1,5
Corvo	0,7	0,8	0,6	0,8	0,4	0,4
Faial	1,6	1,7	1,6	1,7	0,8	0,9
Flores	0,7	0,7	0,7	0,7	0,4	0,4
Pico	0,9	1,1	0,9	1,0	0,3	0,4
Santa Maria	1,1	1,3	1,0	1,2	0,5	0,5
São Miguel	2,3	2,7	2,2	2,6	1,2	1,5

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RAG 99

Em resumo, no período em análise, as actividades pecuárias, em particular a pecuária de leite, eram muito importantes na RAA e em todas as suas ilhas.

De 1999 a 2003, o efectivo de bovinos teve um ligeiro decréscimo e concentrou-se num número significativamente mais reduzido de explorações, aumentando o efectivo médio por exploração e diminuindo o encabeçamento. O mesmo se passou com o efectivo de vacas leiteiras. De 1989 a 1999, com a excepção das Flores, os efectivos de bovinos cresceram em todas as ilhas, concentrando-se num número menor de

explorações agrícolas, aumentando o efectivo médio de bovinos por exploração em cada ilha e o encabeçamento.

De 1999 para 2003, a especialização na pecuária de leite manteve-se sensivelmente a mesma. No período inter censitário, a especialização na pecuária de leite cresceu em São Miguel, na Terceira e na Graciosa e a especialização em carne cresceu em todas as outras ilhas.

Em 1999, São Miguel, São Jorge, Terceira, Faial e Graciosa apresentavam a maior especialização em leite dos efectivos bovinos. Em São Miguel e na Terceira, a pecuária de leite é mais intensiva. Em São Miguel e na Terceira, e também na Graciosa, o modelo de especialização em leite explorou economias de escala, sendo estas as ilhas onde os efectivos de vacas leiteiras por exploração eram maiores em 1999.

A evolução esperada na estrutura das explorações de leite na RAA é a que já está a acontecer: i) Aumento da produção de leite; ii) Declínio do número de explorações; iii) Aumento do número de vacas leiteiras por exploração; iv) Aumento da produção de leite por exploração; e v) Aumento da produção de leite por vaca. Esta evolução é a que se tem verificado nos países mais desenvolvidos da União Europeia, nos Estados Unidos da América e na Nova Zelândia (IFCN, 2003, (R)evolution in Dairy Farming; Niza, 2005a, Qualidade, Segurança e Inovação: Factores de competitividade das explorações e do sector). A realização de economias de escala e a concentração progressiva do leite num menor número de ilhas e de explorações agrícolas indicam-nos que, no futuro, os contributos da pecuária de leite para a coesão económica, social e territorial da RAA vão ser cada vez menores, facto acentuado pelo presente modelo de especialização.

### 3.4. Agricultura biológica

Segundo dados do IAMA, em 31 de Dezembro de 2005 existiam na RAA 22 operadores em Modo de Produção Biológica (MPB), dos quais 21 eram produtores agrícolas. Destes últimos: 13 localizavam-se em São Miguel, 5 na Terceira e 3 em São Jorge. Segundo dados do RGA 1999, em 1999 existiam 30 explorações agrícolas em MPB na RAA (0,16% do total): 26 em São Miguel, 3 na Terceira e 1 em São Jorge.

Em 2005, a área média por produtor agrícola (em conversão e convertida ao MPB) na RAA era de 3,2 hectares: 2,2 hectares em São Miguel e na Terceira e 9,0 hectares em São Jorge. Cerca de 83% da área em MPB estava em conversão: 2% em São Miguel, 31% na Terceira e 100% em São Jorge.

O Quadro 9 ilustra a distribuição de superfícies por tipo de cultura e por ilha. A diversificação (frutos frescos e hortícolas) domina em São Miguel e na Terceira e as pastagens e forragens (culturas associadas à pecuária) dominam em São Jorge.

#### Quadro 9

: Distribuição das superfícies por tipos de cultura e por ilha, em hectares, à data de 31 de Dezembro de 2005.

Tipo cultura	F. frescos	Vinha	Hortic.	P. aromát.	Past.-Forr.	Outras	Pousio	Total
S. Miguel	10,673	0,242	5,945	0,139	7,503	3,488	0,595	28,585
Terceira	8,260	0,000	2,722	0,000	0,000	0,000	0,000	10,982
São Jorge	0,000	0,000	0,000	0,000	24,880	0,000	2,000	26,880
Total em MPB	18,933	0,242	8,667	0,139	32,383	3,488	2,595	66,447
Área convertida	18,445	0,242	6,080	0,000	7,503	3,488	0,595	36,353
Área em conversão	0,488	0,000	2,587	0,139	24,880	0,000	2,000	30,094

Fonte: IAMA

Em resumo, o MPB aparece nas ilhas em que a agricultura profissional tem uma presença mais forte: São Miguel, Terceira e São Jorge. Mesmo nestas ilhas, o MPB é ainda muito incipiente, sendo que em São Miguel está a regredir. São várias as

hipóteses explicativas das evoluções verificadas. Estas podem ser justificadas por dificuldades técnicas nas produções vegetais em MPB na RAA (controlo de fungos), pelo custo da certificação, pela falta de apoio técnico<sup>29</sup>, por dificuldades em encontrar mercados, pelo facto da medida *Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária* ser mais atractiva e/ou compensatória para os agricultores<sup>30</sup>, etc.

---

<sup>29</sup> Segundo a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura (DRACA), da SRAF, têm sido ministrados vários cursos de formação no MPB, cursos dirigidos a produtores, a técnicos dos serviços e às Associações. Também no continente português tal tem sucedido. Todavia, por apoio técnico não entendemos apenas a existência ou não de cursos de formação. Entendemos também o apoio técnico concedido aos agricultores durante e depois da sua conversão ao MPB. Como no continente, nesta vertente as carências são grandes.

<sup>30</sup> As verbas afectas às ajudas agroambientais do 2º pilar da PAC suportam essencialmente esta medida. Aliás, segundo a DRACA, optou-se pela não regulamentação da ajuda ao MPB no presente quadro comunitário de apoio. A justificação prende-se com a existência, desde 1998, de uma Portaria Regional (Portaria nº 28/98, de 9 de Julho, alterada pela Portaria nº 61/2006, de 6 de Julho de 2006), cuja ajudas previstas ao MPB são, segundo a DRACA, mais atractivas que as ajudas ao MPB agroambientais. As escolhas dos agricultores não são indiferentes ao leque de alternativas que os mesmos têm à disposição. Na ausência da medida *Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária*, provavelmente, muitos agricultores veriam na ajuda agroambiental ao MPB, uma vez regulamentada, a “ajuda à extensificação”.

### 3.5. Os sistemas de produção agropecuária

No estudo do ISA (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas) são caracterizados na RAA três tipos de agricultura (profissional, pluriactiva e de idosos) e três tipos de sistemas de produção agrícola (especializados na actividade pecuária bovinicultura, baseados na policultura e especializados em actividades vegetais). Nesta secção detalhamos alguns dos sistemas de produção agropecuária na RAA que se inserem nos sistemas de produção agrícola especializados na actividade pecuária bovinicultura do estudo do ISA.

Uma importante parte das explorações agrícolas na RAA dedica-se à produção de leite de bovino, em particular em São Miguel, na Terceira e em São Jorge, as três ilhas onde a agricultura do tipo profissional tem mais expressão. Na RAA, a produção de leite de bovino é a principal, seguida da produção de carne de bovino e só depois da diversificação.

Há dois sistemas de produção especializados em leite: o da transumância e o da sedentarização. O sistema da transumância é o que predomina em todas as ilhas, em particular em São Jorge. O sistema da sedentarização (na variante de fixação ou semi-fixação dos equipamentos de ordenha móveis) tem alguma expressão em São Miguel e na Terceira.

No sistema da transumância, os cerrados das explorações dispersam-se em altitude. Os equipamentos de ordenha e os tanques de leite são móveis, de modo a poderem ir ao encontro das vacas nos cerrados. Os tanques são acoplados nas caixas de carrinhas pickup e/ou nos reboques de tractores para o efeito. Os equipamentos de ordenha e os tanques de leite móveis não têm refrigeração. Neste sistema da transumância, as vacas circulam entre os cerrados da exploração, ao longo do ano, sendo conduzidas, em cada período, para os cerrados onde exista erva verde para pastoreio. As vacas

alimentam-se essencialmente de erva. A produção de leite pode atingir os 4000 litros por ano e por vaca. Trata-se de uma produção extensiva de leite.<sup>31</sup>

No sistema da sedentarização, as explorações localizam-se na média e na baixa altitudes e há uma menor dispersão dos cerrados. As salas de ordenha e os tanques de leite são fixos e com refrigeração. As vacas vão à ordenha e não o contrário. Mesmo neste sistema existe alguma rotação das vacas entre cerrados. Todavia, as vacas estão mais sedentarizadas em certas parcelas, a transumância é menor. Recorre-se mais a cortes de erva nos cerrados para fornecer às vacas. As vacas alimentam-se mais à base de ração. A produção de leite por vaca pode atingir ou mesmo ultrapassar os 12000 litros por ano (tipicamente é de 8000 litros a 9000 litros de leite por vaca/ano). Trata-se de uma produção de leite mais intensiva do que no sistema da transumância.<sup>32</sup>

Tal como descrito acima, o sistema da sedentarização tem ainda muito pouca expressão. Uma variante mais generalizada do sistema da sedentarização passa por fixar ou semi-fixar os equipamentos de ordenha móveis.<sup>33</sup>

No caso da carne de bovino identificamos dois sistemas de produção especializados. O primeiro sistema corresponde à cria dos vitelos de leite por operadores que os compram com oito dias aos lavradores e os exportam vivos com três ou quatro meses. Este é o sistema que predomina em São Miguel e na Terceira, onde o gado é essencialmente leiteiro. O segundo sistema corresponde à produção mais extensiva de animais cruzados em vacada, com vacas aleitantes e rotação dos animais pelos cerrados. Os animais são vendidos com seis, sete, oito ou nove meses a operadores

<sup>31</sup> Segundo Niza (Niza, 2005a, Qualidade, Segurança e Inovação: Factores de competitividade das explorações e do sector), em 2002 a produção de leite por vaca/ano era de 3750 litros na Nova Zelândia (produção extensiva), 8400 litros nos Estados Unidos da América e 6100 litros na União Europeia, a última com grandes disparidade entre países e, dentro de cada país, entre regiões. A produção extensiva de leite na RAA (sistema da transumância) aproxima-se, em termos de produtividade (produção de leite por vaca/ano), à da Nova Zelândia em 2002.

<sup>32</sup> Tendo em conta os dados apresentados por Niza (Niza, 2005a, Qualidade, Segurança e Inovação: Factores de competitividade das explorações e do sector), a produção de leite do sistema da sedentarização aproxima-se à dos Estados Unidos da América em 2002. Globalmente, a produção média de leite por vaca/ano na RAA aproxima-se à da União Europeia em 2002.

<sup>33</sup> Os cabanões fixos, por vezes de blocos, associados a esta variante do sistema de sedentarização constituem, do ponto de vista visual, um impacto ambiental a resolver. Uma solução possível para o referido impacto visual poderá ser a pintura artística dos ditos cabanões.

que os exportam vivos para o Continente. No Pico, nas Flores, em Santa Maria e na Graciosa é onde aparecem mais estes animais cruzados.

Um variante do primeiro sistema é a compra dos vitelos de leite com três ou quatro meses aos lavradores pelos operadores que os exportam vivos. Isto é, a cria dos vitelos ser feita pelos lavradores. Este é o sistema que predomina em São Jorge.



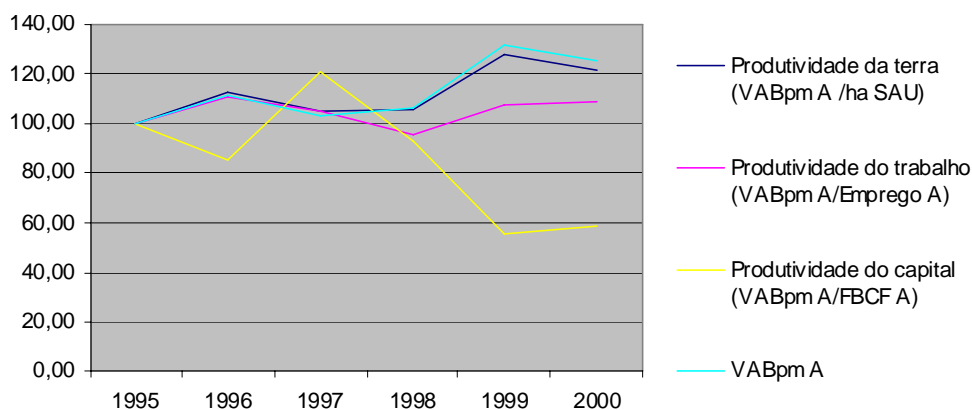
### 3.6. As produções das explorações agrícolas e os respectivos mercados

#### 3.6.1. Índices de produtividade do sector agrícola

A Figura 13 ilustra índices de evolução no período 1995-2000 (1995 = 100) do Valor Acrescentado Bruto Agrícola a preços de mercado (VABpm A), a preços constantes de 1995, e dos rácios deste agregado com os hectares de SAU (produtividade da terra), com o emprego agrícola (produtividade do trabalho) e com a FBCF agrícola a preços constantes de 1995 (produtividade do capital).

No período em análise, assistiu-se a acréscimos do VABpm A (+26%), da produtividade da terra (+22%) e da produtividade de trabalho (+9%) e a um decréscimo da produtividade do capital (-41%). Os índices calculados ilustram a intensificação agrícola, o investimento em máquinas e equipamentos agrícolas e o crescimento das ajudas da PAC na RAA, no período em análise.

**Figura 13**  
: Índices de produtividade do sector agrícola



Fonte: INE, 2002, Contas económicas da agricultura

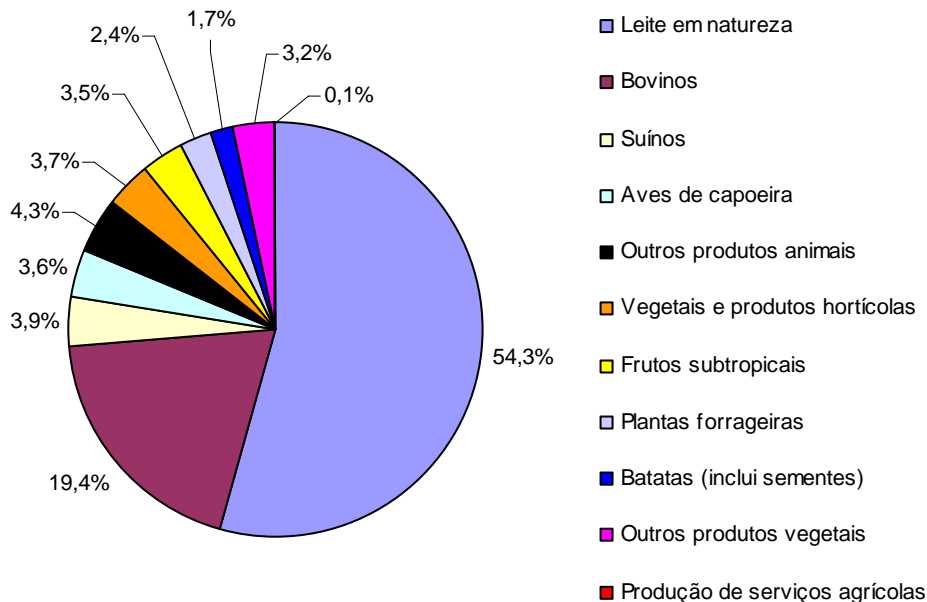
### 3.6.2. A produção do ramo agrícola

A Figura 14 ilustra a produção do ramo agrícola em 2000, a preços de 1995. Em 2000 a produção animal correspondia a 85,4% da produção do ramo agrícola, a produção vegetal a 14,5% e a produção de serviços agrícolas a 0,1%.

O leite em natureza (54,3%) e a venda de bovinos (19,4%) constituíam as produções animais mais importantes correspondendo a quase três quartos da produção do ramo agrícola (73,7%). Os vegetais e produtos hortícolas (3,7%), os frutos subtropicais (3,5%) e as plantas forrageiras (2,4%) eram as produções vegetais finais mais importantes.

Em resumo, as principais produções do ramo agrícola na RAA são o leite, a carne de bovino e a diversificação.

**Figura 14**  
: Produção do ramo agrícola (2000)



Fonte: INE, 2001, Contas económicas da agricultura

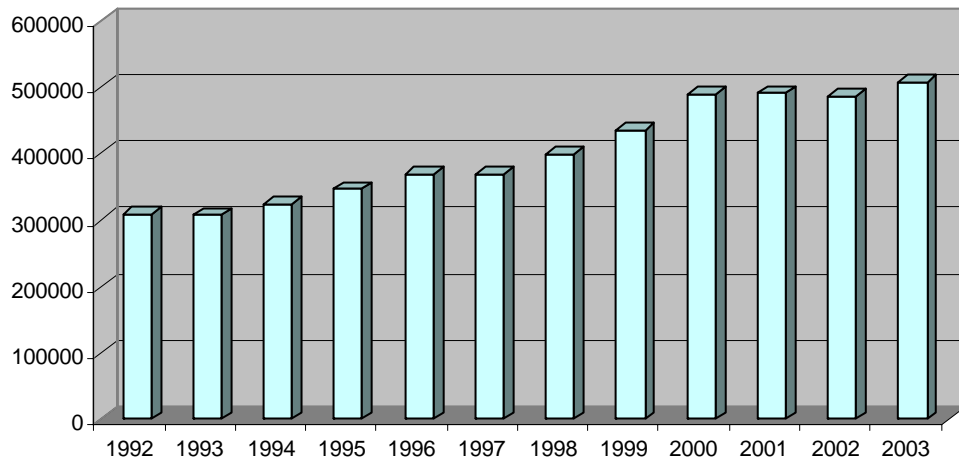
### 3.6.3. O leite de bovino

A Figura 15 dá a evolução da quantidade de leite entregue nas fábricas da RAA no período 1992-2003. A Figura 16 ilustra a evolução da quantidade de leite entregue nas fábricas por ilha no mesmo período.<sup>34</sup> A Figura 17 ilustra a repartição por ilha do leite entregue em 2003 nas fábricas da RAA.

De 1992 a 2003, a quantidade de leite entregue nas fábricas aumentou 65% na RAA, atingido os 508 milhões de litros em 2003. Neste período, a produção de leite apenas decresceu nas Flores (-37%) e em Santa Maria (-47%), aumentando em todas as outras ilhas (+64%, em São Miguel, +84% na Terceira e + 29% em São Jorge, etc.). No período em análise o efectivo de vacas leiteiras aumentou e o número de produtores de leite diminuiu.

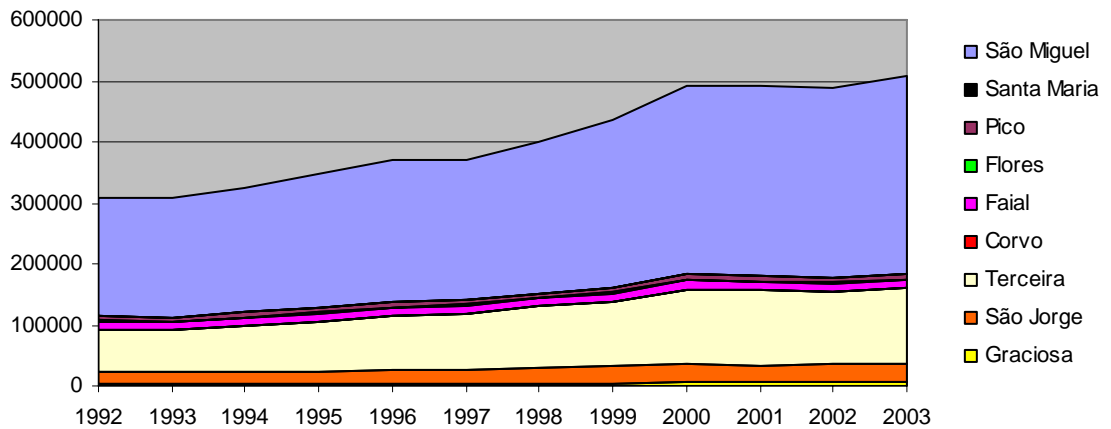
<sup>34</sup> Em 2002, no Corvo e em Santa Maria não existia leite de vaca entregue nas fábricas.

**Figura 15**  
: Volume de leite de vaca entregue nas fábricas

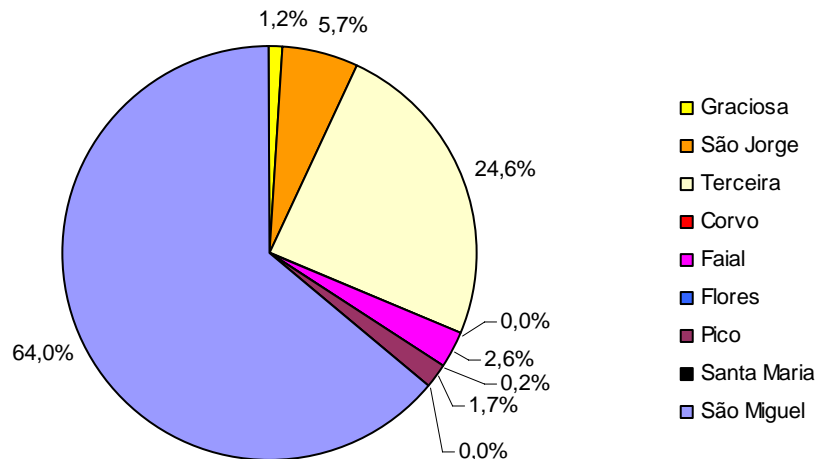


Fonte: IAMA

**Figura 16**  
: Evolução do leite de vaca entregue nas fábricas por ilha



Fonte: IAMA

**Figura 17****: Leite de vaca entregue nas fábricas por ilha em 2003**

Fonte: IAMA

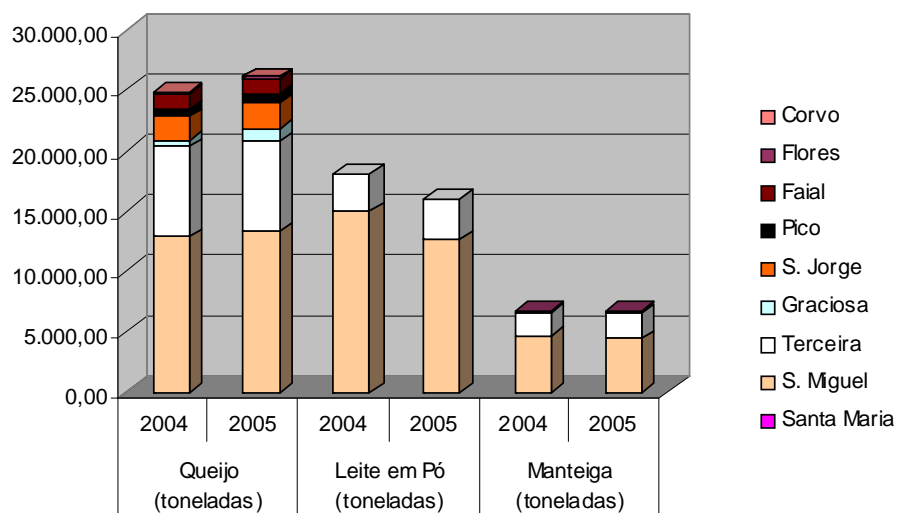
De 1992 a 2003, a produção média de leite por vaca/ano na RAA passou de 3960 para 5413 litros. De 1993 a 2003 a produção média de leite por produtor/ano mais do que duplicou, passando de 47597 para 103862 litros. Num período em que o sector leiteiro no Continente sofria uma profunda reestruturação, com a saída dos pequenos produtores e quedas inerentes na produção de leite, o crescimento da produção de leite na RAA permitiu justificar a quota nacional de leite perante os nossos parceiros da União Europeia (UE). No presente, a produção de leite da RAA representa cerca de 26% da produção nacional.

Ao aumento da produção de leite na RAA correspondeu um aumento da sua concentração em duas ilhas: São Miguel e Terceira. Em 1992 e em 2003 estas duas ilhas eram responsáveis respectivamente por 85,7% e 88,6% do leite entregue nas fábricas. O leite é e será a principal produção em São Miguel, na Terceira e em São Jorge. Foi em São Miguel e na Terceira que se deu a maior intensificação da sua

produção. Com o leite destas duas ilhas, a indústria fabrica queijo flamengo (em bola e em barra), leite em pó e manteiga, produtos de baixo valor acrescentado unitário.<sup>35</sup>

A Figura 18 ilustra as produções de queijo, leite em pó e manteiga na RAA, nas campanhas 2003/2004 (2004) e 2004/2005 (2005), e a importância relativa de cada ilha nas referidas produções. O queijo era (é) predominantemente do tipo flamengo (em bola e em barra).

**Figura 18**  
: Produções de queijo, leite em pó e manteiga na RAA (2004, 2005)



Fonte: SRAF, 2006

Em 2005, 80% do queijo, 100% do leite em pó e 97% da manteiga da RAA eram produzidos em duas ilhas: São Miguel e Terceira. As produções destes produtos em Santa Maria eram nulas. O Leite em Pó era produzido apenas em duas ilhas: São Miguel e Terceira. Em São Jorge apenas se produzia queijo. As outras ilhas produziam fundamentalmente queijo e alguma manteiga.

<sup>35</sup> Em São Miguel e na Terceira, há exemplos de projectos com sucesso que apostam na diferenciação pela qualidade. Na Terceira, tal é o caso do queijo Vaquinha, do Queijo Bravo, da fábrica de iogurtes e da sala de desmancha da Quinta dos Açores.

O controlo da qualidade do leite é feito por entrega nas fábricas.<sup>36</sup> Na produção há um predomínio de ordenhas e tanques móveis. As perdas em valor no leite até à porta das fábricas são significativas. Tais perdas resultam da existência de vacas com úberes infectados e dos consequentes níveis de células somáticas. Vacas Holstein Frisien com úberes grandes, com uma genética que lhes permite produzir 12000 litros de leite ou mais por ano, não são boas para a transumância. A sedentarização das explorações de leite, a fixação das ordenhas, permite tirar melhor partido da genética destas vacas. Todavia, o sistema da transumância predomina na produção de leite da RAA, também em São Miguel e na Terceira. Ou seja, a genética das vacas detidas pela maioria dos lavradores não é a mais apropriada às condições reais em que esses mesmos lavradores operam.

Com uma estrutura de mercado do tipo oligopsónio ou mesmo monopsónio, no mercado do leite cru, a indústria tem poder fazedor do preço do leite.<sup>37</sup> Por exemplo, o grupo Bel recolhe mais de 50% da produção de leite de São Miguel, a Unileite/Nestlé cerca de 30% e a Insular mais de 15%. Na Terceira, a Pronicol/Lactogal (Unicol) recolhe todo o leite. Na Graciosa, no Faial e no Pico, em cada uma destas ilhas, opera uma única indústria. No Corvo há uma queijaria.

O Quadro 10 indica o preço do leite praticado aos lavradores, na RAA e no Continente, a ajuda à quota leiteira e o preço dos principais produtos lácteos no Continente, em 2004 e em 2005.

---

<sup>36</sup> Segundo a Associação Agrícola de São Miguel, o sistema de classificação do leite é diferente em algumas ilhas. Todavia, a classificação do leite obedece aos parâmetros legislados pela União Europeia, sendo controlada por Organismos Oficiais que garantem a qualidade de produto junto dos consumidores. A classificação do leite na RAA é realizada pelos Serviços de Classificação de Leite (SERCLA), serviços ligados ao Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA).

<sup>37</sup> Em São Miguel existe alguma concorrência entre os diferentes grupos da indústria. Na Terceira, o preço do leite à produção acompanha de perto o preço praticado em São Miguel. Acresce que a importância política do leite na RAA é muito maior do que no Continente. Todos estes factos contribuem para contrabalançar o referido poder fazedor de preço por parte da indústria de lacticínios.

**Quadro 10**

**: Produções Preços médios do leite à produção na RAA e no Continente, ajuda à quota leiteira e preços dos principais produtos lácteos no Continente**

Preços médios do leite e produtos lácteos	2004 (a)	2005 (b)	Variação (b-a)	Variação (b-a)/a %
Preço do leite à produção na RAA (1)	0,234	0,228	-0,006	-2,4%
Preço do leite à produção no Continente (2)	0,318	0,308	-0,010	-3,1%
Diferencial de preços (1)-(2)	-0,084	-0,080	0,004	-5,0%
Ajuda à quota (prémio+suplemento) (3)	0,012	0,024	0,012	100,3%
Preço do Queijo Flamengo no Continente(4)	5,98	5,90	-0,08	-1,3%
Preço do leite em pó desnatado no Continente (5)	198,40	208,00	9,60	4,8%
Preço da manteiga no Continente (6)	282,298	261,81	-20,49	-7,3%

(1), (2), (3), (4) e (5), valores base: preços mensais médios e ajuda à quota, euros por kg

(6), valores base: preços semanais médios, euros por 100 kg

(4): meses de Janeiro, Maio, Junho, Julho e Setembro.

Fonte: SIMA, GPPAA

Do Quadro 10 retira-se, em primeiro lugar, que há um diferencial entre o preço pago à produção pela indústria na RAA e no Continente. O diferencial reflecte, fundamentalmente, os custos de transporte acrescidos que a indústria enfrenta na RAA para comercializar os produtos lácteos no Continente a preços de concorrência. Os produtos lácteos são, como vimos, queijo flamengo (em bola e em barra), leite em pó desnatado e manteiga. Entre 2004 e 2005, o referido diferencial baixou de 8,4 para 8 cêntimos por kg. Ou seja, o preço pago à produção desceu mais no Continente do que na RAA. Em segundo lugar, apesar da descida significativa nos preços da manteiga, a indústria teria a capacidade de não baixar, ou baixar menos, o preço do leite à produção na RAA, dadas as evoluções verificadas no preço do queijo e no preço do leite em pó. Em terceiro lugar, de 2004 para 2005, a descida de 6 cêntimos por kg no preço do leite à produção na RAA corresponde a metade do acréscimo da ajuda à quota leiteira verificado (12 cêntimos por kg).

Em São Jorge, a União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge (Uniqueijo) associa oito das nove cooperativas existentes. As cooperativas recolhem o leite e fazem o queijo. A União recolhe o queijo e entrega-o à LactAçores para ser comercializado. A empresa LactAçores comercializa queijo de São Jorge, do Faial e de São Miguel (da Unileite). Está a entrar no Continente com sucesso, tendo o queijo de



São Jorge como produto âncora. O mercado da saudade (emigrantes Açorianos nos EUA e no Canadá) é o outro mercado que tem vindo a ser explorado por esta empresa. Em São Jorge a capacidade de pagar pelo leite não é a mesma que, por exemplo, em São Miguel. A produção de leite é menos regular ao longo do ano em São Jorge do que é em São Miguel. Produz-se mais de Março a Outubro do que nos restantes meses. Em 2005, o preço do leite foi 20 cêntimos por litro, de 1 de Abril a 30 de Setembro, e 22, 5 cêntimos por litro, nos restantes meses do ano. O queijo é armazenado para regularizar o fluxo da produção, o que tem custos. Há queijo vendido com trinta e sessenta dias. Mas também há queijo vendido com quatro, cinco, seis, sete ou oito meses. O queijo de São Jorge certificado com denominação de origem (DOP) tem de ter um mínimo de 3 meses de cura.<sup>38</sup>

O queijo de São Jorge tem um problema de qualidade. O problema da qualidade do queijo de São Jorge não está na produção de leite, está no processo da transformação do leite em queijo. A modernização das queijarias e a implementação de planos de controlo é indispensável.

O leite laborado tem qualidade, pois o controlo na entrega é rigoroso e o lavrador sujeita-se a que não lhe comprem o leite. São Jorge tem o melhor leite da RAA, no que refere às descargas celulares e às células somáticas. Apesar das vacas dos lavradores serem da raça Holstein Frisien, as produções de leite por vaca em São Jorge são menores do que na Terceira ou em São Miguel. Em São Jorge, as vacas têm úberes mais pequenos, têm uma genética mais apropriada ao sistema da transumância e/ou às condições reais em que os ditos lavradores operam. Em contrapartida, o leite das vacas Holstein Frisien de São Jorge tem um maior teor proteico, talvez pelo facto da alimentação das vacas ser mais à base de pastagens.<sup>39</sup> Ou seja, a produção de leite em São Jorge é extensiva, ao contrário do que sucede na Terceira e em São Miguel, onde a referida produção é mais intensiva.

---

<sup>38</sup> A Uniqueijo constitui o agrupamento gestor da DOP. A Confraria do Queijo de São Jorge constitui a entidade certificadora.

<sup>39</sup> Apesar dos factos referidos e dado o seu grande porte, a raça Holstein Frisien não é a mais adequada ao sistema da transumância e/ou à exploração de pastagens em altitude, em áreas com declives acentuados.

Em São Jorge, a aposta de longo prazo é no queijo DOP.<sup>40</sup> Há um projecto de uma nova fábrica para fazer o queijo das oito cooperativas, reduzir os custos e aumentar a qualidade. O risco é a perda de tipicidade dos queijos das referidas cooperativas. Por outro lado, há trabalho científico a fazer sobre o queijo de São Jorge. A qualidade da erva influencia a qualidade do queijo? De que forma? É prejudicial à qualidade do queijo adubar a erva? E que vacas, com que genética, são as mais apropriadas para produzir o queijo de São Jorge DOP, tendo em conta as condições em que opera a maioria dos lavradores de São Jorge?

#### **3.6.4. A carne de bovino**

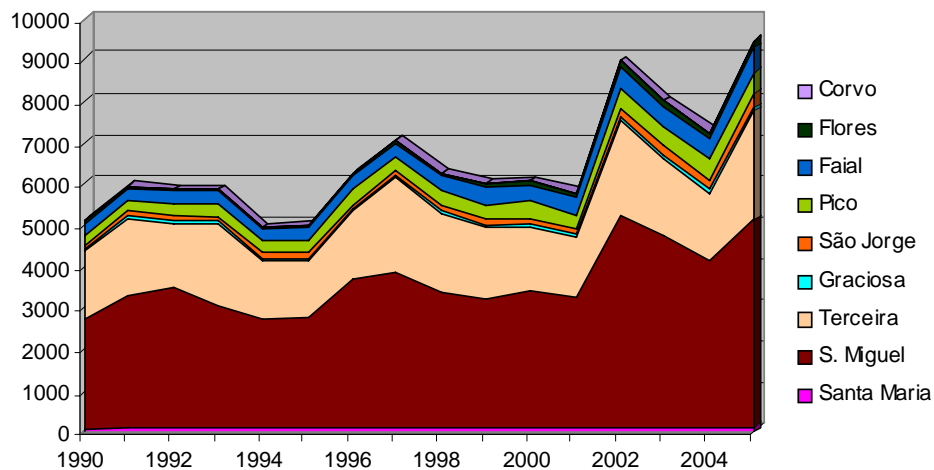
A produção de carne de bovino representa, relativamente à produção de leite, uma extensificação. Tem sido uma alternativa para os tipos de agricultura de idosos (cujos filhos não pretendem continuar na actividade), pluriactiva e para a agricultura profissional de lavradores cujas condições em que operam não permitem a produção de leite com a qualidade exigida pelas fábricas.

Há poucas explorações de carne em São Miguel, na Terceira e em São Jorge. Ou seja, nestas três ilhas, onde a agricultura do tipo profissional tem mais expressão, o gado é essencialmente leiteiro. No Pico, nas Flores, em Santa Maria e na Graciosa já aparecem explorações especializadas na produção de carne com animais cruzados: Holstein x Charolês ou Holstein x Limousin.

Houve um investimento muito grande na rede de abate (matadouros e/ou salas de matança) em todas as ilhas, investimento que urge rentabilizar. A Figura19 ilustra a evolução do abate de bovinos por ilha, em toneladas de carcaça, no período 1990 a 2005.

---

<sup>40</sup> No presente, a LactAçores comercializa no continente queijo de São Jorge DOP com 4 meses de cura.

**Figura 19****: Abate de Bovinos (toneladas de carcaça, 1990 a 2005)**

Fonte: SRAF, 2006

No período 1990 a 2005, o abate de bovinos quase duplicou na RAA. O referido abate aumentou em todas as ilhas. Em 2005 foram produzidas na RAA 9478 toneladas de carcaça de bovinos: 1% em Santa Maria, 53% em São Miguel, 28% na Terceira, 1% na Graciosa, 4% em São Jorge, 5% no Pico, 6% no Faial, 2% nas Flores e 0,1% no Corvo. Apesar do domínio ser um pouco menos expressivo do que é no leite, também na carne de bovino São Miguel e a Terceira são responsáveis pela maioria dos abates: quatro quintos.

Na Terceira, no Pico e em Santa Maria os respectivos matadouros foram recentemente inaugurados. Na Terceira, três dias por semana o matadouro abate gado para a Unicol, seguindo a carne em vácuo para o Continente. Todavia, há ainda problemas logísticos com a rede de abate.

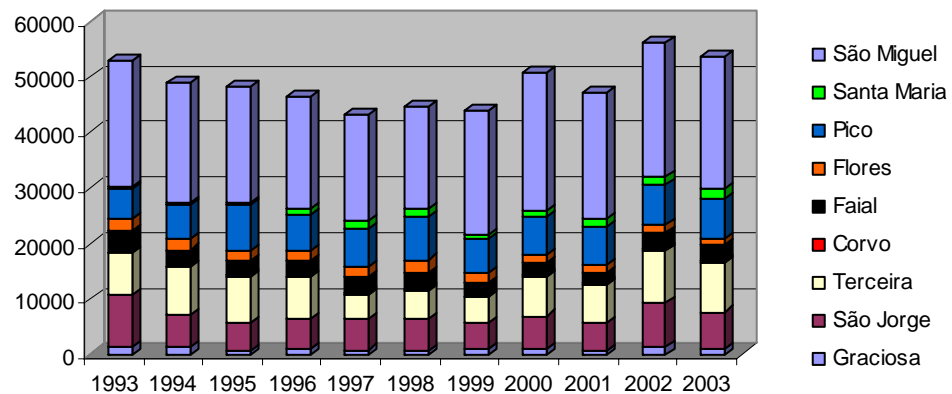
Todavia, a realidade é ainda bastante dominada pelos operadores de gado que compram os bezerros, os vitelos e as vacas de refugo aos lavradores das diversas ilhas e exportam o gado vivo para a Madeira, para o Continente e para Espanha.<sup>41</sup> Em

<sup>41</sup> Cerca de 50000 bovinos são exportados vivos, todos os anos, da RAA para o continente e para Espanha. Os bezerros de raças de leite são comprados à lavoura com 8 dias por cerca de 75 euros por cabeça. Os vitelos de leite são comprados com três ou quatro

2003, saíram para o exterior da RAA 53659 cabeças de gado bovino vivo correspondentes a 14078 toneladas de peso vivo e a cerca de 7039 toneladas de carcaça. O último valor é ligeiramente inferior ao abatido nos matadouros da RAA no referido ano (7999 toneladas). A Figura 20 ilustra a saída de gado bovino vivo em número de cabeças por ilha, de 1993 a 2003.

**Figura 20**

**: Saída de gado bovino vivo para o exterior da RAA por ilha**



Fonte: SREA

Com oscilações a meio do período, o número de cabeças de gado bovino vivo saídas para o exterior manteve-se sensivelmente idêntico e/ou sofreu um ligeiro aumento. Tendo em conta o crescimento do abate de bovinos verificado, houve um acréscimo da produção de carne de bovino na RAA no período em análise.

Em São Miguel e na Terceira, os vitelos de leite são comprados com oito dias aos lavradores pelos referidos operadores que os criam e exportam vivos, com três ou quatro meses. Em São Jorge, a maior parte dos vitelos são de leite, sendo comprados e exportados vivos com três ou quatro meses pelos operadores, depois de criados pelos lavradores. No Pico, nas Flores, em Santa Maria e na Graciosa, os animais

---

meses por cerca de 200 euros por cabeça. Há indicações de poder fazedor de preço dos operadores sobre os lavradores. Na Terceira são cerca de meia dúzia os operadores. Os operadores recebem um subsídio de transporte e um subsídio de exportação. Os animais são enviados assumindo os custos de transporte. A margem de lucro nos bovinos é, segundo alguns operadores, um desastre. Em parte, a margem de lucro dos operadores é baixa por causa de doenças vindas da França, da Alemanha, etc., com o gado importado. Há operadores que têm uma taxa de mortalidade de 20% nos bezerros que compram aos lavradores.

cruzados são comprados aos lavradores e exportados vivos pelos operadores com seis, sete, oito ou nove meses.

Os lavradores sentem maiores dificuldades na comercialização da carne e outras produções do que na comercialização do leite. Por um lado, e apesar das vicissitudes, a indústria garante à lavoura o escoamento e/ou a compra do leite. O mesmo não sucede no que se refere à carne, onde há muito a fazer no que diz respeito à comercialização. Por outro lado, os lavradores recebem o pagamento do leite do mês no dia 15 do mês seguinte. Tal não sucede com a carne e/ou outras produções. Acresce que na carne existem ainda algumas dificuldades logísticas com a rede de abate. As dificuldades logísticas e os baixos preços praticados ao produtor não têm atraído os lavradores para a carne.<sup>42</sup>

Para além das dificuldades logísticas, há várias questões a resolver na fileira da carne. Na RAA, a questão da carne é essencialmente de pasto. A marca Açores verde pretende vender uma imagem de produtos feitos à base de erva, quer a carne seja proveniente de gado de raças de leite quer seja proveniente de animais cruzados. A carne é melhor engordada com erva. Mas a carne na RAA não é feita só com erva. Apenas no Pico não se dá ração aos animais. A carne de animais que estão no campo, alimentados à base de erva, é mais avermelhada, mais saborosa. Todavia, no presente, os consumidores foram educados a preferir a carne clara. A carne ser clara significa que os animais foram alimentados a ração. Há dificuldades na afirmação de produtos com a marca Açores verde.

Nem toda a carne precisa de ser para bife. Em particular, a carne proveniente de gado de raças de leite. Há um importante mercado nacional de hambúrgueres e de produtos transformados que pode constituir o destino desta carne.<sup>43</sup>

O Ramo Grande é uma raça que foi apurada para o trabalho. Daí o seu porte ser grande. No presente, o Ramo Grande existe em Santa Maria, Pico, Faial, Terceira, São

<sup>42</sup> Um aumento de produção de carne obrigaria ao escalonamento do abate.

<sup>43</sup> O gado de raças de leite não é o melhor para a produção de carne. Segundo informações recolhidas, houve tentativas por parte do Governo de cruzar as vacas Holstein com raças de carne. Todavia, os F1 (cruzamento das Holstein com raças de carne) criam problemas na lactação das vacas conduzindo a quedas na produção de leite.

Jorge e Graciosa, constituindo motivo de atracção turística.<sup>44</sup> Alguns suportam que o Ramo Grande tem um bom potencial para a carne. Os bifes são excelentes e a raça deveria ser aproveitada e melhorada nesse sentido.

Na carne há ainda carências de organização. A carne IGP tem como agrupamento gestor a Federação Agrícola dos Açores.

### 3.6.5. A diversificação

Em Santa Maria e também nas Flores a produção de carne de ovinos é significativa.

Na RAA as produções hortícolas e frutícolas requerem abrigos.

A produção de hortícolas é feita para abastecimento local, muito por causa dos custos avultados de transporte. Nas ilhas mais pequenas existe o factor agravante de uma só estufa ser suficiente para abastecer o mercado inteiro. Em São Miguel, até pelo desenvolvimento do turismo, as hortícolas têm muita procura por via da hotelaria e da restauração. Produzem-se alfaces, tomates, alhos, batatas, as mais diversas miniaturas para saladas, etc. A maior parte da produção é feita em estufa. Em São Jorge há estufas de alface. Todavia, importam-se muitas verduras. Em Santa Maria há muita horticultura, muito incentivada pelos serviços.

No que refere às frutas, importa-se muita coisa e de má qualidade. Há alguma falta de iniciativa para ter escala e fazer contratos com os supermercados. Segundo informações recolhidas, a Frutocoop, na Terceira, é um caso de sucesso. O sucesso resulta da organização e disciplina dos seus associados. Já a Profruto e a Frutaçor, em São Miguel, ainda vivem algumas dificuldades de organização. Em São Jorge, a maior parte dos agricultores que faz estufas e citrinos está empregada noutros sectores. É possível produzir maçãs e citrinos de qualidade na média altitude, com abrigos para

<sup>44</sup> A raça Ramo Grande é apoiada pelas medidas agro-ambientais (medida 232 – Protecção da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande. Segundo a DRACA, esta raça constitui um importante património genético que se encontra em vias de extinção na RAA. A presença destes animais nas explorações está associada a um certo culto da tradição e à afectividade pela raça dos respectivos criadores, fenómenos visíveis, por exemplo, nos desfiles e cortejos etnográficos. No presente, o objectivo é manter ou mesmo aumentar o número de animais.

protecção do vento.<sup>45</sup> No passado chegou-se a exportar laranja para Inglaterra. Hoje em dia, São Jorge importa 50 toneladas de maçã por ano. Dois agricultores bastavam para abastecer a ilha inteira.

O ananás em S. Miguel é produzido em estufa pelo método tradicional (incenso e serradura). O ciclo é de dois anos. Está seis meses em estufas de plástico e os restantes 18 meses em estufas de vidro. A grande época de venda é Dezembro. A cultura do ananás requer muita mão-de-obra. Há quem produza e exporte para o Jumbo e outros hipermercados no Continente. Alguns produtores queixam-se de perder dinheiro, muito provavelmente, por produzirem ananases pequenos.<sup>46</sup>

Na Terceira e em outras ilhas há produtores que produzem flores para a exportação. Estão a conseguir colocá-las em leilões na Holanda. Também colocam proteias e hidranjas secas em Espanha. A TAP tem um acordo com a associação de produtores da Região Autónoma da Madeira para levar as flores na cabine dos aviões, junto aos passageiros. Este tipo de acordo poderia vir a existir para as flores da RAA.

A cultura da beterraba com as ajudas da PAC tem sido competitiva. Todavia, os resultados da cultura são um pouco incertos. Se chove na altura da colheita o teor em sacarose reduz-se. A beterraba estará sempre circunscrita a São Miguel, onde se localiza a fábrica. Não faz sentido andar a transportar a beterraba, por causa dos custos de transporte e de deterioração. Em Santa Maria foi feita uma experiência que não correu bem.

O máximo legal de produção de beterraba nos Açores é de 10000 toneladas de açúcar. A empresa local não tem conseguido produzir esta quantidade. Produz cerca de 6500 toneladas. O ano passado produziu 7300 toneladas. A quota do mercado interno está quantificada em 5000 a 5500 toneladas. A empresa perdeu alguns refrigerantes como a Coca-Cola para 'açúcares de fora'. Os Donuts e muita da doçaria na RAA também usam 'açúcares de fora'. Pelos dados da balança alimentar, o potencial de consumo de

---

<sup>45</sup> Chegou a existir um projecto para um calibrador que nunca foi aprovado.

<sup>46</sup> Um ananás pesa entre 900 e 1400 gramas. O Poseima paga 1,20 euros por kg de ananás.

açúcar na RAA é de 8000 toneladas, sendo que, com o turismo, pode vir a aumentar das 8000 para as 9000 toneladas. A empresa, para ser viável, precisa de produzir 10000 toneladas de açúcar. Ou seja, há um desajustamento entre procura e oferta. A solução é exportar para o exterior. Para a sua viabilização, a empresa precisa de exportar 3000 a 4000 toneladas de açúcar. Todavia, a empresa debate-se com o problema de justificar (vender, escoar) a quantidade de açúcar que produz. Há normativos legais da PAC que impedem a saída de açúcar que tenha recebido ajudas Poseima para regiões da UE que não sejam ultraperiféricas. No entanto, é possível exportar para países terceiros. A empresa está a avançar para um projecto de licores, como forma de diversificar os mercados. O mercado da saúde é a referência.

Há duas fábricas de chá a laborar em São Miguel: a Fábrica de Chá de Porto Formoso, na costa norte, e a Fábrica de Chá da Gorreana. Em 2005, estas duas fábricas produziram um total de 44 toneladas de chá, sendo a Fábrica de Chá da Gorreana responsável por 37 toneladas, quatro das quais exportou para o Continente, Madeira, Alemanha e Dinamarca. Ambas as fábricas recebem a visita de turistas durante todo o ano e oferecem provas dos seus produtos. A unidade de Porto Formoso, que emprega 28 pessoas, dispõe de um espaço museológico que dá a conhecer a cultura tradicional. Estas duas fábricas e as respectivas plantações são as únicas existentes na Europa, no que se refere a esta cultura. Em 2005 foi criada em São Miguel a primeira confraria do chá de Portugal.

No que refere ao vinho, a RAA tem três Indicações de Proveniência Regulamentada: 'Pico', 'Graciosa' e 'Biscoitos' (na Terceira). Também se produzem vinhos em Santa Maria (São Lourenço) e em São Miguel (Caloura).

O IPR 'Pico' é um vinho licoroso branco, produzido principalmente na costa poente da ilha do Pico nos designados 'currais'. Os 'currais' são parcelas cercadas por muros de pedra solta que protegem a vinha do vento. As pedras negras dos muros aumentam a temperatura, o teor de açúcar e conseqüentemente o teor alcoólico do vinho. No Pico também se produzem outros tipos de vinho VQPRD, Vinho Regional e Vinho de Mesa.



O 'Terras de lava', da Cooperativa Vitivinícola do Pico, é um exemplo de um Vinho de Mesa.<sup>47</sup> O vinho produzido no Pico foi no passado famoso, tendo sido exportado para o Norte da Europa e até para a Rússia. O famoso Verdelho do Pico, produzido a partir da casta com o mesmo nome, chegou mesmo à mesa dos Czares da Rússia. Recentemente, a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi reconhecida pela UNESCO.

O IPR 'Graciosa' é um vinho (não licoroso) branco produzido na Ilha Graciosa. Como no Pico, a vinha é cultivada em 'currais'. A Graciosa produz duas mil garrafas num ano (menos de 2000 litros). O apoio técnico de enologia é prestado pelos serviços.

O IPR 'Biscoitos' é um vinho licoroso branco produzido na Ilha da Terceira. A vinha é implantada em quadrículas ('curraletas') separadas por muros de pedra solta ('travessas') que a protegem do vento.

No presente, o mercado interno e o mercado da saudade (Estados Unidos e Canadá) têm sido os mercados para estes vinhos. A distribuição interna é feita por três ou quatro operadores. Para o mercado externo o IAMA é solicitado a intervir, emitindo certificados de genuinidade e qualidade.

---

<sup>47</sup> A designação comunitária VQPRD (Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada) engloba todos os vinhos classificados como DOC (Denominação de Origem Controlada) e IPR (Indicação de Proveniência Regulamentada). A designação comunitária de Vinho Regional aplica-se a vinhos produzidos numa região específica de produção, cujo nome adoptam, elaborados com uvas provenientes, no mínimo de 85%, da mesma região e de castas identificadas como recomendadas e autorizadas, sujeitos também a um sistema de certificação. Aos vinhos que não se enquadrem nas designações VQPRD e Vinhos Regionais aplica-se a designação Vinho de Mesa.

### 3.7. Turismo rural e outras actividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas

O Quadro 11 ilustra as explorações com actividades lucrativas não agrícolas, em 1999, por ilha e por tipo de actividade.

**Quadro 11**

: Actividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas

Actividades lucrativas não agrícolas	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
Turismo rural e actividades directamente relacionadas	18	-	-	6	-	-	2	-	-	10
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	70	-	-	49	1	-	-	13	-	7
Transformação de produtos agrícolas alimentares certificados	10	-	-	-	-	-	-	6	-	4
Transformação de produtos agrícolas alimentares não certificados	972	-	5	11	1	-	1	937	8	9
Transformação de madeira	9	-	1	-	1	-	-	2	2	3
Aluguer de equipamento	74	-	-	8	-	2	-	7	-	57
Outras formas de actividades lucrativas não agrícolas	13	-	2	7	1	-	-	-	-	3
Total de explorações com actividades lucrativas não agrícolas	1166	-	8	81	4	2	3	965	10	93
Percentagem do total das explorações agrícolas	6%	-	1%	2%	6%	0%	0%	36%	2%	1%

Fonte: INE, 2000, RGA 99

Em 1999, 6% das 19230 explorações agrícolas então existentes na RAA tinha actividades lucrativas não agrícolas (1166 explorações). No Pico concentravam-se 83% destas explorações (965 explorações), correspondendo a 36% do total de explorações agrícolas existentes na referida ilha em 1999 (2647 explorações).

Das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas, 83% (972 explorações) transformavam produtos agrícolas não certificados, situando-se no Pico 96% das referidas explorações (937 explorações).

Em 1999, o aluguer de equipamento (para a agricultura) era a actividade lucrativa não agrícola (no sentido de desenvolvida fora da exploração agrícola própria) dominante em São Miguel (57 explorações, 61% das 93 explorações com actividades lucrativas não agrícolas na referida ilha) e o artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares a actividade lucrativa não agrícola dominante na Terceira (49 explorações, 60% das 81 explorações com actividades lucrativas não agrícolas na referida ilha).

Em 1999, o turismo rural e actividades directamente relacionadas era ainda muito incipiente. Apenas 18 explorações agrícolas na RAA (0,09% do total) desenvolviam esta actividade: 10 em São Miguel, 6 na Terceira e 2 nas Flores.

O Quadro 12 ilustra o número de hóspedes em 2003 na hotelaria tradicional e no turismo em espaço rural, por ilha.

**Quadro 12**  
: Hóspedes na RAA e por ilha, em 2003

Territórios	Na hotelaria tradicional número (1)	Na hotelaria tradicional %	No turismo em espaço rural número (2)	No turismo em espaço rural %	(2)/(1)
RAA	171663	100%	1763	100%	0,01
Graciosa	2780	2%	0	0%	0,00
São Jorge	5313	3%	2	0%	0,00
Terceira	32685	19%	927	53%	0,03
Corvo	0	0%	0	0%	n.a.
Faial	17882	10%	222	13%	0,01
Flores	2117	1%	105	6%	0,05
Pico	13450	8%	42	2%	0,00
Santa Maria	3191	2%	31	2%	0,01
São Miguel	94245	55%	434	25%	0,00

Fonte: Turismo, SREA

O Quadro 12 confirma a insipiência do turismo rural. Turismo na hotelaria tradicional e turismo rural concentram-se em três ilhas: São Miguel, Terceira e Faial. Todavia, a importância de cada ilha não é a mesma nos dois tipos de turismo. A Terceira mobiliza 53% do turismo em espaço rural na RAA. A maior expressão relativa do turismo rural dá-se na Terceira e nas Flores.

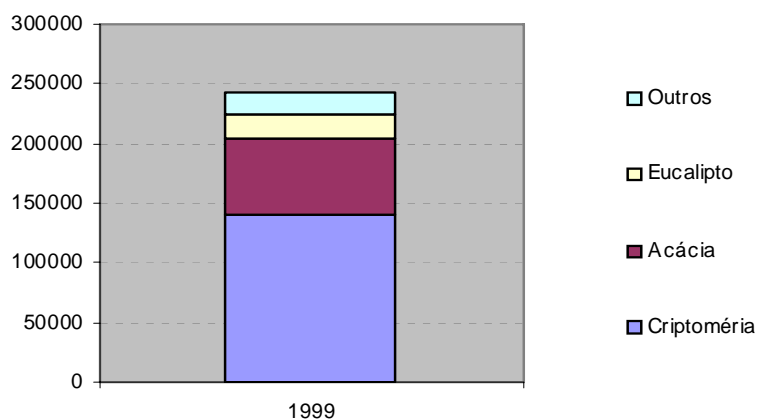
Em 2005, apenas dois empreendimentos estavam licenciados como agroturismos na RAA. A empresária entrevistada (ver Anexo B) é lavradeira, guia turística e dá formação na escola local. Na sua exploração agrícola produz leite. Teve a ideia de desenvolver o seu agroturismo em 1992, avançando com o projecto em 1993. O agroturismo abriu as portas em 1999. Localmente, constitui a única oferta turística existente. Aos turistas garante os pequenos-almoços e, por encomenda, os jantares. O leite e a carne que os turistas consomem são da exploração. O mesmo se passa com a batata, a ervilha, o feijão verde, cuja produção é toda para a casa. Compra o queijo que fornece aos turistas na fábrica a que entrega o leite. Em 2005 teve turistas na época baixa, no Inverno. De resto, tem tido turistas no Verão, um mês e meio a dois meses. Os turistas são de diversas nacionalidades: belgas, holandeses, portugueses do Continente. As pessoas que procuram o empreendimento são geralmente pessoas da classe média que estão fartas do turismo de resort. Ficam, em média, quatro a cinco noites hospedadas. Vêm ver as vacas, provar o leite cru. Não colaboram nos trabalhos da exploração agrícola. Ao todo, a empresária já recebeu cerca de cem pessoas, noventa das quais lhe continuam a escrever podendo vir a regressar. Está a pensar ter instalações passíveis de serem usadas por deficientes.

### 3.8. A floresta e a caça

As reservas florestais que existem estão normalmente em áreas baldias e são geridas pelos serviços florestais. O Estado produz a criptoméria nos baldios, fora das reservas florestais. As reservas florestais têm vegetação natural e outro tipo de vegetação como, por exemplo, a floresta de criptoméria.

Em 1999, foi realizado um inquérito à indústria da Serração. Os resultados do inquérito mostraram que dos 243007 m<sup>3</sup> de madeira serrados anualmente 58% eram de criptoméria (ver Figura 21), na sua maioria proveniente de São Miguel. No Pico e na Terceira as espécies com maior significado em volume de madeira serrado eram, respectivamente, o pinheiro e o eucalipto.

**Figura 21**  
: Madeira serrada na RAA por espécie (m<sup>3</sup>)



Fonte: SRA, 2004, Relatório do Estado do Ambiente 2003

A gestão da floresta de produção é variável com as ilhas. Por exemplo, na Terceira, a floresta de produção é gerida pelo Estado (principalmente em áreas baldias), por grandes produtores florestais e por agricultores. Em São Jorge, a floresta de produção é privada, na sua maior parte de criptoméria (*Cryptomeria japonica*), e aparece no meio das pastagens. Tipicamente os agricultores fazem cortinas de abrigo. Para além

da floresta de produção há também floresta de protecção (urze endémica, que não pode ser cortada), zonas de vegetação natural e áreas abandonadas.

A revolução da criptoméria é no mínimo de 30 anos, por imposição da legislação vigente. A RAA pode ter vantagens na produção de criptoméria. Segundo a DRRF, esta espécie exótica adaptou-se muito bem às condições edafoclimáticas, principalmente de clima, tem crescimentos muito bons e é frequente, em algumas das ilhas, obter classes de qualidade não inferiores às obtidas no Japão (classes 23 e 25). Todavia, ainda segundo a DRRF, o modelo de silvicultura da RAA privilegia revoluções mais curtas do que o do Japão. NA RAA a opção por ciclos mais curtos prende-se com problemas sanitários (inerentes ao facto de ser uma espécie exótica na RAA) e com pressões do mercado.<sup>48</sup> A madeira da criptoméria serve para acabamentos das habitações (tectos falsos, rodapés, etc.) e também para mobiliário. No presente, o mercado da RAA é excedentário em madeira de criptoméria e deficitário noutros materiais lenhosos. A criptoméria é exportada em toros para a Região Autónoma da Madeira, para o Continente e para o Norte da Europa.

As matas de criptoméria têm problemas no que respeita à biodiversidade. Segundo a DRRF, os problemas prendem-se mais com os modelos de silvicultura aplicados do que com a espécie em si, sendo que há que discutir os referidos modelos. Para esta Direcção, a criptoméria é e continuará a ser no futuro a principal espécie do panorama florestal regional, constituindo o suporte da fileira florestal da Região e uma actividade cada vez mais pujante. Ainda segundo a DRRF, a criptoméria tem vindo a revelar-se com uma das espécies que melhor se adapta às condições de meio que grassam onde a pastagem já não é economicamente rentável e ambientalmente sustentável.<sup>49</sup>

O eucalipto tem uma revolução de 8, 10 ou 12 anos. Segundo a Direcção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) da SRAF, na ilha Terceira cessou a plantação de novas áreas de eucalipto. A formação de novas matas de eucalipto ficou condicionada por

<sup>48</sup> Segundo um entrevistado, seria importante identificar a variabilidade genética existente no Japão e, se necessário, importar desse país variabilidade genética com interesse para a RAA. Segundo a DRRF, há desenvolvimentos a fazer com a criptoméria, sendo que o melhoramento genético da espécie no Japão, já centenário, tem permitido, através de determinadas técnicas, otimizar e maximizar a rentabilização de uma espécie tão importante para a economia florestal da RAA.

<sup>49</sup> Ou seja, quando a erosão já não permite a rentabilidade económica das pastagens estas são substituídas por matas de criptoméria.

factores económicos ligados à produção e por legislação no entretanto criada. Todavia, as áreas plantadas continuam a ser exploradas e conduzidas em regime de alto fuste.

Nas décadas de 80 e 90, a empresa Celbi teve uma actuação muito forte na ilha Terceira. A partir de 2000, a sua actividade começou a decrescer e actualmente cessou por completo.<sup>50</sup> No presente, a empresa Mata da Serra é a proprietária das matas que eram da Celbi. A empresa Mata da Serra realiza o manejo florestal das referidas matas e exporta a madeira de eucalipto que produz para o Norte da Europa.

Segundo a DRRF, têm sido realizados estudos sobre outras espécies florestais, como o carvalho e o cedro do mato. Os principais objectivos destes estudos são a diversificação dos produtos florestais e a sustentabilidade do sector. Por exemplo, por iniciativa da DRRF e no âmbito do Programa de melhoramento Florestal, foi iniciado, há poucos anos, um estudo sobre o cedro do mato (*Juniperus brevifolia*). Todavia, segundo a DRRF, ainda não existem dados no que refere à produção de madeira, existem muito poucos dados sobre a condução e alguns dados sobre a propagação. O cedro do mato é uma espécie endémica da floresta de *laurisilva* (matas visualmente semelhantes às da Madeira mas com uma composição diferente). Tradicionalmente, o cedro do mato foi utilizado para fazer mobiliário e barcos. O cedro do mato é uma espécie protegida da Convenção de Berna<sup>51</sup>. Segundo a DRRF, ao abrigo da Legislação das Directivas Habitats e Aves e de parecer da Secretaria Regional do Ambiente (Direcção Regional do Ambiente – Direcção de Serviços de Conservação da Natureza) é possível a produção de cedro do mato em povoamento florestal e com manejo silvícola.<sup>52</sup> O que não é possível é a utilização, por mero interesse particular, do cedro do mato proveniente de habitat natural e/ou zona de vegetação natural. Segundo informações recolhidas, há operadores privados interessados na produção de cedro de mato. Existem mobílias feitas com a madeira de cedro do mato que são valiosíssimas.

<sup>50</sup> Com a paz em Angola, muitas das empresas de celulose deslocalizaram a produção para o referido país.

<sup>51</sup> Convenção de Berna Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa, de 19 de Setembro de 1979.

<sup>52</sup> Segundo a DRRF, o cedro do mato não figura da listagem da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção) e consequentemente o seu comércio, resultante da sua produção silvícola, não está proibido.

No que refere à caça, o coelho é uma espécie cinegética sujeita a calendário venatório. Segundo a DRRF, no presente, não constitui uma praga. A caça ao coelho está aberta todo o ano na Ilha das Flores e numa zona restrita da ilha do Pico (onde se cultivam milho, vinha e culturas hortícolas). Nas ilhas de Santa Maria, Terceira e Graciosa, a caça encontra-se aberta na totalidade do território apenas num determinado período do ano. Nestas ilhas, a captura do coelho é interdita nos períodos de reprodução da espécie. Em São Jorge a caça ao coelho é permitida todo o ano. Todavia, são estipulados limites de captura no edital de cada época venatória. Em São Miguel a caça ao coelho só é permitida de Outubro a Dezembro. A virose hemorrágica faz com que em certas alturas as populações de coelho entrem declínio.<sup>53</sup> Há operadores privados que vêm na caça ao coelho uma mais valia, conduzindo, para o efeito, grupos de caçadores até à RAA.

Como espécies cinegéticas, para além do coelho existem na RAA a codorniz, a galinhola, a narceja e o pombo da rocha. Os calendários venatórios são definidos para cada ilha, tendo em conta a realidade cinegética e os pareceres das associações agrícolas, de caçadores e de defesa do ambiente existentes em cada ilha. Tem sido feito um esforço, por parte da DRRF, no sentido de uniformizar entre ilhas os períodos de caça no que concerne às espécies cinegéticas galinhola e codorniz.

No que refere a novas espécies cinegéticas, foi tentada a introdução da perdiz. Segundo a DRRF, no Pico, Terceira e em algumas zonas de São Miguel a perdiz adaptou-se. Todavia, não existe, no presente, nenhum estudo de monitorização desta espécie. Tal estudo irá ser realizado em breve, através de um protocolo com uma equipa da Universidade do Porto. No que diz respeito ao gamo, segundo a DRRF, a introdução desta espécie

---

<sup>53</sup> Segundo a DRRF, em 1998 apareceu o segundo surto da virose hemorrágica, que ocorreu em todas as ilhas, excepto as ilhas de Santa Maria e das Flores. A DRRF cancelou, de imediato, a caça ao candeio nas ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial, como medida de recuperação da densidade populacional. Estabeleceu também para estas ilhas zonas de defeso para o coelho, como medida cautelar para a recuperação do coelho. Em 1999, surgiu um surto de virose hemorrágica em Santa Maria, tendo a população de coelho recuperado a sua densidade populacional ao longo do ano. A DRRF afirma que está atenta ao aparecimento de novos surtos da virose, fazendo vistorias diárias às zonas afectadas, enviando para análise espécimes e retirando animais mortos, de modo a minimizar, o mais rapidamente possível, potenciais focos de contaminação viral.



Segundo informações recolhidas, a produção de carne de gamo terá sido equacionada por particulares. Todavia, a DRRF afirma que a introdução desta espécie em propriedades particulares ou públicas, com vegetação natural ou não, é extremamente complexa, uma vez que os ecossistemas insulares são muito frágeis. Ou seja, segundo a DRRF, tal introdução exigiria, numa primeira fase, um estudo de impacto ambiental da espécie.<sup>54</sup> A DRRF também afirma que, por este facto, nunca terá equacionado a introdução do gamo com objectivos de caça e que a SRAF nunca terá equacionado a produção de carne de gamo.

---

<sup>54</sup> Os problemas prendem-se directamente com o porte destes animais e são, num certo sentido, semelhantes aos que detectamos como associados à presença de vacas leiteiras de grande porte nas pastagens em altitude.

## 3.9. A terra das explorações agrícolas

### 3.9.1. Número de explorações, SAU total e SAU média

Segundo os RGAs 89 e 99 e o Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003, o número de explorações agrícolas passou de 24612, em 1989, para 19230, em 1999, e para 16191, em 2003. Ou seja, em 2003 existiam -16% das explorações agrícolas do que em 1999 e em 1999 existiam -22% das explorações do que em 1989. No período inter censitário, por ilha, destacam-se o Corvo, a Terceira e o Pico, onde as reduções em número de explorações foram inferiores: -6% no Corvo e -15% na Terceira e no Pico.

A redução em número de explorações não foi acompanhada por uma diminuição da Superfície Agrícola Útil (SAU) total. Pelo contrário, na RAA a SAU total aumentou 1% no período inter censitário e 15% de 1999 a 2003.

No período inter censitário, a evolução por ilha foi desigual sendo de destacar um aumento de SAU total igual ou superior a 5% na Graciosa (+5%), na Terceira (+5%) e no Pico (+9%) e uma diminuição superior a 5% no Corvo (-15%), nas Flores (-13%) e em Santa Maria (-7%). Em São Miguel a SAU total aumentou 3%.

Em 2003, a RAA tinha 16191 explorações agrícolas, uma SAU total de 142054 hectares e uma SAU média por exploração agrícola de 8,8 hectares.

O Quadro 13 mostra o número de explorações, a SAU total e a SAU média, em 1999, na RAA e por ilha.

**Quadro 13****: Número de explorações agrícolas, SAU e SAU média, em 1999**

Territórios	Nº exp. (1)	ha SAU (2)	SAU média (2)/(1)
<b>RAA</b>	<b>19230</b>	<b>121308</b>	<b>6,3</b>
Graciosa	925	3379	3,7
São Jorge	1290	11434	8,9
Terceira	4507	24354	5,4
Corvo	65	982	15,1
Faial	1264	8648	6,8
Flores	607	8004	13,2
Pico	2647	19211	7,3
Santa Maria	578	4223	7,3
São Miguel	7347	41076	5,6

Fonte: INE, 2000, RGA 99

Em 1999, 61% das explorações agrícolas e 54% da SAU localizavam-se em duas ilhas: São Miguel e Terceira. A Graciosa, a Terceira e São Miguel eram as ilhas com uma SAU média abaixo da média da RAA (6,3 hectares). O Corvo e as Flores destacavam-se com SAU médias claramente afastadas da média por cima, respectivamente 15,1 e 13,2 hectares.

No período inter censitário, a SAU média por exploração na RAA aumentou 30% e de 1999 a 2003 aumentou 40% (de 4,8 hectares, em 1989, para 6,3 hectares, em 1999, para 8,8 hectares em 2003). Esta é uma evolução estrutural muito significativa. No período inter censitário, a SAU média das explorações aumentou em todas as ilhas, com a exceção do Corvo, onde diminuiu.<sup>55</sup>

### 3.9.2. Fragmentação das explorações

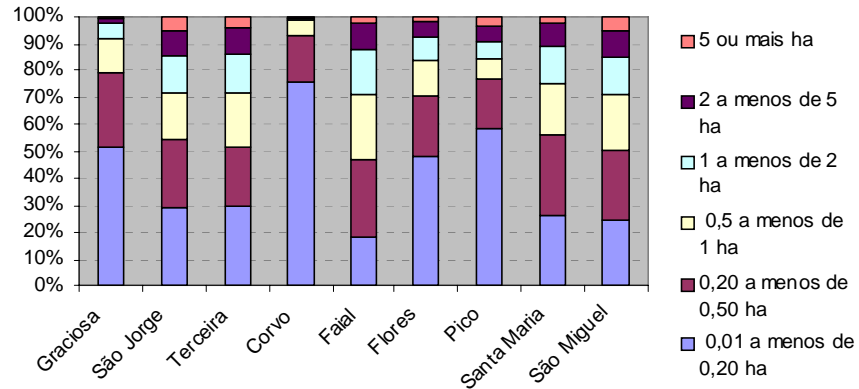
No que refere ao número de blocos com SAU por exploração, em 1999, na RAA, as explorações agrícolas tinham em média 5,62 blocos com SAU (5,72 em 1989) com uma

<sup>55</sup> Segundo o PDRu (SRAP, 2001, PDRu) na última década reduziram-se significativamente o número, a área e o peso de todos os escalões de SAU inferiores a 20 hectares. Em contrapartida, aumentou consideravelmente a área e o peso relativo na estrutura fundiária da RAA das explorações agrícolas com mais de 20 hectares de SAU.

SAU média por bloco de 1,12 hectares (0,85 hectares em 1989). Ou seja, houve uma ligeira redução do número de blocos com SAU por exploração no período intercensitário (-2%) e um importante acréscimo da dimensão média em SAU por bloco (+32%). As realidades por ilha são distintas. O número de blocos com SAU aumentou em quase todas as ilhas ligeiramente, com o aumento da dimensão das explorações, aumentou muito no Corvo (+67%) e diminuiu muito no Faial (-41%). A SAU média por bloco aumentou em todas as ilhas, aumentou muito no Faial (+123%) e diminuiu muito no Corvo (-46%).

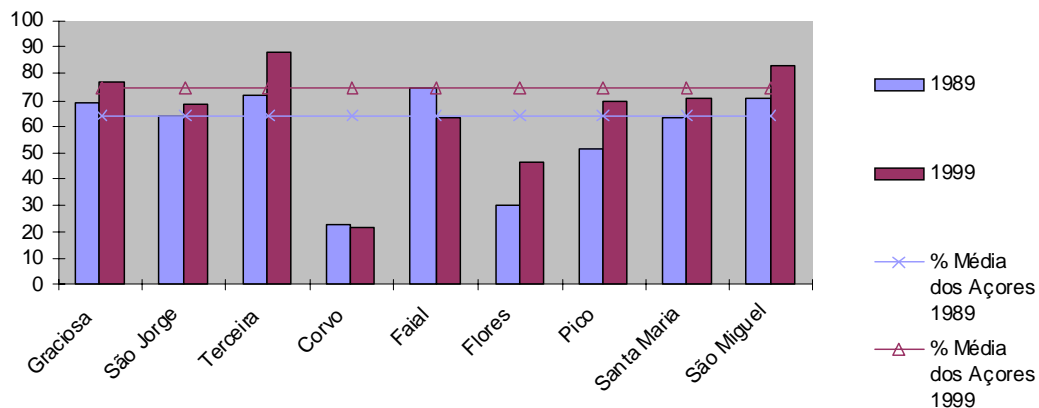
No que refere à dimensão em SAU, 37% dos blocos com SAU tinham menos de 2000 m<sup>2</sup> de SAU e 60% menos de 5000 m<sup>2</sup>. Isto indica possíveis dificuldades na mecanização de operações culturais em muitos dos blocos da RAA. A Figura 22 mostra a distribuição de blocos com SAU por classes de dimensão de SAU e por ilha, em 1999. No Corvo 76% dos blocos tinham menos de 2000 m<sup>2</sup> de SAU e 93% menos de 5000 m<sup>2</sup>, constituindo esta a pior situação. Seguiam-se a Graciosa, as Flores e o Pico, em que mais de 48% dos blocos tinham menos de 2000 m<sup>2</sup> de SAU e mais de 70% menos de 5000 m<sup>2</sup>. No extremo oposto, tínhamos São Jorge, Terceira, Faial, Santa Maria e São Miguel, em que 29% ou menos dos blocos tinham menos de 2000 m<sup>2</sup> de SAU e menos de 56% tinham menos de 5000 m<sup>2</sup>.

Um outro factor que pode perturbar a mecanização das operações culturais é a falta de acessos aos blocos com SAU. A Figura 23 ilustra os problemas que existiam em 1989 e em 1999 com os acessos aos blocos com SAU. Em 1999, 74% dos referidos blocos tinha acesso na RAA, contra 64% em 1989. Em 1999, o Corvo e as Flores apresentam os maiores problemas com os acessos e a Terceira e São Miguel os menores. À excepção do Corvo, houve uma evolução positiva neste factor em todas as ilhas no período em análise.

**Figura 22****: Classes de dimensão da SAU**

Fonte: INE, 2000, RGA 1999

Um outro factor que pode perturbar a mecanização das operações culturais é a falta de acessos aos blocos com SAU. A Figura 23 ilustra os problemas que existiam em 1989 e em 1999 com os acessos aos blocos com SAU. Em 1999, 74% dos referidos blocos tinha acesso na RAA, contra 64% em 1989. Em 1999, o Corvo e as Flores apresentam os maiores problemas com os acessos e a Terceira e São Miguel os menores. À excepção do Corvo, houve uma evolução positiva neste factor em todas as ilhas no período em análise.

**Figura 23****: Blocos com acesso a caminhos públicos (%)**

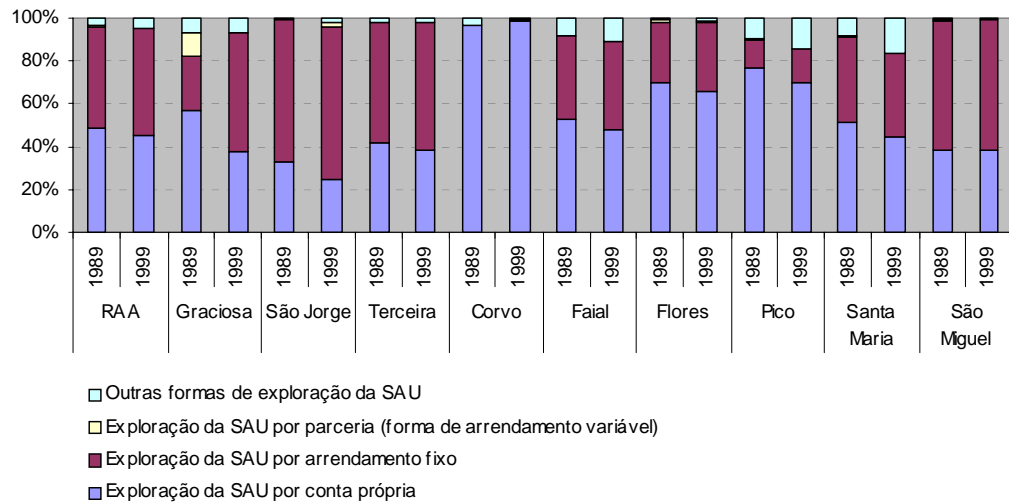
Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

### 3.9.3. Formas de exploração

No que refere às formas de exploração, em 2003 49% das explorações eram por arrendamento e 54% da SAU era arrendada na RAA. No todo nacional os valores equivalentes eram respectivamente 14% e 24%. Ou seja, as formas de exploração por arrendamento são bem mais expressivas na RAA do que no todo nacional, denotando a maior dinâmica do mercado da terra agrícola na RAA.

No período inter censitário, com o abandono de algumas explorações agrícolas e à semelhança do todo nacional, o número de explorações por arrendamento diminuiu mais na RAA (-28%) do que o número de explorações por conta própria (-19%). Todavia, em área o arrendamento cresceu 3%. Ou seja, por um lado houve abandono de explorações agrícolas, em particular das explorações por arrendamento. Por outro lado, as explorações que permaneceram aumentaram a sua dimensão, em parte, recorrendo ao arrendamento.

A Figura 24 mostra as formas de exploração da SAU por ilha em importância de área.

**Figura 24****: Formas de exploração da SAU**

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

O fenómeno de aumento da área arrendada no período intercensitário estendeu-se a todas as ilhas. Todavia, enquanto que o Corvo, as Flores e o Pico se destacam pela área de SAU explorada ser predominantemente por conta própria, respectivamente, 99%, 65% e 70% em 1999, São Jorge, Terceira e São Miguel destacam-se pelo domínio do arrendamento, respectivamente, 73%, 59% e 61% em 1999. É precisamente nestas três últimas ilhas, onde domínio do arrendamento é mais forte, que o tipo de agricultura profissional, com uma função mais produtiva, ocupa mais de 74% da SAU (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas).

#### 3.9.4. Tipos de exploração

O domínio das explorações do tipo familiar é absoluto em todas as ilhas. Em 2003, na RAA, 97% das explorações agrícolas pertenciam a produtores singulares. Em 1999, a percentagem era 99%, aplicando-se à RAA e a todas as suas ilhas. O facto tem importância maior. O sector parece constituir uma rede de segurança social

importantíssima na RAA, uma âncora em situações de crise e/ou de conjunturas económicas adversas, como a que temos vivido nos últimos anos.

### **3.9.5. A gestão dos baldios**

No passado, em todo o País, o baldio era um terreno possuído e gerido por uma assembleia local de compartes, isto é, pelos moradores de uma ou mais freguesias ou de parte desta(s) que, segundo os usos e costumes, tinham direito ao seu uso e fruição. Constituía, em regra, um logradouro comum de apascentação do gado, de recolha de lenha e de mato, de cultivo, etc.

No presente, na RAA, a gestão e a administração dos baldios compete à DRRF. Segundo a DRRF, os baldios na RAA podem ser agrupados em três grandes grupos: i) zonas de vegetação natural com interesse botânico e científico, ii) matas públicas e iii) pastagens baldias. Ainda segundo a referida Direcção, no que refere às pastagens baldias existem duas modalidades de gestão: i) o regime de arrendamento de pastagem e ii) o regime de pastoreio de gado à cabeça.

O regime de arrendamento de pastagem é aplicado nas ilhas de São Miguel, Santa Maria, Terceira e Graciosa. Neste regime, compete aos serviços operativos da DRRF assegurar o abastecimento de água às pastagens, a vedação dos terrenos, os acessos às parcelas, as boas condições de produção das parcelas. O regime de gado à cabeça é aplicado nas ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Neste regime compete aos serviços operativos da DRRF o que competia no anterior regime e ainda o amanho da terra (sementeiras, limpezas, adubações, etc.) e o cuidar dos animais no pasto.

Segundo dados fornecidos pela DRRF, em 2004 existiam na RAA no regime de gado à cabeça 699 lavradores e 2406 hectares de pastagem baldia e no regime de arrendamento 1051 lavradores e 2757 hectares de pastagem baldia, isto é, um total de 1750 lavradores e 5163 hectares de pastagem baldia. Só na ilha Terceira situavam-se 708 lavradores rendeiros (67% dos lavradores rendeiros dos baldios, 40% do total de



lavradores dos baldios) e 2278 hectares de pastagem baldia (83% da pastagem baldia arrendada, 44% do total de pastagem baldia).

As receitas geradas em ambos os regimes são distribuídas na proporção de 60% para as respectivas autarquias locais e 40% para os cofres da Região. Segundo a DRRF, estas receitas reforçam as dotações disponíveis para investimentos que possam trazer benefícios às populações.

### **3.9.6. O aumento da dimensão das explorações agrícolas e o emparcelamento**

A dimensão das explorações agrícolas parece ser mais importante para os resultados das referidas explorações do que a sua consolidação. Todavia, o compromisso político de suporte ao emparcelamento é forte. Há um programa (SICAT) de apoio aos rendeiros para compra de terra. Há a ideia concreta de alterar a lei dos baldios para proceder ao seu emparcelamento.

O emparcelamento é complicado. É complicado por compra e venda, por causa do valor afectivo da terra. É complicado por via do arrendamento, por causa das mentalidades e dos diferentes proprietários. Ou seja, há grandes dificuldades com o emparcelamento, também por via do arrendamento, pois os senhorios querem, naturalmente, alugar a terra a quem mais pagar pela mesma. Não sendo fácil o emparcelamento da terra, há ganhos a realizar com o referido. Os ganhos estão associados à redução da dispersão das parcelas, à maior racionalização das operações culturais e das infra estruturas de suporte à actividade agrícola. Como resultado da referida dispersão, muitas parcelas não têm nem abastecimento de água nem abastecimento de luz (electricidade). No Faial a aposta no emparcelamento é muito grande. Há a ideia de emparcelar para tirar partido dos perímetros agrários, sedentarizar as explorações de leite, fazer o abastecimento de água e a electrificação, aumentar a higiene na recolha do leite.

Grande parte das parcelas tem áreas mínimas para a mecanização. Face à dispersão das parcelas existente, o incremento de dimensão das explorações agrícolas por via do acréscimo do número de parcelas não tem aumentando nem a dispersão nem as distâncias médias a percorrer para chegar às referidas parcelas.

O aumento da dimensão das explorações agrícolas tem-se dado pelo mercado de compra e venda e pelo mercado de arrendamento. Para se entrar no mercado de arrendamento tem de se pagar o acesso à terra (trespasse). É grande a pressão para adquirir terra. Em São Miguel, para entrar no arrendamento, paga-se 10000 euros (2000 contos) por meio hectare, nas zonas baixas da bacia leiteira, e 5000 euros (1000 contos) por meio hectare nas outras áreas.<sup>56</sup> Mesmo assim, tem sido mais viável o aumento da dimensão das explorações agrícolas por via do arrendamento do que pela compra e venda.

---

<sup>56</sup> Em São Miguel, em média, os lavradores têm mais de uma vaca (1 CN) por cada meio hectare de superfície forrageira (ver adiante, Figura 37).

## 3.10. O trabalho das explorações agrícolas

### 3.10.1. A mão-de-obra agrícola e a população agrícola

O Quadro 14 ilustra o total de Unidades de Trabalho Agrícola (UTA) em 1989, em 1999 e em 2003 bem como a sua distribuição por grupo de UTA. Em 1989, 1999 e 2003 a estrutura das UTA era semelhante, existindo um claro domínio das UTA familiares que constituíam mais de três quartos da mão-de-obra utilizada nas explorações agrícolas da RAA. Todavia, com o abandono de explorações agrícolas no período em análise houve um correspondente êxodo de UTA, -24% entre 1989 e 1999, -13% entre 1999 e 2003. Acresce que, entre 1999 e 2003 houve uma redução do peso do trabalho eventual (em particular do trabalho não contratado) nas explorações agrícolas.

#### **Quadro 14**

**: UTA na RAA em 1989, 1999 e 2003**

Grupos de UTA	1989	1999	2003
Total de UTA	21063	15934	13827
- familiares	77%	77%	78%
- não familiares permanentes	14%	14%	17%
- não familiares outros	9%	9%	5%

Fonte: INE, 1990, RGA 89, INE, 2000, RGA 99 e INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003.

Em 2003, cerca de 53764 pessoas residiam em explorações agrícolas na RAA, 22% (quase um quarto) da população residente na RAA em 2001, -21% do que a população agrícola existente em 1999 (68340 pessoas).

O Quadro 15 ilustra a variação da população agrícola no período inter censitário, o peso da população agrícola em 1999 na população residente em 2001 e a população agrícola em 1999 por exploração agrícola.

**Quadro 15****: População agrícola na RAA**

Territórios	Varição da população agrícola (1989-1999)	População residente em 2001 (1)	População agrícola em 1999 (2)	(2)/(1)	Número de explorações agrícolas em 1999 (3)	(2)/(3)
RAA	-26%	241763	68340	28%	19230	3,6
Graciosa	-19%	4780	2790	58%	925	3,0
São Jorge	-28%	9674	4520	47%	1290	3,5
Terceira	-17%	55833	15550	28%	4507	3,5
Corvo	-13%	425	233	55%	65	3,6
Faial	-31%	15063	4391	29%	1264	3,5
Flores	-34%	3995	1846	46%	607	3,0
Pico	-21%	14806	8733	59%	2647	3,3
Santa Maria	-29%	5578	1952	35%	578	3,4
São Miguel	-30%	131609	28325	22%	7347	3,9

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

No período inter censitário, a população agrícola passou de 92351 habitantes para 68340 habitantes (-26%). Na Graciosa, na Terceira e no Pico, o êxodo das explorações agrícolas foi inferior ao êxodo médio verificado na RAA e em todas as outras ilhas foi superior.

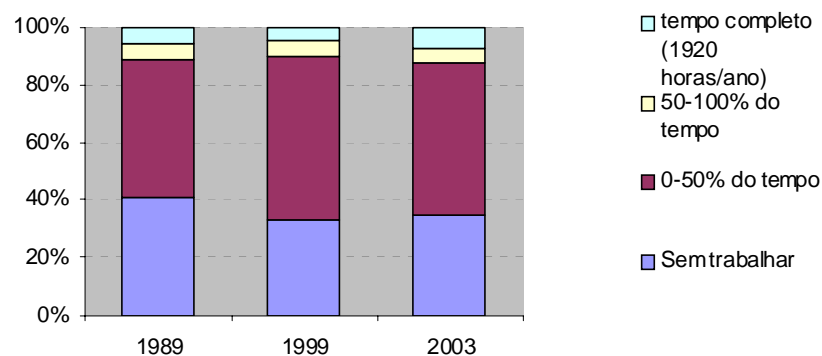
Em 1999, a importância da população agrícola na população residente era menor em São Miguel, na Terceira e no Faial, as ilhas com os maiores centros urbanos (respectivamente, cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta) e/ou com maiores oportunidades de trabalho fora do sector agrícola. A reduzida dimensão média das famílias agricultoras denota um perfil bastante urbano das referidas famílias em todas as ilhas.

A Figura 25 ilustra o tempo dedicado à exploração agrícola pelo total da população agrícola, em 1989, 1999 e 2003. Em 2003, 65% do total da população agrícola trabalhava nas explorações agrícolas da RAA (o número equivalente no todo nacional era 84%). Cerca de 53% do total da população agrícola (81% da população agrícola que trabalhava nas explorações) trabalhava menos de 50% do seu tempo nas explorações agrícolas. Estes números denotam uma forte presença de uma população

agrícola a tempo parcial na agricultura da RAA, em magnitude superior à que se verificava no todo nacional.

**Figura 25**

**: População agrícola familiar por tempo de actividade na exploração**



Fonte: INE, 1990, RAG 89, INE, 2000, RGA 99, INE, 2005, Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2003.

O Quadro 16 ilustra a distribuição por tempo de actividade na exploração agrícola dos membros da população agrícola que trabalhavam nas explorações agrícolas da RAA. Em 1999, 71% dos produtores (50% no todo nacional) trabalhavam menos de 50% do seu tempo nas explorações agrícolas. Isto denota uma presença dominante na RAA, muito superior à do todo nacional, de agricultores dirigentes de exploração a tempo parcial. Do Quadro 16 também é de realçar o afastamento dos cônjuges, na sua maioria mulheres, dos trabalhos na exploração agrícola. Cerca de 96% dos cônjuges dos produtores da RAA (61% no todo nacional) trabalhavam menos de 50% do tempo nas explorações agrícolas.

**Quadro 16**

: População agrícola que trabalhava na exploração por tempo de actividade na exploração, em 1999 na RAA

Tempo de actividade na exploração em 1999	Produtor	Cônjuge	Outros membros	Total
Total	19086	11342	15022	45450
>0 a <50%	71,0%	96%	92%	84%
50 a <100%	14,0%	3%	4%	8%
Tempo completo	15,0%	1%	4%	8%

Fonte: INE, 2000, RGA 1999

O Quadro 17 ilustra as actividades principais exteriores dos produtores singulares e da população agrícola, em 1999. Em 1999, 39% dos produtores singulares e 28% da população agrícola declaravam ter uma actividade principal exterior à exploração agrícola. Ou seja, confirma-se a importante presença de uma agricultura a tempo parcial, pluriactiva, sendo que a integração no mercado de trabalho externo à exploração agrícola do produtor singular era mais intensa do que a integração nesse mesmo mercado dos outros membros da população agrícola (alguns ainda crianças). As actividades principais exteriores identificadas são a administração pública, a construção e o comércio por grosso e retalho. Em todas as ilhas, o sector terciário dominava como o sector de actividade principal exterior dos produtores singulares.

O Quadro 18 mostra a percentagem de produtores singulares com actividade principal remunerada no exterior da exploração agrícola por ilha, em 1999. O grau de integração no mercado de trabalho externo à exploração agrícola do produtor singular era bastante superior à média regional em Santa Maria (53%) e bastante inferior à referida média em São Jorge (28%), no Corvo (20%) e nas Flores (27%). A pluriactividade da agricultura tem expressões diferentes em cada ilha. Os números reflectem oportunidades relativas de trabalho dentro e fora do sector agrícola diferenciadas.<sup>57</sup> Por exemplo, em 1999, quase metade da população residente em São

<sup>57</sup> Note-se que as oportunidades fora do sector agrícola podem estar ou não em estreita associação com este sector.

Jorge era população agrícola (47%). São Jorge tem poucas oportunidades de emprego fora do sector agrícola e simultaneamente a presença forte de uma agricultura profissional (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas). Daí que a pluriactividade da agricultura em São Jorge seja menos expressiva do que em outras ilhas.

**Quadro 17**

**: Produtores singulares e população agrícola familiar com actividade principal exterior à exploração**

Actividade exterior principal	Com actividade exterior principal	
	Produtor singular	População agrícola
Número (% do total)	7420 (39%)	19141 (28%)
Agrc. prod. animal, caça e actv. serviços relacionado	10%	8%
Silv. exp florestal e act serviços relacionados	2%	1%
Pesca, aquacultura e act. serviços relacionados	3%	2%
Ind. alimentares das bebidas e do tabaco	2%	2%
Outras ind.	5%	5%
Prod. dist. de electricidade, gás e água	2%	2%
Construção	14%	14%
Comércio por grosso e retalho	12%	13%
Alojamento e restauração	2%	2%
Administração pública	21%	18%
Educação	2%	6%
Saúde e acção social	2%	4%
Outras	24%	23%

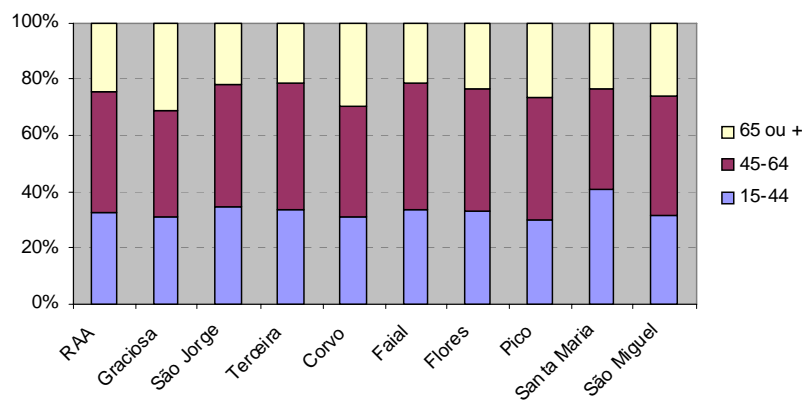
Fonte: INE, 2000, RGA 99

**Quadro 18****: Produtores singulares com actividade principal remunerada exterior à exploração, por ilha, em 1999**

Produtores singulares	Com actividade principal remunerada exterior à exploração (2)		
	Total (1)		(2)/(1)
RAA	19086	7420	39%
Graciosa	921	382	41%
São Jorge	1279	357	28%
Terceira	4464	1894	42%
Corvo	64	13	20%
Faial	1262	473	37%
Flores	604	165	27%
Pico	2640	974	37%
Santa Maria	576	307	53%
São Miguel	7276	2855	39%

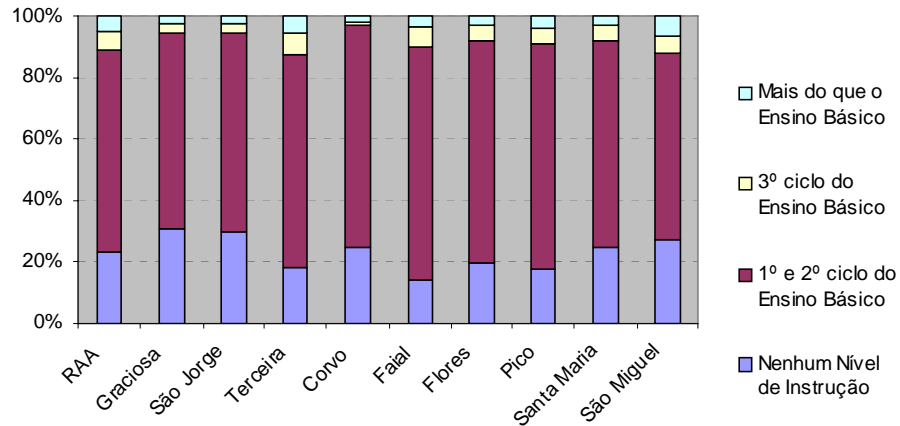
Fonte: INE, 2000, RGA 99

A Figura 26 ilustra a estrutura etária dos produtores singulares. A Figura 27 ilustra o grau de escolaridade dos produtores singulares em 1999.

**Figura 26****: Estrutura etária dos produtores singulares**

Fonte: INE, 2000, RGA 1999



**Figura 27****: Escolaridade dos produtores singulares**

Fonte: INE, 2000, RGA 1999

Cerca de 32,5% dos produtores singulares tinha menos de 45 anos em 1999. No todo nacional o valor equivalente era 16%. Ou seja, em relação ao todo nacional estamos na presença de dirigentes de explorações familiares substancialmente menos idosos. Por ilha as diferenças de estrutura etária dos dirigentes de exploração familiares não são muito grandes, destacando-se Santa Maria com a população mais jovem (41% tinha menos de 45 anos em 1999).

Em 1999, a instrução escolar dos dirigentes das explorações agrícolas era bastante baixa na RAA: 22% não tinha nenhum nível de instrução e 66% tinha o 1º ciclo e/ou o 2º ciclo. O baixo nível de instrução limita quer o potencial de diversificação das actividades nas explorações agrícolas quer as oportunidades de emprego exteriores às explorações agrícolas.

### 3.10.2. O êxodo agrícola

Na RAA o número de produtores de leite tem vindo a diminuir a um ritmo mais rápido do que o número de agricultores. O contributo do subsector do leite para a coesão económica social e territorial da RAA será cada vez menor. O abandono do subsector é

devido à falta de rendimento, à falta de opções, à falta de mão-de-obra qualificada, à falta de formação dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, ao endividamento dos lavradores.

Em São Miguel, nos últimos três ou quatro anos, o número de produtores de leite terá diminuído bastante. Muita gente saiu do subsector do leite para a reforma. Os pequenos agricultores tendem a sair do subsector, por causa das exigências no que refere à qualidade do leite. Outros abandonam por estarem endividados, entregando a exploração e as vacas aos lavradores que ficam.

Os produtores que ficam no subsector do leite realizam economias de escala (com o crescimento dos efectivos) e aumentam a produção. A produção tem-se vindo a mecanizar e os resultados económicos das explorações a melhorar, por via da maior eficiência. Os produtores que saem do subsector do leite constituem um problema social.<sup>58</sup>

Em São Jorge, em 2003, existiam 435 produtores de leite, em 2004, 419 e em 2005, 379 (dos quais 200 fazem o Poseima). Ou seja, têm saído alguns lavradores do leite. Os mais velhos vão para a carne. Os mais novos vão para fora do sector agrícola local: construção, serviços e alguma emigração. A percepção é que a ilha está a esvaziar, por não existirem empregos alternativos. Em São Jorge, têm saído do leite produtores a tempo inteiro.

Os jovens não querem ficar na agricultura. A actividade agrícola não é, nem nunca foi, socialmente e economicamente atractiva. Todavia, no presente a relutância ao trabalho agrícola será maior do que era há uns anos atrás. Há dificuldades em encontrar mão-de-obra agrícola, pois esta está a sair do sector para a construção, para os serviços e para a emigração, elevando o preço da mão-de-obra utilizada no sector. Em todas as culturas, incluindo a beterraba, o factor mais limitativo é a mão-de-obra. No leite, o

---

<sup>58</sup> Os produtores de leite nunca foram empregados, foram sempre patrões de si próprios. É difícil aos quarenta anos de idade mudar de actividade.

preço dos tratadores de gado subiu muito pois muita gente passou a ser mestre-de-obras.

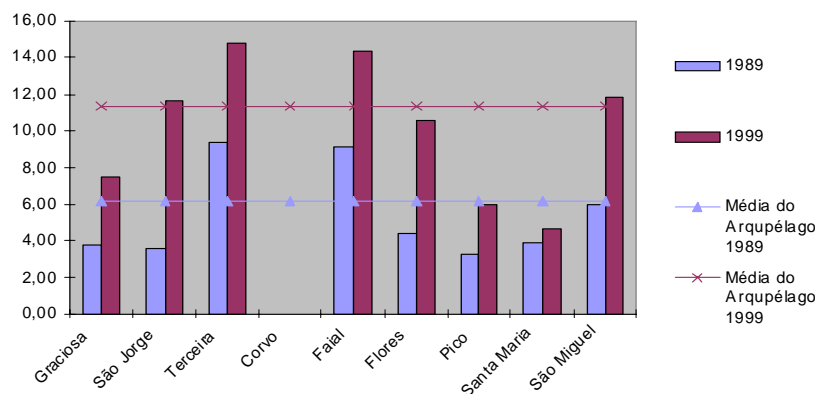
Paradoxalmente ou talvez não, o maior entrave ao êxodo agrícola tem sido a baixa escolaridade da população agrícola. Falta escolaridade à população agrícola para que possa ter mais e melhores oportunidades noutros sectores de actividade económica.

### 3.11. O capital das explorações agrícolas e as infraestruturas de suporte

#### 3.11.1. As máquinas, os equipamentos e as instalações

A Figura 28 mostra a evolução da percentagem de explorações com tractores no período inter censitário.

**Figura 28**  
: Percentagem das explorações com tractores



Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

O número de explorações com tractores quase duplicou no período inter censitário. Em 1999, 11% das explorações possuíam tractor contra 6% em 1989. Em 1999, a percentagem de explorações com tractor no todo nacional era 32%, quase o triplo da RAA. A evolução da percentagem de explorações com tractor na RAA resulta, essencialmente, do acréscimo do número de tractores (+44%) e também da diminuição do número de explorações agrícolas (-22%). Por ilha, São Jorge, Terceira, Faial e São Miguel apresentavam percentagens de explorações com tractores acima da média da RAA. São Jorge, Faial, Pico e São Miguel apresentavam os maiores acréscimos relativos.

O Quadro 19 dá o número de tractores por cada 100 hectares de SAU, na RAA e por ilha.

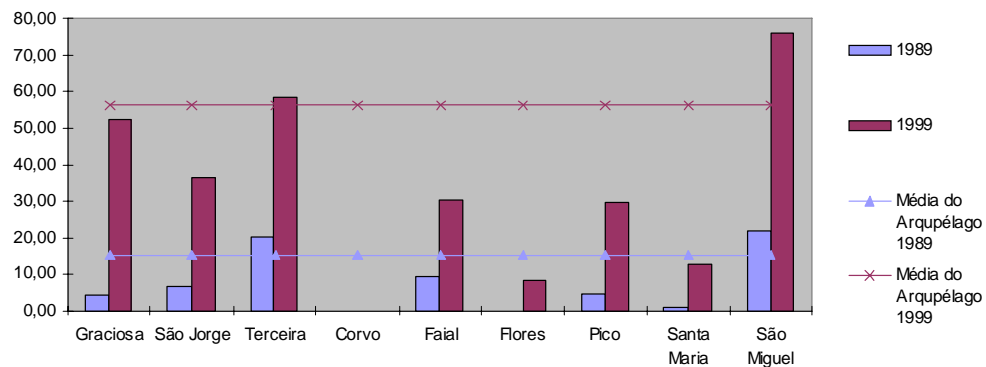
**Quadro 19****: Número de tractores por cada 100 hectares de SAU**

Territórios	1989	1999	%
<b>RAA</b>	<b>1,6</b>	<b>2,2</b>	<b>36%</b>
Graciosa	1,8	2,4	34%
São Jorge	0,7	1,4	99%
Terceira	2,7	3,3	25%
Corvo	-	-	-
Faial	2,1	2,4	18%
Flores	0,7	0,8	15%
Pico	0,6	1,0	50%
Santa Maria	0,9	0,8	-11%
São Miguel	1,9	2,6	41%

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

Em 1999, existiam 2,2 tractores por cada 100 hectares de SAU na RAA, um acréscimo de 36% em relação ao ano de 1989. No todo nacional, em 1999 o valor equivalente era o dobro (4,4). Por ilha, Graciosa, Terceira, Faial e São Miguel apresentam valores superiores à média da RAA, sendo de destacar a Terceira (3,3). Os acréscimos no período inter censitário foram superiores à média da RAA em São Jorge (+99%), no Pico (+50%) e em São Miguel (+41%) e houve um decréscimo em Santa Maria (-11%). No Corvo não existiam tractores, nem em 1989, nem em 1999, mas existiam, como nas outras ilhas, motocultivadores. No presente, o Corvo tem dois tractores que fazem todo o serviço.

No período inter censitário, juntamente com o acréscimo de tractores, houve também um acréscimo de outras máquinas e alfaías agrícolas em todas as ilhas e, no subsector do leite, adquiriram-se equipamentos instalações de ordenha. A Figura 29 ilustra a evolução da percentagem de explorações com instalações de ordenha no total das explorações.

**Figura 29****: Explorações com instalações de ordenha no total de explorações com vacas leiteiras (%)**

Fonte: INE, 1990, RGA 89 e INE, 2000, RGA 99

Em 1989 apenas 15% das explorações com vacas leiteiras na RAA tinham instalações de ordenha enquanto que em 1999 esta percentagem era 56%. Ou seja, houve um acréscimo muito grande de instalações de ordenha na RAA no período inter censitário. Por ilha as realidades eram distintas. Em 1999, Graciosa, Terceira e São Miguel apresentavam as maiores percentagens de explorações com vacas leiteira que tinham instalações de ordenha, respectivamente 53%, 59% e 76%, sendo que no período inter censitário constituíram as ilhas onde os acréscimos destas instalações foram maiores.

O Quadro 20 ilustra o tipo de instalações de ordenha utilizadas, no que refere aos equipamentos de ordenha, em 1999.

**Quadro 20****: Número e tipo de equipamentos de ordenha**

Territórios	Equipamentos de ordenha em 1999		
	Total	Móveis	Fixos
<b>RAA</b>	<b>2780</b>	<b>98%</b>	<b>2%</b>
Graciosa	31	97%	3%
São Jorge	247	96%	4%
Terceira	699	96%	4%
Corvo	-	-	-
Faial	141	99%	1%
Flores	17	100%	-
Pico	76	100%	-
Santa Maria	1	100%	-
São Miguel	1568	99%	1%

Fonte: INE, 2000, RGA 99

Em 1999, existia um domínio praticamente absoluto em todas as ilhas de equipamentos de ordenha móveis. Tal denota a predominância do sistema da transumância na produção de leite, sendo que a sedentarização dos sistemas de produção de leite tem passado, essencialmente, pela variante de fixação ou semi-fixação dos equipamentos de ordenha móveis.

No presente, o investimento em tractores e alfaias estagnou. Continua a haver despesas de investimento em equipamentos de ordenha. Os equipamentos de ordenha móveis, os tanques de leite móveis (de 500, 600, ou mesmo 2000 litros, acoplados nas carrinhas pickup ou nos atrelados dos tractores), as bilhas (de 50 litros) ou os baldes (de 25 litros) são os mais adquiridos. Há uma ajuda do Prodesa para a aquisição de tanques de leite móveis. O sistema não tem refrigeração mas permite uma entrega rápida do leite nas fábricas.

### 3.11.2. O investimento e o endividamento dos agricultores

Houve um investimento muito grande em tractores e alfaias agrícolas, essencialmente enquadrado em projectos ao abrigo do PRODESA e do PEDRAA II. Terá sido uma minoria aqueles agricultores que fizeram investimento sem projecto. Com 60 a 75 % de ajuda a fundo perdido, alguns dos lavradores compraram equipamentos em excesso e endividaram-se.

O investimento em máquinas, em particular na potência dos tractores, pode ter sido exagerado. Foram-nos apresentadas várias explicações para o facto: i) Em altitude, algumas parcelas podem ser mais exigentes em potência dos tractores, por causa dos declives mais acentuados das mesmas; ii) A potência do tractor ainda é encarada por alguns lavradores como um sinal de status; iii) O investimento em vacas de leite e em instalações de ordenha foi muito grande e terá contribuído para o endividamento de alguns lavradores.

Na Terceira e em São Miguel é onde tem existido um maior número de projectos de investimento. Nas Flores tem sido difícil fazer projectos de investimento, por não existir um técnico para o efeito na ilha. Para esse fim, os agricultores das Flores têm de se deslocar a outra ilha. Algo terá de ser feito no sentido de levar as ilhas mais pequenas a fazer mais projectos de investimento.

Na Terceira e em São Miguel é onde tem existido um maior número de projectos dirigidos à modernização das explorações de leite. No Pico e nas Flores é onde tem existido um maior número de projectos de modernização das explorações de carne. Na Terceira houve apenas meia dúzia de projectos de investimento em explorações de carne. Projectos de diversificação (hortícolas, frutas, flores) tiveram, nas várias ilhas, poucos agricultores interessados. Na Terceira e em São Miguel houve alguns projectos de grande dimensão em floricultura.



### 3.11.3. As quotas leiteiras

A quota leiteira não tem sido globalmente limitativa na RAA. Tem sido limitativa para alguns produtores individuais, na medida em que os impede de realizar todas as economias de escala e baixar assim o custo unitário de produção.

O mercado das quotas de leiteiras na RAA não está muito organizado. As transacções de quotas leiteiras dão-se entre os produtores de cada ilha, que informam a fábrica de transferências definitivas. Isto é, normalmente as quotas leiteiras não são leiloadas na fábrica. O preço da quota no mercado situa-se entre os 25 e os 30 cêntimos por litro. Há lavradores a comprar quota no Continente.

Em São Jorge são poucas as transacções de quotas de leiteiras entre produtores, sendo que o preço de mercado da quota é cerca de 25 cêntimos por litro. O mais normal é os produtores que ficam no subsector conseguirem a quota daqueles que saem.

Em 2003 fez-se um resgate de quotas na RAA em que se pagou 40 cêntimos por litro (a pagar em três anos). Cerca de 1,4% da quota 'regional' terá sido resgatada (7000 toneladas). As pessoas estão com a expectativa da existência de um novo resgate e que o preço do último resgate se mantenha.<sup>59</sup>

### 3.11.4. As infra-estruturas de suporte às explorações agrícolas

Nos últimos dez anos tem-se investido nos caminhos agrícolas, no abastecimento de água às explorações agrícolas, na electrificação das explorações e em matadouros em todas as ilhas. Houve melhorias no abastecimento de água às explorações agrícolas mas o problema continua a existir e a ser sentido como mais grave do que o da electrificação.

---

<sup>59</sup> O resgate teve como prioridade explorações com surtos de bruceloses, pequenas explorações e explorações localizadas na bacia da Lagoa das Sete Cidades e na bacia da Lagoa das Furnas.

O crescimento da produção de leite na RAA tem tido como consequência o crescimento do consumo de água. As necessidades em abastecimento de água das explorações de leite têm vindo a ser acrescidas pela genética das vacas importada.<sup>60</sup>

Os lavradores produtores de leite que solicitam o abastecimento de água às suas explorações têm normalmente ordenhas fixas (sistema da sedentarização). Todavia, a larga maioria dos lavradores produtores de leite tem ordenhas móveis e transporta a água até às parcelas onde estão as vacas. Nos dias quentes de verão um novilho pode beber 75 litros por dia e uma vaca pode beber o dobro (150 litros por dia). Nestes meses, os lavradores deslocam-se três vezes às parcelas onde têm as vacas, duas por causa do leite e uma por causa da água. Tipicamente, os lavradores transportam a água até às parcelas nos tanques de leite móveis, nas bilhas, ou nos baldes.

Os caminhos florestais são muito importantes para acesso às pastagens em altitude, em áreas baldias ou privadas. O grosso do orçamento dos serviços florestais na Terceira é gasto com os caminhos agrícolas e florestais. Os serviços têm um parque de máquinas que cedem às juntas de freguesia.

Houve um investimento muito grande na rede de abate em todas as ilhas. Os matadouros da Terceira, do Pico e de Santa Maria foram inaugurados há pouco tempo.

---

<sup>60</sup> Uma vaca que produza 8000, 9000, 12000 litros de leite ou mais por ano (sistema da sedentarização) tem maiores necessidades em água do que uma vaca que produza 4000 litros de leite ou menos por ano (sistema da transumância).

### 3.12. Os factores intermédios

Nas contas das explorações RICA da RAA, para além dos custos com os combustíveis e com a amortização dos equipamentos, sobressaem os custos com as rações. Com produções de 8000 e 9000 litros por ano, as vacas precisam de comer muita ração. Uma vaca leiteira come 5-6 kg de ração por dia ou mais.

As rações são uma componente muito importante dos custos dos lavradores. Desde 1991, a Associação Agrícola de São Miguel tem uma fábrica de rações. A fábrica terá feito baixar o preço das rações aos lavradores, ou seja, ajudou a 'moralizar' o referido preço. Mais de 70% da procura de mercado da fábrica é constituída pelas explorações de leite.

Em São Jorge, as vacas comem pouca ração. A sua alimentação é mais à base de erva. A época em que as vacas em São Jorge comem mais ração é a época em que estão secas e há menos alimento.

As adubações são mais intensas em São Miguel e na Terceira (ver Figura 1).

O aumento do preço do petróleo terá encarecido o preço das rações e dos adubos e pode estar na base do aumento das pastagens e da redução das CN por hectare de superfície forrageira verificados de 1999 para 2003.

### 3.13. A extensão agrícola e/ou rural

Na RAA existem serviços públicos de extensão agrícola e/ou rural, se bem que muito centrados na parte animal. O âmbito dos referidos serviços precisa de ser alargado e os mesmos melhorados.

As candidaturas dos agricultores às ajudas são totalmente realizadas pelos Serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), que aconselham os agricultores sobre as candidaturas, lhes preenchem os formulários e acompanham os processos gratuitamente.

Existem serviços de inseminação artificial em todas as ilhas que operam todos os dias e são da total responsabilidade dos Serviços da SRAF ou em parceria com as Associações Agrícolas.

O rastreio sanitário dos bovinos é universal e gratuito, chegando a implicar várias análises por ano e por animal. Na RAA, este rastreio é realizado pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário.

Os Serviços de Desenvolvimento Agrário dispõem ainda de campos de experimentação e divulgação com ensaios variados (incluindo agricultura em MPB), instalados em explorações privadas de algumas das ilhas, em parceria com os respectivos agricultores.

Os agricultores de São Miguel podem, neste momento, consultar a sua classificação de leite on-line, estando prevista a generalização, em breve (possivelmente ainda este semestre), desta possibilidade a agricultores das outras ilhas.

A SRAF em conjunto com a Universidade dos Açores (pólo de Ciências Agrárias) acabou de lançar um plano de monitorização da fertilização em todas as ilhas. São escolhidos agricultores/explorações tipo, são realizadas colheitas de amostras de terra e analisadas as amostras, são realizados planos de fertilização e é dada formação com posterior divulgação.

A SRAF mantém um programa de divulgação agrária na RTP Açores em horário nobre (antes do telejornal).

A SRAF, através das suas estruturas operacionais de Formação Profissional, nos últimos cinco anos e até à presente data, realizou 299 acções específicas de formação profissional para o sector agrícola e pecuário. As acções ministradas abrangeram, em toda a Região, 4365 formandos num total de 28732 horas de formação. Realça-se em particular para a ilha Terceira e desde 2002, a realização de 88 Cursos de Formação que, durante este período envolveram 1345 formandos do sector. A formação profissional é imprescindível. Para o futuro próximo, a SRAF vai reformular os cursos de empresário agrícola, havendo uma aposta clara na realização de cursos monográficos ou temáticos e em acções de aperfeiçoamento.

No que refere à qualidade do leite, em São Miguel, na Terceira e noutras ilhas, a maior deterioração do leite decorre da recolha até à fábrica. Em São Jorge tal não é o caso, o problema maior está na transformação.

Em 1998 iniciou-se a implementação do novo serviço de classificação do leite. A classificação do leite de cada produtor é efectuada mensalmente sobre, no mínimo, 4 amostras representativas do leite entregue no período da manhã e no período da tarde. A recolha é realizada por pessoal especializado e efectuadas amostras laboratoriais segundo as Normas Portuguesas em vigor. A classificação do leite baseia-se nos valores de cada determinação laboratorial previstos para o leite padrão a partir dos quais são aplicadas bonificações ou penalizações num sistema de pontuação ("grelha de classificação"). O sistema de classificação do leite na Região é feito pelo SERCLA, da responsabilidade do IAMA, e implementado em, praticamente, todas as ilhas. Os parâmetros e respectiva pontuação para as determinações em que se baseia este sistema, são fixados por acordo entre os compradores e as entidades representativas da produção.

O preço do leite pago ao produtor é diferenciado pela sua classificação. Segundo informações recolhidas, nos últimos anos tem-se assistido a uma evolução muito positiva da qualidade do leite entregue. No Programa POSEIMA, apresentado durante o

mês passado em Bruxelas e ainda em discussão, é proposta uma diferenciação de ajudas em função da classificação do leite.

Foi recentemente lançado um plano de qualidade para as queijarias do Pico que abrange toda a linha de produção de queijo, desde a pastagem (incluindo, entre outras, a melhoria das condições de ordenha e de transporte do leite) à queijaria (remodelação) concluindo num processo de certificação de qualidade (HACCP).

Os lavradores têm também carências técnicas na escolha e maneiio da erva. Quando a erva não é de boa qualidade, das duas uma, ou não foram escolhidas as melhores variedades ou esta foi feita em terrenos menos próprios. O lavrador acaba por se ver forçado a despende dinheiro em adubos e em rações.

Outras áreas prioritárias de qualificação dos lavradores são, segundo as informações recolhidas, a comercialização, as adubações, a informática para controlo dos efectivos, a contabilidade, a alimentação animal, a preparação de animais para feiras, etc.

Em São Miguel, a Associação Agrícola de São Miguel faz extensão agrícola. Para o efeito, esta Associação tem no campo cinco técnicos que fazem a análise de células somáticas, a recolha e a análise do leite. Tem também veterinários que fazem o acompanhamento das vacas. Para as análises e fertilizações do solo, a referida Associação tem um protocolo com o Laboratório Rebelo da Silva e dois a três técnicos no campo a recolherem amostras de solo. A Associação Agrícola de São Miguel também procede à classificação das silagens, dos milhos e das pré-fenações. A nutrição e o contraste leiteiro são também da sua responsabilidade. A Associação Agrícola de São Miguel organiza colóquios, mini cursos, feiras de gado, etc. A defesa sanitária é da responsabilidade do Estado. No presente, a Associação Agrícola de São Miguel tem cerca de 3000 sócios. A maioria dos associados são produtores de leite, mas também há associados produtores de carne e de beterraba.

A Associação Agrícola da Terceira promoveu no passado recente vários cursos de formação e concursos financiados com verbas do PROAGRI. Cursos de silagem de milho e de silagem de erva. A Associação Agrícola da Terceira ajudou os agricultores com a classificação do leite.

As outras ilhas não têm tido o mesmo tipo de acompanhamento.

É crucial prestar apoio técnico aos lavradores e permitir-lhe acesso a informação isenta que os referidos consigam interpretar, para que possam fazer escolhas informadas, proteger os seus interesses. A maioria dos lavradores tem um baixo nível de instrução. Os comerciantes de factores de produção não devem constituir a principal fonte de informação dos lavradores. Numa economia de mercado, o objectivo dos comerciantes é, naturalmente, vender. Comerciantes e lavradores têm, no mercado, interesses opostos. O governo regional, as universidades (da região, do país e do estrangeiro) e as associações do sector devem ser as entidades envolvidas na prestação aos lavradores de informação isenta, de apoio técnico e de apoio à inovação. É vital a criação de um sistema articulado de extensão agrícola e/ou rural e de apoio à inovação. O saber e apoio norte-americanos poderão vir a ser extremamente úteis nesta área. A televisão regional constituirá um meio poderoso ao serviço da referida extensão e no apoio à inovação.

## 4. A Política agrícola comum

### 4.1. A Política Agrícola Comum na RAA

#### 4.1.1. Cobertura das ajudas da PAC em 1999

Em 1999, 39% (menos de dois quintos) do total das 19230 explorações agrícolas recenseadas na RAA declaravam recorrer a ajudas da PAC e a subsídios correntes (7557 explorações). A percentagem equivalente no todo nacional era 61% (mais de três quintos). Isto é, o grau de cobertura das explorações agrícolas da RAA era substancialmente inferior ao do todo nacional. O Quadro 21 ilustra o grau de cobertura por medida e por ilha.

#### **Quadro 21**

: Explorações agrícolas que recorriam a ajudas da PAC e a subsídios correntes

Ajudas e subsídios (1999)	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
<b>1º pilar da PAC:</b>										
Culturas arvenses e/ou arroz	13%	4%	9%	13%	0%	19%	1%	9%	1%	18%
Beterraba sacarina	1%	-	-	0%	-	-	-	-	-	2%
Tabaco	1%	-	-	-	-	-	-	-	-	2%
Bovinos machos/vitelos	20%	15%	25%	28%	78%	36%	33%	15%	22%	13%
Vacas aleitantes	6%	4%	4%	2%	72%	3%	27%	15%	37%	0%
Ovinos/caprinos	0%	0%	0%	0%	2%	0%	2%	0%	2%	0%
Poseima produção	24%	7%	31%	22%	11%	25%	17%	17%	1%	31%
<b>2º pilar da PAC:</b>										
Indemnizações compensatórias	24%	14%	35%	24%	54%	25%	36%	21%	14%	23%
Medidas agroambientais	7%	4%	27%	1%	80%	5%	26%	19%	22%	0%
<b>Subsídio ao gasóleo</b>	24%	7%	31%	22%	11%	25%	17%	17%	1%	31%
<b>Número total de explorações agrícolas</b>	19230	925	1290	4507	65	1264	607	2647	578	7347

Fonte: INE, 2000, RGA 1999



À excepção do Corvo, o Poseima produção, as Indemnizações Compensatórias (ICs) e o Prémio aos bovinos machos/vitelos eram as ajudas da PAC com maior grau de cobertura de explorações agrícolas nas diferentes ilhas. No Corvo, as medidas agroambientais eram as ajudas com maior grau de cobertura (80% das explorações agrícolas).

As medidas agroambientais (MAA) tinham uma maior cobertura nas ilhas onde o encabeçamento bovino era menor (São Jorge, Corvo, Flores, Pico e Santa Maria), sendo um dos factores justificativos do referido encabeçamento. Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural (SRAP, 2001, PDRu 2000 – 2006), a maior parte das verbas das medidas agroambientais na RAA foram usadas no passado na manutenção da extensificação da produção pecuária (98%).

O prémio às vacas aleitantes assumia uma maior cobertura nas ilhas onde o encabeçamento bovino era menor e a produção era especializada em carne: Corvo, Flores, Pico e Santa Maria. Ou seja, as mesmas ilhas em que as medidas agroambientais tinham um maior grau de cobertura, com a excepção de São Jorge. A produção em São Jorge era (é) extensiva mas especializada em leite e não em carne.

Para além das ajudas da PAC ilustradas no Quadro 18, existem outras ajudas e medidas de suporte, do 1º e 2º pilares da PAC, que chegam às explorações agrícolas da RAA. Por exemplo, o 1º pilar da PAC contempla Medidas de Suporte de Preços de Mercado (MSPM) às produções agrícolas no âmbito das Organizações Comuns do Mercado (OCM), sendo este o principal tipo de suporte concedido no âmbito da OCM do leite e produtos lácteos.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> O esquema de protecção dos preços aos produtores nos mercados europeus é constituído por tarifas às importações, restituições às exportações, preços mínimos garantia (de intervenção), controlos quantitativos da produção. As MSPM do 1º pilar da PAC cobrem mais explorações do que as ajudas da referida política. Cobrem todas as explorações que produzam e vendam os produtos cujos preços são suportados. Na RAA os produtos são essencialmente o leite em pó desnatado, a manteiga, o queijo flamengo (em bola e em barra) e a carne de bovino, reflectindo-se o suporte de preços destes produtos no preço do leite e no preço dos vitelos aos lavradores. Valores médios das tarifas europeias às importações para os principais produtos produzidos na RAA são dados por HM Treasury e Defra, página 13 (HM Treasury and Defra, 2005, A Vision for the Common Agricultural Policy): 91% para o leite em pó desnatado, 68% para o queijo, 101% para a manteiga e 100% para a carne de bovino.

#### 4.1.2. Importância das ajudas do 1º pilar da PAC em 2000

Em 2000, na RAA, o Valor Acrescentado Líquido Agrícola a preços de mercado (VALpm A), que inclui as ajudas e as MSPM do 1º pilar da PAC, era 129,45 milhões de euros.<sup>62</sup>

Em 2000 (1999/2000), o valor conjunto das ajudas do 1º pilar da PAC (ajudas directas e Poseima produção) era 20,75 milhões de euros (16% do VAL pm A).<sup>63</sup>

O total de apoios da PAC na RAA em 2000 ultrapassava em muito o valor de 20,75 milhões de euros. O referido valor apenas contempla as ajudas directas e o Poseima produção do 1º pilar da PAC. Não inclui as MSPM e o Poseima abastecimento do 1º pilar da PAC, nem os apoios do 2º pilar da PAC (Indemnizações Compensatórias - IC's, Medidas Agroambientais – MAA; Apoios ao investimento nas explorações inscritos no Prodesa, etc.). Segundo estimativas da empresa AGRO.GES, baseadas nas Contas Económicas da Agricultura do INE, no triénio 1998-2000 o valor anual médio das MSPM na RAA era 87,5 milhões de euros (68% do VAL pm A em 2000). Segundo a AGRO.GES, no triénio o valor das MSPM oscilou entre 82 e 91 milhões de euros.

#### 4.1.3. Ajudas directas, Poseima, IC's e MAA entre 2000 e 2004

A Figura 30 ilustra a evolução das principais ajudas correntes da PAC à RAA, a preços correntes, entre 2000 e 2004. As ajudas directas e o Poseima produção são ajudas correntes do 1º pilar da PAC enquanto que as IC's e as MAA são ajudas correntes do 2º pilar da PAC.

Apesar das flutuações, entre 2000 e 2004, houve um acréscimo nominal das ajudas directas do 1º pilar da PAC (+18%), sendo que em 2004 estas ajudas eram, em

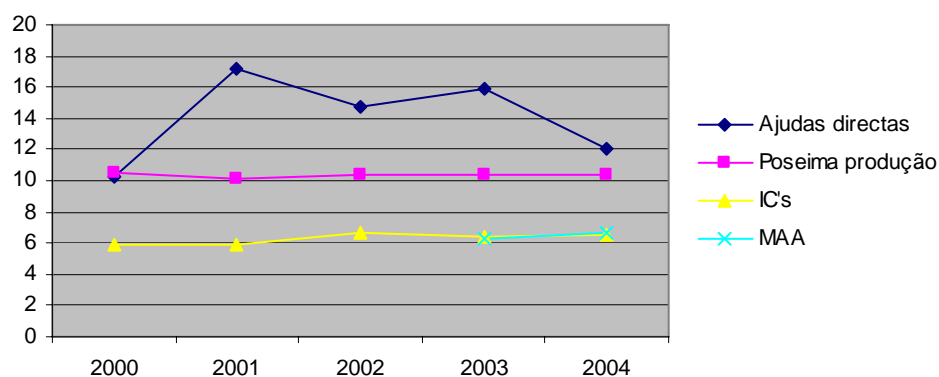
<sup>62</sup> Segundo o INE (INE, 2003, Contas económicas da agricultura 2002), os subsídios aos produtos (suporte de preços, ajudas directas, ajudas poseima, etc.) são registados na conta de produção, isto é, entram na valorização da produção. Os outros subsídios são os restantes montantes que as unidades produtoras recebem, excluindo as transferências de capital.

<sup>63</sup> O valor foi estimado com base em dados do INGA (2005) referentes à campanha de 1999/2000.

termos reais, maiores do que em 2000. Isto é, as ajudas directas subiram mais do que os preços. No que refere às outras ajudas, o padrão foi de grande estabilidade nominal e/ou de ligeiro decréscimo real.

A tendência das ajudas directas do 1º pilar da PAC é de crescimento, como compensação de reduções nas MSPM. Ou seja, o crescimento das ajudas directas não tem de significar um aumento dos apoios do 1º pilar da PAC na RAA, que em parte se tem verificado com o aumento da produção. Pode significar apenas uma alteração do tipo de apoio. Recentemente foi introduzida uma ajuda à quota leiteira, como compensação da redução das MSPM no âmbito da OCM do leite e dos produtos lácteos. A indústria de lacticínios fez incidir, em parte, a redução referida no preço do leite pago aos lavradores.

**Figura 30**  
: Evolução das ajudas correntes da PAC (2002-2004)



Fonte: INGA, IFADAP

#### 4.1.4. Montante e estrutura dos apoios da PAC em 2004

Em 2004 o valor conjunto das ajudas directas, do Poseima produção, do Poseima abastecimento, das Indemnizações Compensatórias (IC's), das medidas agro-ambientais, das ajudas à florestação das terras agrícolas, das ajudas à cessação de actividade, do Prodesa, do Vitis e do LEADER+ foi de 81,97 milhões de euros.<sup>64</sup> O valor reflecte as evoluções positivas que se deram com as reformas da PAC da Agenda 2000, em 1999, e Fischler, em 2003, e o reforço do Poseima em 2001. Com estas reformas, Portugal passou de contribuinte líquido da PAC para a situação de ter um saldo equilibrado (paga tanto pela PAC quanto recebe). Houve descidas no nível de suporte de preços e subidas compensatórias nas ajudas directas do 1º pilar da PAC. Os apoios do 2º pilar da PAC também aumentaram. Ainda no que refere ao 1º pilar da PAC, na RAA houve um reforço das ajudas Poseima em 2001.

O valor de 81,97 milhões de euros não corresponde ao valor total dos apoios fornecidos pela PAC aos produtores da RAA, em 2004, pois não contém as MSPM do 1º pilar da PAC. Não há dados disponíveis que permitam calcular com rigor o valor das MSPM em 2004. Todavia, é possível obter uma estimativa conservadora do referido valor. Se consideramos o valor mínimo estimado pela AGRO.GES para as MSPM no triénio 1998-2000, 82 milhões de euros<sup>65</sup>, e subtrairmos a este valor o valor correspondente ao aumento das ajudas directas verificado entre 2000 e 2004 (+1,82 milhões de euros de ajudas directas), a estimativa para o valor das MSPM em 2004 na RAA é 80,18 milhões de euros.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> O valor foi estimado com base em dados do INGA e do IFADAP. Os dados das ajudas directas, do Poseima produção e das IC's são dados referentes à campanha de 2003/2004 e foram obtidos em INGA (2005). Os dados do Poseima abastecimento referem-se ao ano civil de 2004 e foram cedidos pela SRAF. Os dados da cessação de actividade são referentes ao ano FEOGA e foram obtidos no relatório anual 2004 do PDRu (SRAF, 2005, PDRu, relatório anual 2004). No que se refere ao LEADER+, os dados cumulativos obtidos foram cedidos pela Secretaria Regional de Agricultura e Florestas (SRAF). Neste caso, para obter um valor anual comparável, os dados foram divididos pelo número de equivalente anos do período correspondente (01/01/2002 a 27/07/2005). Os valores das outras ajudas consideradas foram cedidos pela Secretaria Regional de Agricultura e Florestas e dizem respeito ao ano civil.

<sup>65</sup> Baseando-se nas Contas Económicas da Agricultura do INE, a AGRO.GES estimou um valor médio anual para as MSPM na RAA de 87,5 milhões de euros, no triénio 1998-2000, num intervalo de valores que oscilava entre os 82 e os 91 milhões de euros. O trabalho mais recente onde este e outros resultados são apresentados é o de Avillez *et al.* (Avillez *et al.*, 2004, Rendimento e Competitividade Agrícolas em Portugal).

<sup>66</sup> A estimativa é conservadora. São vários os problemas no seu cálculo. Se, por um lado, de 2000 para 2004 houve transferência de suporte no seio do 1º pilar da PAC (das MSPM para as ajudas directas), por outro lado, também houve crescimento da produção na

O Quadro 22 e A Figura 31 mostram, respectivamente, os montantes e a estrutura dos apoios na RAA em 2004.

Em 2004, na RAA, o valor total dos apoios da PAC foi de 162,47 milhões de euros. Este valor indica a enorme dependência do sector agro-florestal da RAA dos apoios da PAC.<sup>67</sup>

Em 2004, 70% dos apoios eram do 1º pilar da PAC. As MSPM, as ajudas directas, o Poseima produção e o Poseima abastecimento correspondiam, respectivamente, a 49% (50% no gráfico), 7%, 10% e 4% do total dos apoios da PAC.

Em 2004, na RAA; os pagamentos no âmbito do Prodesa do 2º pilar da PAC (FEOGA Orientação e Orçamento da RAA) correspondiam a 16% do total dos apoios da PAC. As ajudas do Prodesa têm sido usadas na RAA para aumentar a capacidade produtiva do sector (ordenamento agrário, infra-estruturas regionais de abate, incentivos à modernização e diversificação do sector agro-florestal). Considerando as ajudas Prodesa e os apoios do 1º pilar da PAC, podemos afirmar que 86% dos apoios da PAC na RAA, em 2004, tinham um carácter de incentivo à produção, o que explica o processo geral de intensificação agrícola que se tem vivido na região.

---

RAA e por isso das MSPM. A recém introduzida ajuda à quota leiteira ainda não existia em 2004 (2003/2004). Segundo dados da OCDE citados em HM Treasury e Defra (HM Treasury and Defra, 2005, A Vision for the Common Agricultural Policy), em 2004 o suporte da PAC aos produtores europeus era de 108 mil milhões de euros. Deste valor, 53% (57 mil milhões de euros) constituía suporte aos preços europeus no âmbito do 1º pilar da PAC e 47% (51 mil milhões de euros) eram as ajudas do 1º e do 2º pilares da PAC. Se aplicarmos estas percentagens à RAA chegaríamos a um valor para as MSPM igual a 79,63 milhões de euros, valor semelhante à nossa estimativa conservadora.

<sup>67</sup> Note-se que os apoios da PAC não chegam necessariamente aos lavradores. No leite, por exemplo, são em parte capturados pela indústria. Sobre este assunto ver a página 12 de HM Treasury e Defra (HM Treasury and Defra, 2005, A Vision for the Common Agricultural Policy).

**Quadro 22**

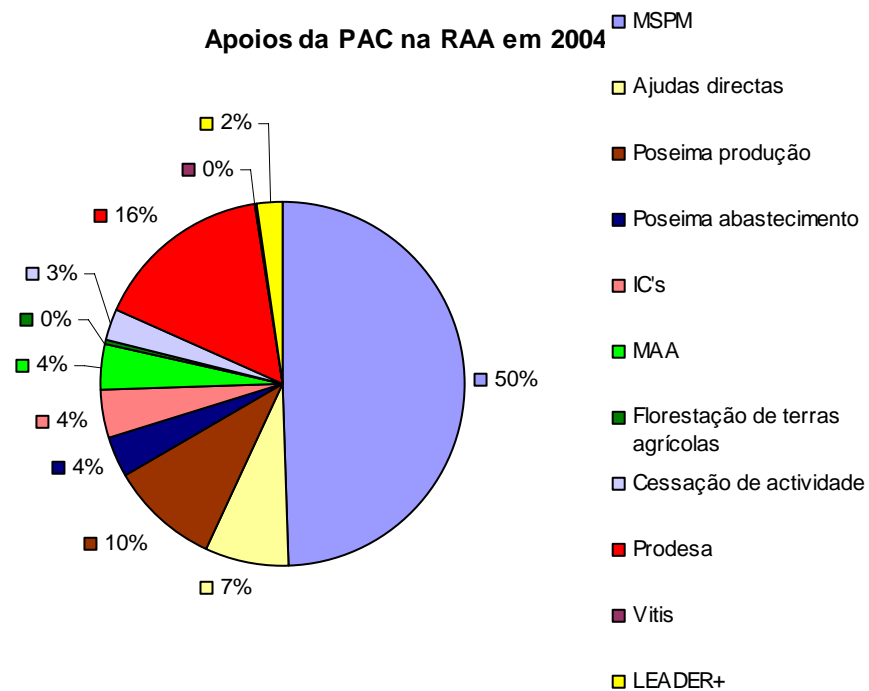
: Montantes por apoio da PAC na RAA em 2004 (milhões de €)

Apoios da PAC		2004
1º Pilar	MSPM	80,18
	Ajudas directas	12,09
	Poseima produção	16,05
	Poseima abastecimento	5,68
	Sub-total	114,00
2º Pilar	IC's	6,53
	MAA	6,72
	Florestação de terras agrícolas	0,70
	Cessação de actividade	4,48
	Prodesa	25,74
	Vitis	0,48
	LEADER+	3,51
	Sub-total	48,15
TOTAL		162,15

Fonte: INGA, IFADAP, AGRO.GES

**Figura 31**

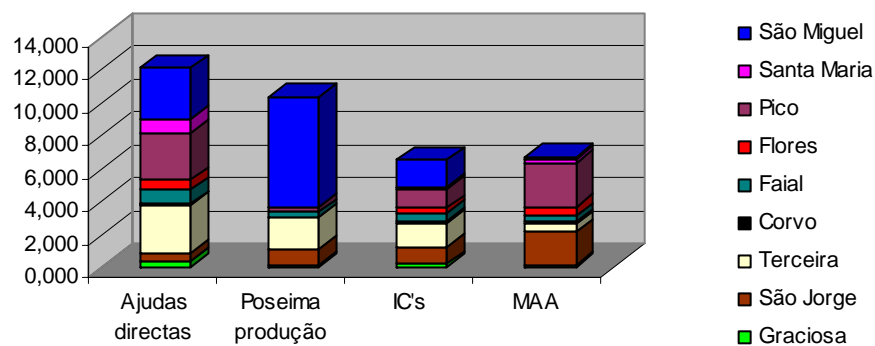
: Estrutura dos apoios da PAC na RAA em 2004 (milhões de €)



Fonte: INGA, IFADAP, AGRO.GES

A Figura 32 mostra a importância das ilhas por ajuda. São Miguel, Terceira e Pico tinham, respectivamente, 25%, 24% e 23% do total das ajudas directas que chegavam à RAA. Cerca de 65% do Poseima produção era canalizado para São Miguel e 19% para a Terceira, as ilhas onde a intensificação da produção tem sido maior. São Miguel, Terceira, Pico e São Jorge eram respectivamente contempladas com 25%, 23%, 18% e 15% das IC's. No que refere às MAA, 39% dos pagamentos chegavam ao Pico e 30% a São Jorge.

**Figura 32**  
: Importância das ilhas por ajuda em 2004



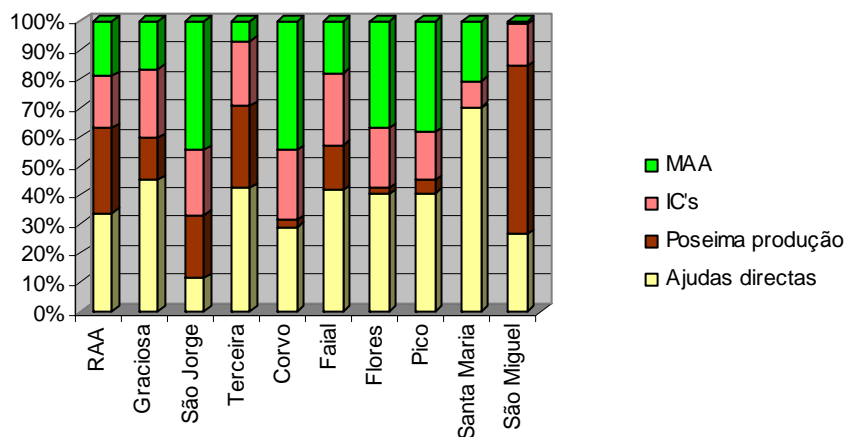
Fonte: INGA, IFADAP

A Figura 33 ilustra a importância das ajudas por ilha. Em 2004, o Poseima produção era, em termos relativos, a ajuda mais importante em São Miguel (58%).<sup>68</sup> As ajudas directas assumiam a maior expressão relativa no total das ajudas recebidas na Graciosa (45%) e a menor expressão relativa em São Jorge (12%). O peso das IC's no conjunto das ajudas recebidas por ilha era 9% em Santa Maria, 14% em São Miguel,

<sup>68</sup> Dados fornecidos pela SRAF indicam que, em 2004, cerca de 68% dos apoios do Poseima abastecimento foram canalizados para São Miguel e cerca de 28% foram canalizados para a Terceira. Ou seja, estas duas ilhas foram contempladas, em 2004, com mais de 95% dos apoios do Poseima abastecimento. Simultaneamente, cerca de 94% dos apoios do Poseima abastecimento (5,34 milhões de €) foram canalizados para os cereais. São Miguel e a Terceira importam a maior parte dos cereais que são incorporados em rações. As rações produzidas nas fábricas destas duas ilhas têm também como destino as explorações das outras ilhas.

17% no Pico e oscilava entre 21% e 25% nas outras ilhas. As MAA tinham a sua maior expressão no total das ajudas recebidas em São Jorge (45%), Corvo (45%), Pico (38%) e Flores (37%).

**Figura 33**  
: Importância das ajudas por ilha em 2004



Fonte: INGA, IFADAP

#### 4.1.5. Afectação do Prodesa

O Quadro 23 mostra os pagamentos efectuados no âmbito do Prodesa, no período 2001 a 2005, a preços correntes, por medida e por acção.<sup>69</sup> O VA 2005 corresponde ao Valor Actualizado para 2005 dos referidos pagamentos, por medida e por acção. Os pagamentos realizados dependem de vários factores: capacidade de realização do projecto e apresentação dos documentos de despesa por parte dos beneficiários, validação desses documentos por parte da administração, disponibilidade orçamental, etc.

<sup>69</sup> Os pagamentos referem-se apenas à despesa pública (subsídio total: FEOGA Orientação + Orçamento da RAA). Não têm em conta a despesa privada associada. No total dos pagamentos, a comparticipação do Orçamento da RAA foi cerca de 23%, oscilando no período referente entre 15% e 27%.



O VA 2005 total dos pagamentos do Prodesa efectuados no período 2001 a 2005, na RAA, foi 110, 50 milhões de euros. Praticamente metade deste valor foi gasto na medida 2.1. e a outra metade na medida 2.2.

No que refere às oscilações anuais dos pagamentos, segundo informações recolhidas junto da SRAF, o Prodesa tem muitos projectos transitados do último quadro comunitário que, apesar de terem sido aceites ao abrigo do quadro anterior, foram aprovados e pagos neste quadro (alguns ainda não acabaram). Existiam assim projectos já numa fase adiantada de execução, com capacidade para apresentar os pedidos de pagamento. Isto explica, pelo menos em parte, as oscilações anuais dos pagamentos efectuados.

**Quadro 23**

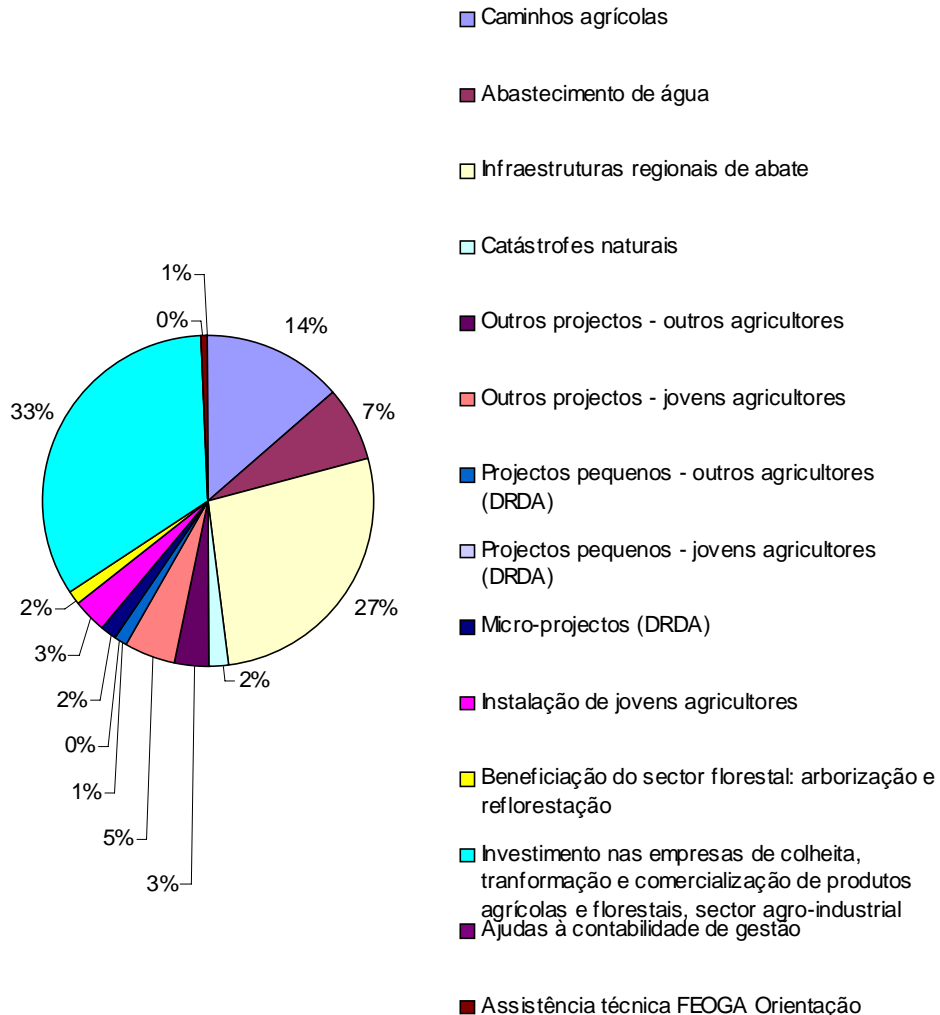
**: Pagamentos anuais efectuados no âmbito do Prodesa no período 2001 a 2005 (valores em milhares de euros)**

Prodesa	2001	2002	2003	2004	2005	VA 2005
<b>Medida 2.1 Promoção do desenvolvimento sustentado em zonas rurais</b>	<b>95 40,63</b>	<b>15 280,55</b>	<b>10 629,16</b>	<b>7 635,13</b>	<b>65 38,32</b>	<b>5 4802,34</b>
Caminhos agrícolas		7 982,50	3 896,69		21 46,74	15 456,64
Abastecimento de água		2 451,78	3 119,80	3 83,58	14 50,65	8 023,89
Infraestruturas regionais de abate	95 40,63	4 846,26	3 390,17	5 823,76	27 18,78	29 371,98
Catástrofes naturais			222,50	1 427,79	222,15	1 949,82
<b>Medida 2.2 Incentivos à modernização e diversificação do sector agro-florestal</b>	<b>5 84,06</b>	<b>47 53,71</b>	<b>18 376,95</b>	<b>18 041,97</b>	<b>10 258,19</b>	<b>55 080,71</b>
Outros projectos - outros agricultores		12 96,03	10 17,61	6 97,86	407,80	37 12,80
Outros projectos - jovens agricultores	27,54	15 69,16	12 98,89	1 220,34	1 112,75	5 610,46
Projectos pequenos - outros agricultores (DRDA)		359,82	250,27	89,25	549,26	1 323,07
Projectos pequenos - jovens agricultores (DRDA)		2,24				2,55
Micro-projectos (DRDA)	182,52	3 45,47	424,66	251,64	374,88	1 708,65
Instalação de jovens agricultores	374,00	1 181,00	892,00	443,00	4 27,00	36 46,41
Beneficiação do sector florestal: arborização e reflorestação			367,48	649,26	632,37	1 706,86
Investimento nas empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais, sector agro-industrial			14 126,05	14 639,63	6 751,13	37 313,83
Ajudas à contabilidade de gestão				51,00	3,00	56,09
<b>Medida 6.2 Assistência Técnica FEOGA Orientação</b>			<b>325,00</b>	<b>65,00</b>	<b>195,00</b>	<b>615,19</b>
Assistência técnica FEOGA Orientação			325,00	65,00	195,00	615,19
<b>TOTAL</b>	<b>101 24,69</b>	<b>200 34,26</b>	<b>29 331,11</b>	<b>25 742,10</b>	<b>16 991,51</b>	<b>110 498,24</b>
Taxa de juro a 10 anos (dívida pública, Área do Euro)	5,0%	4,9%	4,2%	4,1%		

Fonte: SRAF, 2006

No que se refere à distribuição dos pagamentos do Prodesa por rubrica (Figura 34), 34% (33% na Figura) foram para investimentos feitos pelo sector privado no sector agro-industrial (indústrias de lacticínios, abate, transformação de carne, vinho, açúcar, rações, etc.); 27% tiveram como destino infraestruturas regionais de abate; 14% disseram respeito a projectos nas explorações, incluindo os micro-projectos<sup>70</sup> e o prémio à instalação de jovens agricultores; 14% tiveram como destino os caminhos agrícolas; e 7% o abastecimento em água das explorações agrícolas. No total, estas rubricas constituíram 96% dos pagamentos.

<sup>70</sup> Micro-projectos são projectos referentes à aquisição de maquinaria e equipamento agrícola, cujo investimento elegível é igual ou inferior a 2 493,99 euros.

**Figura 34****: Repartição do VA 2005 dos pagamentos do Prodesa por rubrica**

Fonte: SRAF, 2006

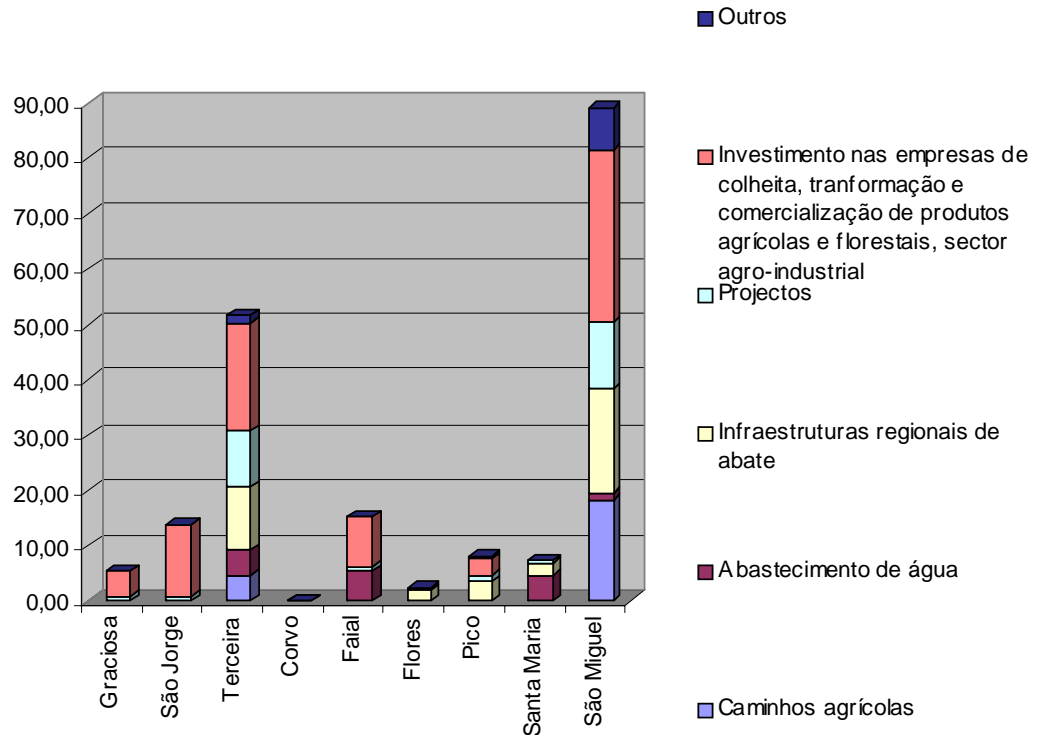
Há várias características que ressaltam da repartição dos pagamentos do Prodesa no período referido. Em primeiro lugar, os pagamentos tiveram claramente um cariz de fomento da produção, no sentido tradicional do termo. Em segundo lugar, os pagamentos abrangeram mais o sector a jusante do complexo agro-florestal (indústrias de lacticínios, abate, transformação de carne, vinho, açúcar, rações, etc., infraestruturas regionais de abate) do que directamente o sector agro-florestal. Em terceiro lugar, nas intervenções no sector agro-florestal tiveram mais peso as

infraestruturas de suporte (caminhos agrícolas e abastecimento de água) do que o apoio ao investimento nas explorações agrícolas (Projectos). Em quarto lugar, no apoio ao investimento nas explorações agrícolas houve uma discriminação positiva dos jovens agricultores. Em quinto lugar, não foram efectuados pagamentos em todas as acções previstas no Prodesa (ver acções previstas no Prodesa no Anexo D). Por exemplo, não foram efectuados pagamentos no âmbito da acção 2.2.5 Incentivos à produção regional de qualidade, subacções 2.2.5.1 Apoio à certificação de produtos de qualidade e 2.2.5.2 Apoio à comercialização e à prospecção de novos mercados.

A Figura 35 mostra o VA 2005 da despesa pública do Prodesa contratada por ilha e rubrica no período 2001 a 2005.

**Figura 35**

: VA 2005 da despesa pública do Prodesa por ilha e rubrica



Fonte: SRAF, 2006

O Quadro 24 ilustra a repartição por rubrica da despesa pública do Prodesa contratada por ilha.

**Quadro 24****: Repartição por rubrica do VA 2005 da despesa pública do Prodesa contratada por ilha no período 2001 a 2005 (totais em milhões de euros 2005)**

Prodesa: Despesa pública contratada	RAA	Graciosa	São Jorge	Terceira	Corvo	Faial	Flores	Pico	Santa Maria	São Miguel
Caminhos agrícolas	12%	0%	0%	9%	0%	0%	0%	0%	0%	21%
Abastecimento de água	8%	0%	2%	9%	0%	36%	0%	0%	63%	1%
Infraestruturas regionais de abate	20%	0%	0%	22%	0%	0%	91%	42%	35%	21%
Projectos	13%	16%	6%	20%	100%	4%	1%	16%	2%	13%
Investimento nas empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais, sector agro-industrial	41%	82%	93%	37%	0%	60%	0%	37%	0%	35%
Outros	5%	2%	0%	3%	0%	1%	3%	4%	1%	9%
TOTAL	193,25	5,56	13,92	51,61	0,01	15,34	2,36	8,18	7,22	89,04

Fonte: SRAF, 2006

O montante da despesa pública do Prodesa contratada na RAA no período foi 193,25 milhões de euros. Terceira e São Miguel concentraram 73% da despesa pública do Prodesa contratada no período referido, respectivamente 27% e 46%.

Do total da despesa pública do Prodesa contratada em cada ilha, o Investimento nas empresas de colheita, transformação e comercialização dos produtos agrícolas e florestais do sector agro-industrial foi a rubrica com maior significado na maioria das ilhas. No Corvo, nas Flores e em Santa Maria não houve pagamentos nesta rubrica. Nas outras ilhas, o peso relativo da rubrica no total da despesa pública do Prodesa contratada oscilou entre 35%, em São Miguel, e 93%, em São Jorge. Infraestruturas regionais de abate foi a rubrica que em seguida teve maior significado. Graciosa, São Jorge, Corvo e Faial não tiveram despesa pública do Prodesa contratada nesta rubrica. Nas outras ilhas, o peso relativo da rubrica oscilou entre 22%, na Terceira, e 91%, nas Flores.

O abastecimento de água teve algum peso relativo na Terceira (9%), no Faial (36%) e em Santa Maria (66%). Os caminhos agrícolas apenas tiveram algum peso relativo em São Miguel (21%) e na Terceira (9%). O peso relativo dos Projectos oscilou muito nas diferentes ilhas: foi maior na Graciosa (16%), Terceira (20%), Corvo (100%), Pico

(16%) e São Miguel (13%) e menor em São Jorge (6%), Faial (4%), Flores (1%) e Santa Maria (2%).

#### 4.1.6. Afecção do Vitis

A RAA tem três Indicações de Proveniência Regulamentada: IPR 'Pico', IPR 'Graciosa' e IPR 'Biscoitos' (na Terceira). Também se produzem vinhos em Santa Maria (São Lourenço) e em São Miguel (Caloura). Destas cinco ilhas, apenas Santa Maria não foi contemplada com projectos Vitis no período considerado. O Quadro 25 dá o número de beneficiários e o VA 2005 dos pagamentos do Vitis no período 2004 a 2005, por ilha contemplada.

##### **Quadro 25**

**: Repartição por ilha dos pagamentos do Vitis no período 2004 a 2005**

Vitis (2004 a 2005)	Beneficiários	%	VA 2005 (1000 €)	%
RAA	83	100%	864,14	100%
Graciosa	3	4%	11,04	1%
Terceira	6	7%	14,94	2%
Pico*	58	70%	754,71	87%
São Miguel	16	19%	83,45	10%

\*Incluem-se os pagamentos realizados a um produtor residente no Faial

Considerou-se na actualização dos valores de 2004 uma taxa de juro a 10 anos de 4,1% (dívida pública, Área do Euro)

Fonte: SRAF, 2006

O Pico, que tem uma IPR, dominou fortemente em número de beneficiários (70%) e montante dos pagamentos realizados (87%). São Miguel, que não tem uma IPR, aparece em segundo lugar em número de beneficiários (19%) e montante de pagamentos (10%).

#### 4.1.7. Afecção do LEADER+

A Figura 36 e o Quadro 26 ilustram a afecção do LEADER+ por ilha no período 2002 a 27/7/2005.

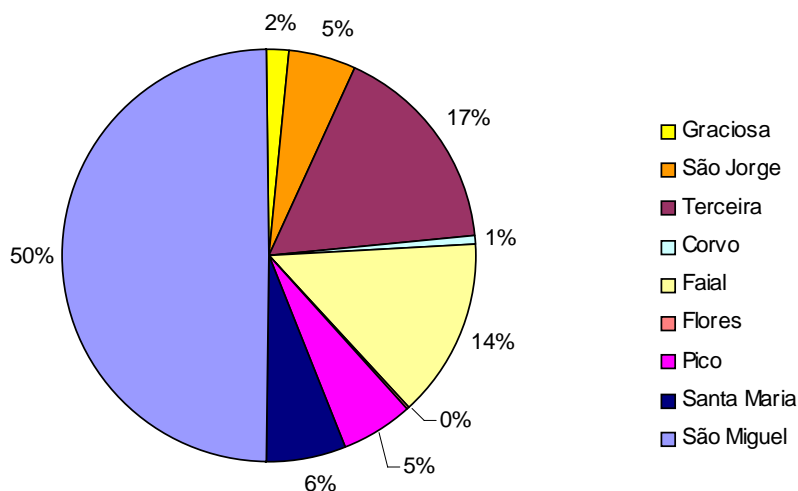
Os valores cumulativos fornecidos pela SRAF resultam da agregação bruta dos valores correntes de cada ano do período considerado. São Miguel domina a repartição da despesa pública do LEADER+ (50%) seguido a uma certa distância da Terceira (17%) e do Faial (14%). Ou seja, 81% da verba do LEADER+ está a ser afecta às ilhas onde se situam os principais aglomerados urbanos da RAA, a saber: Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória. Em número de projectos, o padrão da repartição é semelhante. O facto não é particular da RAA e ilustra a importância das cidades na implementação de estratégia territoriais de desenvolvimento rural (Shucksmith *et al.*, 2005, *The CAP and the Regions*).

A percentagem da despesa pública no total do investimento realizado no âmbito do LEADER + é maior em São Miguel (81%) e na Terceira (99%) do que nas outras ilhas, onde oscila entre 50% e 60%. Já no que refere à comparticipação do FEOGA no total da despesa pública, o valor mais baixo é atingido em São Miguel (69%), sendo em todas as outras ilhas igual ou superior a 83%.



**Figura 36**

: Repartição da despesa pública do LEADER+ no período 2002 a 27/7/2005



Fonte: SRAF, 2006

**Quadro 26**

: LEADER+ por ilha no período 2002 a 27/7/2005

LEADER+	Nº Projectos	Total 1000 €	Público 1000 €	Total % Público	Público % FEOGA
RAA	526	16448,22	12573,80	76%	76%
Graciosa	6	280,44	159,77	57%	83%
São Jorge	33	858,41	490,88	57%	91%
Terceira	112	2736,25	2718,70	99%	83%
Corvo	4	106,06	53,06	50%	94%
Faial	86	2295,16	1340,74	58%	84%
Flores	5	33,62	20,50	61%	91%
Pico	41	900,01	530,47	59%	83%
Santa Maria	40	1003,37	600,91	60%	84%
São Miguel	199	8234,90	6658,77	81%	69%

Fonte: SRAF, 2006

O LEADER+ é executado através de Grupos de Acção Local (GAL). Os GAL são parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas que acordam entre si uma estratégia comum de intervenção no território de interesse, inscrevendo-a num Plano de Desenvolvimento Local. Nas decisões dos GAL, os parceiros económicos e as associações têm um peso de pelo menos 50% na parceria local.

Os GAL têm competências para gerir o Plano de Desenvolvimento Local com autonomia, no respeito dos normativos nacionais e comunitários em vigor. Na RAA existem quatro GAL que cobrem a totalidade do território: i) ADELIAÇOR — Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores – São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo; ii) ARDE — Associação Regional para o Desenvolvimento – concelho de Ponta Delgada e Santa Maria; iii) ASDEPR — Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural – São Miguel, com exceção do concelho de Ponta Delgada; iv) GRATER — Associação de Desenvolvimento Regional – Terceira e Graciosa.

A nova PAC generaliza a abordagem territorial LEADER à aplicação do FEADER (2º pilar da PAC).

## 4.2. A Nova PAC<sup>71</sup>

### 4.2.1. Características gerais da reforma e opções portuguesas

No dia 26 de Junho de 2003, o Conselho de ministros da agricultura da U.E. aprovou a reforma Fischler intercalar da PAC (Reg CE 1782/2003). Portugal votou contra o acordo, segundo o Governo português de então, pelo facto de não ter conseguido garantir totalmente a quota leiteira adicional de autoconsumo à RAA (franquia de 73000 toneladas). As principais características da reforma aprovada são: i) Introdução de um Regime de Pagamento Único (RPU) às explorações independente da produção; ii) Condicionalidade das ajudas directas; iii) Sistema de aconselhamento agrícola; e iv) Modulação das ajudas directas e disciplina financeira.

### 4.2.2. O RPU

O RPU consiste na dissociação ou desligamento da produção das ajudas directas do 1º pilar da PAC (por hectare e e/ou cabeça de gado). Com o RPU pretende-se: i) Pôr os agricultores a produzir de acordo com os sinais de mercado (isto é, a responder à procura de mercado); ii) Promover modos de produção agrícola ambientalmente e economicamente mais sustentáveis; iii) Simplificar a aplicação da PAC, quer do ponto de vista dos agricultores, quer do ponto de vista da administração; e iv) Fortalecer a posição da U.E. nas negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC).

---

<sup>71</sup> A informação veiculada nesta secção foi recolhida no site da DG Agri (DG Agri, 2006, [http://europa.eu.int/comm/agriculture/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/agriculture/index_en.htm)), no site do GPPAA (GPPAA, 2006, <http://www.gppaa.min-agricultura.pt>), em IFADAP/INGA (IFADAP/INGA, 2006, A Nova Política Agrícola Comum e a Nova Política de Desenvolvimento Rural) e em Shucksmith *et al.* (Shucksmith *et al.*, 2005, The CAP and the Regions), no Regulamento (CE) N.º 1782/2003 e no Reg (CE) N.º 1698/2005.

Aos Estados Membros da E.U. 15 foi dado um período (1 de Janeiro de 2005 a 1 de Janeiro de 2007) para a introdução obrigatória do RPU.

Os sectores abrangidos pelo RPU são: Culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, carne de bovino, ovinos e caprinos e lúpulo, a partir de 2005; Azeite, algodão e tabaco, a partir de 2006; leite, a partir de 2007; e futuramente o açúcar, as frutas e hortícolas e o vinho.

O RPU é estabelecido aos agricultores tendo como base os pagamentos directos recebidos no período de referência 2000/2001/2002. Há todavia excepções à aplicação do RPU. Os Estados Membros podem optar por manter parte das actuais ajudas directas do 1º pilar da PAC associadas à produção (até 25%, para os pagamentos às culturas arvenses, ou, em alternativa, até 40% para o suplemento do trigo duro; até 100% no caso do prémio às vacas aleitantes; até 40% do prémio ao abate de bovinos adultos, até 50% do prémio base aos ovinos e caprinos, até 50% do prémio suplementar aos ovinos e caprinos das regiões desfavorecidas; etc.); Os Estados Membros também podem retirar do pagamento único a ajuda concedida ao sector das sementes e as ajudas concedidas às regiões ultraperiféricas como a RAA. O Quadro 27 ilustra as opções de Portugal no que refere às excepções ao RPU. As percentagens indicam os montantes relativos das ajudas integram o RPU. Os anos referem-se à data da implementação da opção.

#### **Quadro 27**

**: O RPU e as opções de dissociação das ajudas em Portugal**

Dissociação total das ajudas	Culturas arvenses (100%, 2005) Azeite (100%, 2006) Algodão (100%, 2006) Ajuda à quota leiteira (100%, 2007) Tabaco (50%, 2006)
Dissociação parcial das ajudas	Prémio ao abate de bovinos adultos (60%, 2005) Prémio base aos ovinos e caprinos (50%, 2005) Prémio suplementar aos ovinos e caprinos das regiões desfavorecidas (50%, 2005)
Não dissociação das ajudas	Prémio às vacas aleitantes (0%) Prémio ao abate de vitelos (0%) Ajudas concedidas às regiões ultraperiféricas (0%)

Fonte: IFADAP/INGA, 2006

Portugal optou por retirar do RPU as ajudas concedidas às suas regiões ultraperiféricas: a RAA e a Região Autónoma da Madeira.

São diversos os modelos possíveis de implementação do RPU:

- O Modelo histórico individual atribui direitos a pagamentos a cada agricultor de acordo com os pagamentos recebidos pelo dito agricultor no período de referência e os hectares elegíveis nesse mesmo período;
- O Modelo regional soma ao nível regional o total de pagamentos recebidos pelos agricultores no período de referência e divide pelo total de hectares elegíveis declarados pelos agricultores no ano da aplicação do RPU, na região em questão. Cada agricultor recebe direitos a pagamentos correspondentes ao número de hectares elegíveis que declarou, sendo o rácio de pagamento por hectare elegível constante e idêntico para todos os agricultores na região.
- O Modelo misto contempla situações em que os Estados Membros aplicam o Modelo histórico individual em certas regiões e o Modelo regional noutras regiões. Também podem contemplar situações de transição entre o Modelo histórico individual e o Modelo regional.

Portugal optou pelo Modelo histórico individual na aplicação do RPU.

Os novos direitos a pagamentos são transaccionáveis com e sem terra e poderão ser utilizados em parcelas diferentes daquelas onde foram gerados. Todavia, o agricultor está impedido de beneficiar destes direitos em parcelas em que cultive culturas permanentes e/ou frutas e hortícolas. As regras vão sendo adaptadas com a introdução de novas ajudas no regime de pagamento único, como é caso do azeite.

É constituída uma reserva nacional para conceder direitos a pagamentos a agricultores sem histórico. Para tal, em Portugal vai ser efectuada uma redução de 3% dos direitos de referência. Paralelamente, cada Estado-Membro pode reter parte dos direitos aquando da sua transacção, com ou sem terra. Em relação a esta última possibilidade, ainda não foi tomada uma decisão em Portugal (IFADAP/INGA, 2006, A Nova Política Agrícola Comum e a Nova Política de Desenvolvimento Rural).

Por fim, Portugal procedeu a uma retenção voluntária de 1% das ajudas atribuídas por sector com o objectivo de financiar uma ou mais acções do Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica (PNDAB).

#### **4.2.3. Modulação e disciplina financeira**

Também com o objectivo de financiar o 2º pilar da PAC do desenvolvimento rural, foi introduzido no período de 2005 a 2012 um mecanismo de modulação do total das ajudas directas do 1º pilar da PAC no espaço comunitário. Todas as ajudas directas do 1º pilar da PAC estão sujeitas ao mecanismo da modulação, estejam ou não associadas à produção. As ajudas directas são reduzidas de 3% em 2005, 4% em 2006 e 5% ano de 2007 a 2012. Há excepções. Os agricultores europeus que recebam menos de 5000 euros de ajudas directas do 1º pilar da PAC no período de referência (triénio 2000/2001/2002) estão isentos da modulação, isto é, são reembolsados da mesma.<sup>72</sup> Os agricultores de regiões ultraperiféricas, como a RAA, também estão isentos da modulação.

Cerca de um terço das verbas libertadas do 1º pilar da PAC por via da modulação é transferido para o 2º pilar da PAC, para reforçar as políticas deste pilar do desenvolvimento rural. Todavia, das verbas transferidas do 1º pilar para o 2º pilar, cerca de 80% fica no Estado Membro respectivo (envelopes nacionais), apenas 20% pode ser redistribuída entre Estados Membros (envelope europeu). Na prática, isto significa um saldo financeiro líquido anual para Portugal de 33 milhões de euros.

Em Outubro de 2002 o Conselho da U.E. estabeleceu limites às despesas com a PAC no período 2007 a 2013. Com a reforma, um esquema de disciplina financeira referente a este período é introduzido. O esquema aplica-se apenas às despesas com o 1º pilar da PAC nos países da U.E. 15. Tomando como exemplo o primeiro ano da sua

---

<sup>72</sup> Cerca de 96% dos agricultores portugueses recebem menos de 5000 euros de ajudas directas do 1º pilar da PAC e por isso estão isentos da modulação.

aplicação (2007), o esquema funciona do seguinte modo: i) Até 31 de Março de 2006, a Comissão dá nota ao Conselho se projecta (com uma margem de erro de 300 milhões de euros) que a despesa com o 1º pilar da PAC em 2007 (suporte de preços e ajudas directas) vai ultrapassar o limite imposto propondo, se for o caso, medidas de ajustamento; ii) Até 30 de Junho de 2006, o Conselho decide sobre a proposta da Comissão, sendo que, se for o caso, o orçamento de 2007 virá a sofrer os ajustamentos propostos; A existirem, os ajustamentos concretizam-se na forma de reduções das ajudas directas do 1º pilar da PAC.

#### 4.2.4. Condicionalidade e Pastagens Permanentes

A condicionalidade subordina a concessão das ajudas directas do 1º pilar da PAC ao respeito de três tipos de normas<sup>73</sup>, a saber:

- Requisitos legais de gestão (RLG's) correspondentes a 18 directivas ou regulamentos comunitários cujos domínios abrangem o ambiente (5 directivas), a segurança alimentar e a saúde pública, a saúde animal e a fitossanidade (6 directivas e 4 regulamentos), o bem-estar animal (3 directivas);
- Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA's), definidas ao nível de cada Estado membro, que devem garantir que as terras agrícolas permanecem agricultáveis, mesmo quando não utilizadas para fins produtivos, que devem assegurar a protecção dos solos contra a erosão e a manutenção dos níveis de matéria orgânica e da estrutura e que devem impedir a deterioração dos habitats naturais;

---

<sup>73</sup> Para ter acesso às Indemnizações Compensatórias (ICs), os agricultores têm sido obrigados a adoptar Boas Práticas Agrícolas (BPA's). Nas Medidas Agro-Ambientais (MAA), os serviços prestados pelos agricultores vão geralmente além das BPA's. As BCAA's e as BPA's têm semelhanças. As primeiras são mais ligeiras do que as segundas. A partir de 2007 só existirão BCAA's para ajudas atribuídas ao abrigo do FEADER. As BPA's aplicar-se-ão apenas aos antigos compromissos.

- Manutenção das áreas de pastagens permanentes, regime que visa evitar em cada Estado Membro a reconversão de pastagens permanentes em terras aráveis.

As regras nacionais de implementação da condicionalidade encontram-se definidas na Portaria nº 36/2005, dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Cada Estado Membro deverá estabelecer obrigatoriamente um sistema de controlo que garanta o respeito pelas normas da condicionalidade. Em Portugal, a Comissão de Acompanhamento e Controlo da Condicionalidade é presidida pelo INGA. A falha de cumprimento destas regras por parte dos agricultores pode resultar em deduções às ajudas directas do 1º pilar recebidas ou mesmo, em caso de incumprimento deliberado, ao seu total cancelamento.

Um sistema de aconselhamento agrícola terá de ser obrigatoriamente introduzido a partir de 1 de Janeiro de 2007, no sentido de auxiliar os agricultores a cumprirem com a condicionalidade. A participação dos agricultores será voluntária. Em 2010 o Conselho decidirá, com base num relatório da Comissão, se a dita participação deverá tornar-se obrigatória.

No que refere às pastagens permanentes, o rácio entra a área de pastagens permanentes e a área agrícola total é o do ano de 2003. Os Estados Membros devem garantir que este rácio, calculado ao nível nacional, não decresce mais do que 10% em relação ao rácio de referência de 2003. Esta exigência não se aplica a áreas de pastagem permanente cujo destino seja a florestação.

As áreas de pastagens permanentes em que sejam possíveis alterações de uso poderão ser afectas a floresta, ao olival, a outras culturas permanentes, ao regadio, a infra-estruturas. No caso da RAA também poderão ser afectas a culturas arvenses não forrageiras, a milho silagem e a outras culturas que promovam a diversificação da produção agrícola.

A condicionalidade afigura-se ser um desafio importante para as explorações agrícolas da RAA, em particular para as explorações leiteiras, nomeadamente, no que refere ao



cumprimento com as BCAA's. No que refere à regra das pastagens permanentes, a restrição imposta é nacional.

#### **4.2.5. A reforma e a OCM do leite**

O regime de quotas leiteiras é prolongado até 31 de Março de 2015. Com início em 2006, está previsto um aumento genérico das quotas de 1,5% (0,5% por ano) para 10 dos países da U.E. 15. No caso português, isto significa mais 28.088 toneladas de quota a serem incluídas na reserva nacional, das quais 9000 toneladas terão como destino a RAA.

A franquia de 73.000 toneladas da RAA foi mantida na campanha de 2003/04. Na campanha de 2004/05 a franquia foi de 63500 toneladas. A partir da campanha 2005/06 a franquia é de 50.000 toneladas, sendo convertida em quota normal a atribuir exclusivamente aos produtores da RAA.

A Imposição Suplementar (IS) é uma penalização que incide sobre as quantidades de leite ou equivalente leite entregues aos compradores ou vendidas directamente pelos produtores durante uma campanha leiteira e que excederam as respectivas quotas individuais detidas, quando se verifique a ultrapassagem da quota nacional. A IS será repartida ao nível do produtor após a redistribuição das quotas não utilizadas, segundo regras a definir por cada Estado-membro. A IS constitui encargo dos produtores, sendo que, no caso das entregas, os compradores têm a responsabilidade do seu pagamento. A IS é fixada por cada 100 quilogramas de leite em 33,27 euros, para o período 2004/05, 30,91 euros para 2005/06, 28,54 euros para 2006/07 e 27,83 euros para o período 2007/08 e seguintes.

Os preços de intervenção da manteiga e do leite em pó desnatado serão reduzidos, de forma faseada e até 2007, num total de 25% e 15%, respectivamente (Quadro 28).

**Quadro 28****: Preços de intervenção da manteiga e do leite em pó**

Datas	Preço de intervenção (euros/100kg)	
	Manteiga	Leite em pó desnatado
1 de Julho 2000 a 30 de Junho 2004	328.20	205.52
1 de Julho 2004 a 30 de Junho 2005	305.23	195.24
1 de Julho 2005 a 30 de Junho 2006	282.44	184.97
1 de Julho 2006 a 30 de Junho 2007	259.52	174.69
A partir de 1 de Julho de 2007	246.39	174.69

Fonte: GPPAA, 2006

No caso da manteiga, a intervenção pública estará aberta apenas entre Março e Agosto de cada ano, tendo sido limitada a 70 mil toneladas em 2004, 60 mil toneladas em 2005, 50 mil toneladas em 2006, 40 mil toneladas em 2007 e 30 mil toneladas em 2008. Atingidos os tectos, a Comissão pode suspender a intervenção e abrir um concurso permanente sem garantia de preço mínimo de aquisição.

O impacto da redução dos preços de intervenção no produtor é compensado com uma concessão de uma ajuda anual e por tonelada de quota em 2004, 2005, 2006 e 2007, ajuda que é uma função da quota detida pelos produtores em cada um destes anos. De 2008 em diante, com a excepção da RAA, os produtores passam a receber anualmente estas ajudas em função do valor da quota individual detida em 31 de Março de 2007 (período de referência).

Com a excepção da RAA, a ajuda à quota de leite será integrada no regime de pagamento único, isto é, será dissociada da produção. Ou seja, com a excepção da RAA, a quota deixa de implicar o direito ao respectivo prémio. O produtor que abandonar a produção de leite poderá continuar a receber a referida ajuda desde que cumpra com os requisitos da condicionalidade.

Aos prémios por tonelada de quota são acrescentados os montantes suplementares previstos no 'envelope nacional'. O Quadro 29 ilustra os valores previstos.

**Quadro 29****: Ajudas às quotas leiteiras**

Ano	Prémio (euros/ton)	Suplemento global (Meuros)	Prémio + suplemento (euros/ton)
2004	8,15	6,85	11,81
2005	16,31	13,74	23,65
2006 e 2007 (1)	24,49	20,62	35,5

(1) E anos seguintes para os produtores sedeados na RAA

Fonte: GPPAA, 2006

Por fim, a protecção do mercado interno está sujeita aos acordos na Organização Mundial de Comércio (OMC). Aplicam-se direitos alfandegários às importações de leite e produtos lácteos de países terceiros, sendo que tem havido abertura a contingentes especiais com direitos reduzidos (Reg CE 2535/2001). Para permitir a exportação de leite e produtos lácteos aos preços do mercado mundial, a União Europeia cobre a diferença de preços com restituições às exportações. As restituições são diferenciadas de acordo com os produtos e os seus locais de destino.

#### 4.2.6. A reforma e a OCM da carne de bovino

No sector dos bovinos, sempre que o preço médio do mercado comunitário for inferior a 2291 euros por tonelada (103 % do preço base comunitário que é de 2224 euros por tonelada para carcaças de bovinos machos de qualidade R3), poderá ser concedida uma ajuda à armazenagem privada. Sempre que o preço médio de mercado é num Estado Membro inferior a 1560 euros por tonelada poderá haver compra por parte dos organismos de intervenção.

Neste sector, Portugal conseguiu obter nas negociações 90.000 direitos adicionais ao prémio à vaca aleitante, sendo a opção manter a ligação máxima permitida dos prémios aos efectivos: 100% do prémio às vacas aleitantes, 100% do prémio ao abate dos vitelos, 40% do prémio ao abate de bovinos adultos. Dos 90000 direitos adicionais,

10000 são para a RAA, sendo que na RAA a ligação máxima admitida para todos os prémios é de 100%, pois a região está isenta de aplicar o EPU.

O Quadro 30 ilustra os prémios aos bovinos. Há várias condicionantes aos prémios ilustrados no Quadro 30. O prémio especial aos bovinos machos aplica-se uma vez na vida a bovinos machos inteiros, a partir dos nove meses, e duas vezes na vida a bovinos machos castrados, a partir dos 9 meses e dos 21 meses. Há um limite máximo de 2410498 prémios pagos a Portugal, 40000 para a RAA.

**Quadro 30**

: Prémios aos bovinos antes da aplicação das opções de desligamento

Prémios aos bovinos	2002 e anos seguintes (euros/cabeça)
Prémio especial aos bovinos machos:	
- base para bovinos machos inteiros	210
- base para bovinos machos castrados	150
Prémio às vacas aleitantes	
- base	200
- nacional complementar	30,19
- complementar para regiões autónomas	50
Pagamento por extensificação a bovinos	100
Prémio ao abate:	
- de novilhos, bois, vacas e novilhas	80
- de vitelos	50
- complementar para regiões autónomas	25

Fonte: GPPAA, 2006

O prémio às vacas aleitantes é atribuído por vaca e pago todos os anos. Em 2004, o limite nacional foi fixado em 446060 direitos, 445060 para o Continente e a RAA.

A atribuição do prémio à vaca aleitante e do prémio especial aos bovinos machos está condicionada a um factor densidade de 1,8 cabeças normais (C.N.) por hectare de superfície forrageira, sendo que o factor não se aplica quando o número de animais considerados para o cálculo não exceda as 15 C.N. Para o prémio à extensificação, o factor densidade considerado é de 1,4 C.N. por hectare de superfície forrageira e pelo menos 50% da superfície forrageira tem de ser constituída por pastagens. Etc.

Há pagamentos complementares não contemplados no Quadro 30 (limite máximo anual de 6,2 milhões de euros, de 2002 em diante). Estes pagamentos são concedidos como suplementos ao prémio à vaca aleitante (17,46 euros por novilha de substituição; ou 50 euros por novilha de substituição, no caso de produtores com menos de quatro prémios a vacas aleitantes; 50 euros por vaca aleitante de raça autóctone inscrita em livro genealógico ou registo zootécnico) e como suplemento ao prémio ao abate de vacas aleitantes e de vacas leiteiras.

No que refere à protecção do mercado interno, as importações estão sujeitas ao pagamento de direitos de importação. Por sua vez, as exportações estão sujeitas à emissão de certificados de exportação e são alvo de restituições variáveis com o destino dos produtos.

#### **4.2.7. O novo Poseima**

A nova PAC iniciada em 2003 representa um importante passo para melhorar a competitividade agrícola na U.E., por via da dissociação das ajudas do 1º pilar da PAC da produção, e melhorar o sustentabilidade da referida actividade, por via das normas de condicionalidade das ajudas do 1º pilar da PAC estabelecidas em matéria de ambiente, segurança dos alimentos e saúde e bem-estar dos animais.

Os pagamentos do 1º pilar da PAC aos agricultores europeus, em geral, e da RAA, em particular, têm sido dispersos. Na RAA, as explorações agrícolas recebem ajudas directas e ajudas Poseima.

Na RAA, o Poseima integra ajudas correntes às explorações agrícolas, um regime específico de abastecimento e medidas derogatórias (estruturais). Cerca de 75% das ajudas Poseima têm sido para os agricultores e 25% para a transformação, sendo que estas últimas medidas também incidem sobre os agricultores.

Foi negociado no Conselho Europeu a integração de todos os pagamentos directos do 1º pilar da PAC na RAA num único envelope Poseima. Ou seja, na RAA todos os pagamentos do 1º pilar da PAC passarão a ser Poseima. Este envelope Poseima terá

como base os montantes das ajudas directas pagas no período de referência (2000/2001/2002) e os prémios Poseima pagos em 2003.

O novo Poseima traz maior flexibilidade às autoridades regionais na definição das medidas. Por exemplo, se assim o entenderem, as autoridades regionais poderão vir a atribuir um maior apoio à indústria dos lacticínios. Todavia, há algumas restrições. As medidas preconizadas terão de ser comunicadas à Comissão Europeia e obter a sua aprovação. As ajudas à comercialização não podem ser superiores aos custos de transporte de Ponta Delgada a Lisboa (portos de referência na RAA e no Continente). A Comissão Europeia não tem sido muito sensível ao facto de estes não serem os custos de transporte para as nove ilhas, que nesta matéria são nove realidades distintas.

O novo Poseima era para ter entrado em vigor a 1 de Janeiro de 2006.

#### **4.2.8. O desenvolvimento rural**

O Reg (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, estabelece as regras para as medidas do 2º pilar da PAC do desenvolvimento rural. As medidas do 2º pilar da PAC passam assim a estar enquadradas por um único regulamento e a ser financiadas por um único fundo: o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Segundo o Reg (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, a política de desenvolvimento rural (2º pilar da PAC) deve acompanhar e complementar as políticas de apoio ao mercado e aos rendimentos aplicadas no âmbito do 1º pilar da PAC. A política de desenvolvimento rural deve também ter em conta os objectivos gerais das políticas de coesão económica e social e do ambiente e contribuir para a sua realização, integrando as prioridades políticas da U.E. relativamente à competitividade (estratégia renovada de Lisboa para o crescimento e emprego) e ao desenvolvimento sustentável (objectivos de Gotemburgo).

A nova política de desenvolvimento rural, fixa quatro objectivos e/ou eixos de intervenção para o período 2007 a 2013:

- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação destes sectores;
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural, através do apoio à gestão do espaço rural;
- Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação económica das zonas rurais;
- Abordagem tipo LEADER.

O eixo 1, específico, da competitividade, contempla: i) Medidas destinadas a aumentarem o conhecimento e a melhorar o potencial humano (formação profissional e acções de informação, instalação de jovens agricultores, reforma antecipada, utilização de serviços de aconselhamento por agricultores e detentores de áreas florestais e criação de serviços de gestão agrícola); ii) Medidas destinadas a reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação (modernização das explorações agrícolas, melhoria do valor económico das florestas, aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias na agricultura e no sector alimentar e no sector florestal, melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura, restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e introdução de medidas de prevenção adequadas); iii) Medidas destinadas a melhorarem a qualidade da produção e dos produtos agrícolas (apoio aos agricultores para se adaptarem a normas exigentes baseadas em legislação comunitária, apoio aos agricultores que participem em regimes de qualidade dos alimentos, apoio aos agrupamentos de produtores para actividades de informação e de promoção de produtos abrangidos por regimes de qualidade dos alimentos); iv) Medidas transitórias para os novos países membros da União.

O eixo 2, específico, da melhoria do ambiente e da paisagem rural, contempla: i) Medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas (pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha e noutras zonas, pagamentos Natura 2000, pagamentos agro-ambientais, pagamentos

relacionados com o bem estar dos animais, apoio a investimentos não produtivos) e ii) Medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais (apoio à primeira florestação de terras agrícolas, apoio à primeira instalação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas, apoio à primeira florestação de terras não agrícolas, pagamentos silvo-ambientais, apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção, apoio a investimentos não produtivos).

O eixo 3, específico, da qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural, contempla: i) Medidas para a diversificação da economia rural (diversificação para actividades não agrícolas, apoio à criação e desenvolvimento de microempresas, incentivo a actividades turísticas), ii) Medidas para melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais (serviços básicos para a economia e a população rurais, renovação e desenvolvimento das aldeias, conservação e valorização do património rural, iii) Medida para a formação e informação de agentes envolvidos em actividades neste eixo e iv) Medida para a aquisição de competências e a animação, com vista à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento.

O eixo 4, transversal, de abordagem tipo LEADER, em que se pretende que as zonas rurais executem a abordagem LEADER no quadro mais vasto da programação geral relativa ao desenvolvimento rural. Os princípios básicos da abordagem LEADER devem ser transferidos para os programas que integrem um eixo específico. Grupos de acção local e as medidas a apoiar devem ser definidos, incluindo a capacidade de parceria, a execução de estratégias locais, a cooperação, a ligação em rede e a aquisição de competências.

Cada Estado Membro prepara um plano estratégico nacional de acção do FEADER em estreita colaboração com parceiros representativos (autarquias locais e regionais, outras autoridades públicas, parceiros económicos e sociais, organizações não governamentais, etc.), tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias e abrangendo o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013. Os Estados Membros são responsáveis pela execução dos programas de desenvolvimento rural ao nível territorial adequado. Ao nível do FEADER as



negociações da RAA são com a República. Cerca de 8% da dotação nacional do 2º pilar é para a RAA.

## 5. Os territórios e a estratégia de desenvolvimento

### 5.1. A sociedade em rede

Segundo Manuel Castells, “A sociedade em rede é a sociedade em que nós vivemos. Não é uma sociedade composta por cibernautas solitários e robôs em telecomunicação. Nem sequer é a terra prometida das novas tecnologias que resolvem os problemas do mundo com a sua magia. É simplesmente, a sociedade em que estamos a entrar depois de termos transitado na sociedade industrial durante mais de um século. Mas, da mesma forma que a sociedade industrial coexistiu durante várias décadas com a sociedade agrária que a precedeu, a sociedade em rede mistura-se, nas suas formas, nas suas instituições e nas suas vivências, com os tipos de sociedade de onde surgiu. Mais ainda, como veremos, um traço essencial da sociedade em rede é que se organiza globalmente e os seus níveis de desenvolvimento são muito diferentes de país para país. Nem todas as pessoas, nem todas as actividades, nem todos os territórios, estão organizados segundo a estrutura e a lógica da sociedade em rede. De facto, as pessoas plenamente integradas nessa sociedade constituem uma minoria da população do planeta, como também aconteceu durante o processo de industrialização que transformou o mundo desde meados do século XIX. Mas toda a humanidade, esteja onde estiver e quem quer que seja, está condicionada, nos aspectos fundamentais da sua existência, por aquilo que acontece nas redes globais e locais que configuram a sociedade em rede. Porque essas redes incluem e organizam o essencial da riqueza, o conhecimento, o poder a comunicação e a tecnologia que existe no mundo. Assim, a sociedade em rede é a estrutura social dominante do planeta. A que vai absorvendo a pouco e pouco as outras formas de ser e de existir. Isso, em si mesmo, não é bom nem mau:

é. E as suas consequências, como no caso de outras sociedades que existiram historicamente, dependem do que as pessoas fazem, incluindo nós, nessa sociedade e com os instrumentos que essa sociedade oferece.” (Castells, 2005, A sociedade em rede).

Na nova economia, a produtividade e a competitividade das empresas, das regiões e dos países dependem do conhecimento gerado, das qualificações, da flexibilidade e capacidade rápida de adaptação a formas de produção e gestão em constante mudança (Castells, 2005, A sociedade em rede).

A globalização da economia é acompanhada pela globalização das outras esferas da sociedade. À medida que as pessoas se apropriam das novas tecnologias de comunicação e transportes vão constituindo as mais diversas redes (Castells, 2005, A sociedade em rede).

O território sofre transformações inerentes ao contexto globalizado. As cidades não desapareceram. Pelo contrário, vive-se uma vaga de urbanização. As novas tecnologias de comunicação e de transportes dão origem a uma nova forma de ocupação do território: a região metropolitana. A região metropolitana é a nova unidade da vida quotidiana, viabilizada pelas ligações de transportes rápidos e pelas telecomunicações. As regiões metropolitanas englobam cidades e vilas, espaços rurais e urbanos, etc.<sup>74</sup> Constituem grandes núcleos urbanizados que concentram população, tecnologia, riqueza e poder. Estes núcleos vinculam-se uns aos outros, através das redes globais de comunicação e das telecomunicações (Castells, 2005, A sociedade em rede). O posicionamento de cada região metropolitana nesta rede global de metrópoles depende da sua capacidade cultural, educativa, etc., de operar nas referidas redes globais e condiciona a qualidade de vida dos seus habitantes (Castells, 2005, A Sociedade em Rede).

---

<sup>74</sup> A região metropolitana de Manuel Castells corresponde à Metapolis de François Ascher (Ascher, 1995, Metapolis ou L'Avenir des Villes) e à Megacidade de Manuel Fernandes de Sá (Sá, 2000, A evolução da cidade contemporânea – tendências).

De fora das principais Megacidades, Metapolis, ou regiões metropolitanas ficam territórios, à partida, marginalizados, rurais, alternativos, com capacidades limitadas de oferecer mais valias aos circuitos globais. Segundo Bryden (Bryden, 1998, *Novas Perspectivas para a Europa Rural*), citado por Artur Cristóvão (Cristóvão, 2006, *Desenvolvimento Local, Democracia e Participação Local*), as mutações globais que afectam a nossa sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais, definindo este autor um leque de novas oportunidades como o acesso a novos mercados, a criação de actividades nos sectores dos serviços e do ambiente, o acolhimento de novos residentes e o desenvolvimento de actividades turísticas e recreativas em meio rural. Segundo Artur Cristóvão (Cristóvão, 2006, *Desenvolvimento Local, Democracia e Participação Local*), “para quem se coloca ao nível do terreno, em especial em áreas fragilizadas (...), o desafio é explorar todas as margens de manobra do sistema dominante, contrariar as tendências de marginalização e promover projectos de desenvolvimento centrados nas pessoas e nas comunidades locais, que valorizem os recursos e as vantagens competitivas dos territórios, servindo as necessidades da população.”

As cidades intermédias (como Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória) e as redes integradoras dos territórios rurais da RAA que estas venham a constituir poderão vir a ter um papel fundamental na resposta ao desafio descrito acima por Artur Cristóvão.

## 5.2. Uma abordagem territorial

A Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial (EC, 1999, ESDP- European Spatial Development Perspective) tem como objectivo o desenvolvimento equilibrado e sustentado do território da U.E. A ESDP pretende assegurar a coesão territorial na U.E. em sintonia com os objectivos gerais das políticas comunitárias que são: i) A coesão económica e social e ii) A competitividade económica baseada no conhecimento e no respeito dos princípios do desenvolvimento sustentável e da conservação da diversidade natural e cultural.

A ESDP é um quadro que visa melhorar a cooperação entre as diversas políticas comunitárias sectoriais. A ESDP selecciona quatro grandes áreas de interacção entre as políticas comunitárias sectoriais - i) Desenvolvimento rural, ii) Transportes, iii) Conservação da herança natural e cultural; e iv) Redes Transeuropeias - e seis políticas comunitárias sectoriais a interagir e a moldar o território da U.E. - i) Fundos Estruturais, ii) Política Agrícola Comum (PAC), iii) Política de Concorrência, iv) Redes Transeuropeias; v) Política Ambiental; vi) Políticas de Investigação e Desenvolvimento.

No presente é consensual que estratégias de abordagem sectorial pura dos problemas não constituem estratégias de sucesso, no que refere a melhorar ou a estabilizar o desenvolvimento de uma determinada região (Sucksmith *et. al.*, 2005, *The CAP and the Regions*). A ESDP propõe uma racionalidade territorial para as políticas públicas comunitárias. A ESDP convida a que as políticas públicas sectoriais tenham uma base territorial comum.

Os territórios de interesse para equacionar e implementar estratégias de desenvolvimento são maiores do que os territórios municipais e menores do que os territórios nacionais dos Estados Membros. Por um lado, os territórios municipais são demasiados pequenos, por exemplo, para explorar a constituição de redes de cidades, interdependentes e complementares, integradoras dos meios rurais que as envolvem, pilares fundamentais na implementação de estratégias de desenvolvimento rural com

sucesso, em territórios alternativos aos das áreas metropolitanas das grandes cidades. Por outro lado, os territórios nacionais dos Estados Membros são demasiado grandes para o nível de detalhe necessário à equação e à implementação de políticas públicas sectoriais (Sucksmith *et al.*, 2005, *The CAP and the Regions*). De outro modo, os desafios nacionais têm territórios de interesse e pessoas que os habitam. Em cada território de interesse as pessoas enfrentam problemas cuja gravidade é desigual e há necessidade de afectar a despesa pública de modo distinto. A intervenção sectorial mais prioritária num dado território, do ponto de vista do seu desenvolvimento, não tem de ser a mais prioritária noutra território. Ou seja, é preciso equacionar, coordenar, articular e modular as políticas públicas sectoriais no território, de forma a aumentar a eficácia da despesa pública e a maximizar as possibilidades de desenvolvimento.

A nova equação territorial das políticas públicas sectoriais aqui suportada é consagrada pela nova PAC, em particular na abordagem tipo LEADER e na articulação entre políticas comunitárias sectoriais preconizada no FEADER (2º pilar da PAC).

A RAA é, obviamente, um dos territórios nacionais de interesse. Ao nível da RAA, pode fazer sentido estabelecer sub-regiões para diferenciar as políticas públicas sectoriais inerentes à estratégia de desenvolvimento a implementar. Estas sub-regiões e/ou territórios de interesse têm uma escala inferior à da região e devem ter uma escala superior à dos seus municípios. Tratam-se, grosso modo, das nove ilhas do arquipélago e/ou de grupos constituídos com as referidas ilhas.

### **5.3. Equação, articulação, coordenação e implementação conjunta das políticas públicas sectoriais**

Definidas as sub-regiões de interesse, o Governo Regional estará em condições de estabelecer qual o papel de cada sub-região na estratégia de desenvolvimento regional.

Em cada sub-região, tendo em conta os objectivos de desenvolvimento regional e as carências da sub-região, o Governo Regional terá de estabelecer uma hierarquia intersectorial de prioridades de intervenção. Isto é, no sentido de atingir os objectivos de desenvolvimento, tendo em conta todos os fundos disponíveis (não agrícolas e agrícolas: fundos estruturais, Poseima, FEADER, etc.) e as restrições sectoriais ao seu uso, o Governo Regional deverá constituir com os parceiros relevantes Grupos de Acção Local e equacionar a melhor afectação possível dos referidos fundos entre sub-regiões e, em cada sub-região, entre medidas e sectores, de forma a melhor cumprir os objectivos de desenvolvimento da RAA. Deste modo, as políticas públicas sectoriais, os programas sectoriais, tornar-se-ão emanações sectoriais coerentes de uma estratégia territorial (intersectorial) de desenvolvimento, os suportes sectoriais da referida estratégia.

A delimitação de sub-regiões permitirá ao Governo Regional uma melhor equação, coordenação, articulação e modulação das políticas públicas sectoriais no território da RAA, suportes da estratégia de desenvolvimento a prosseguir. Permitirá também mobilizar a sociedade Açoriana para o processo de desenvolvimento em concreto, podendo e devendo o Governo Regional, ao nível das referidas sub-regiões, não só estabelecer parcerias para o desenvolvimento (constituindo Grupos de Acção Local) como contratualizar competências a grupos de municípios e/ou de cidadãos.

## 5.4. As sub-regiões da RAA

As sub-regiões de interesse devem ser as mesmas para todos os sectores da administração regional, de forma a facilitar a equação, a coordenação, a articulação e a modulação das políticas públicas sectoriais no território da RAA, no quadro da estratégia de desenvolvimento a prosseguir. Tal poderá obrigar a uma reorganização dos serviços da referida administração regional.

O Quadro 2, na secção introdutória, indica-nos que podemos distinguir na RAA dois grupos de ilhas:

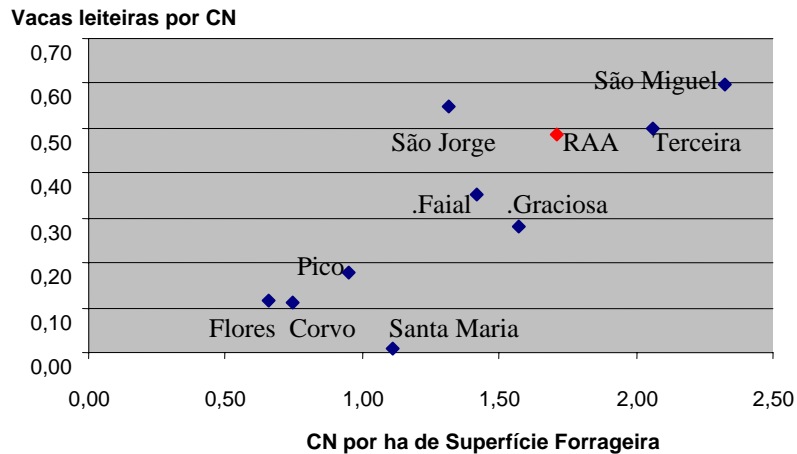
- São Miguel e a Terceira, territórios significativamente rurais,
- As outras ilhas, territórios predominantemente rurais.

As produções pecuárias de leite e carne de bovino são as principais produções do sector agro-florestal da RAA. A Figura 37 ilustra a ligação existente entre a intensificação agropecuária e a especialização leiteira.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> As Cabeças Normais (CN) são de bovinos, ovinos, caprinos e equinos. Para efeitos do seu cálculo os factores de conversão (FC) dos efectivos animais em CN considerados são: FC=1,0, para bovinos com dois ou mais anos; FC=0,6 para bovinos com menos de dois anos (assume-se que têm seis meses ou mais); FC=0,15 para ovinos e caprinos (assume-se que têm um ano ou mais) e FC=1,0 para equinos (assume-se que têm seis meses ou mais). Os cálculos foram realizados e cedidos pela SRAF.



**Figura 37****: Intensificação agropecuária e especialização em leite**

Fonte: SRAF, a partir de INE, 2000, RGA 99

A Figura 37 confirma, do ponto de vista da produção agropecuária da RAA, os dois grupos de ilhas mencionados:

- O grupo constituído por São Miguel e Terceira, onde a produção agropecuária é mais intensiva e especializada no leite,
- O grupo constituído pelas outras ilhas mais pequenas, onde a produção agropecuária é mais extensiva e, com a excepção de São Jorge, menos especializada no leite. A produção de leite em São Jorge é extensiva.

A considerar duas sub-regiões de interesse, poder-se-á discutir se fará sentido integrar o Faial no grupo de São Miguel e da Terceira, tendo em conta a relevância da cidade da Horta, e integrar os concelhos micalenses do Nordeste, da Povoação, e da Ribeira Grande (na sua parte leste) no grupo das ilhas mais pequenas, tendo em conta a presença fraca do sector não agrícola (e das respectivas oportunidades de emprego) nestes territórios.

No estudo do ISA (ISA, 1998, Territórios e Agriculturas) são propostos, tendo como ponto de referência o sector agrícola, quatro grupos de ilhas e/ou territórios de

interesse, utilizando como critérios o peso do sector não agrícola na economia de cada ilha e a percentagem de SAU concentrada na agricultura profissional mais dinâmica:

- São Miguel e a Terceira, presença forte do sector não agrícola e da agricultura profissional;
- Santa Maria e Faial, presença forte do sector não agrícola e fraca da agricultura profissional;
- São Jorge, presença fraca do sector não agrícola e forte da agricultura profissional;
- Corvo, Flores, Graciosa e Pico, presença fraca do sector não agrícola e da agricultura profissional.

Uma outra alternativa é a das sub-regiões dos actuais Grupos de Acção Local (GAL) no quadro do LEADER +:

- Concelho de Ponta Delgada e Santa Maria, ARDE — Associação Regional para o Desenvolvimento;
- São Miguel com excepção do concelho de Ponta Delgada, ASDEPR — Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural;
- Terceira e Graciosa, GRATER — Associação de Desenvolvimento Regional;
- São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, ADELIAÇOR — Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores;

As sub-regiões a definir deverão ter em atenção os diferentes sectores e o modo como estes se articulam no território e não apenas o sector agrícola e/ou qualquer um outro dos sectores. Deverão ser sub-regiões tipo no que refere à natureza dos problemas que enfrentam. No limite, a desagregação em sub-regiões poderá ir até às nove ilhas, que de facto são nove realidades distintas, ou mesmo até dez territórios, se considerarmos em São Miguel dois territórios distintos.

A desagregação do território da RAA em sub-regiões de interesse, para equacionar, coordenar, articular e modular as políticas públicas sectoriais no território da RAA, no

quadro da implementação da estratégia de desenvolvimento, não significa que as ditas sub-regiões não tenham e/ou não devam ter relações entre si, muito pelo contrário. O desenvolvimento da RAA só tem a ganhar com a explicitação das relações existentes e/ou a desenvolver entre as referidas sub-regiões.

## 5.5. O sector agro-florestal e a estratégia de desenvolvimento

### 5.5.1. Objectivos e medidas

Afirmamos na secção introdutória deste documento que, segundo os critérios da OCDE (OECD, 1994, *Creating Rural Indicators for Shaping Territorial Policy*), a RAA é uma região significativamente rural (Quadro 2). A ruralidade da RAA não impede a existência de importantes pólos urbanos como Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória. Indica-nos, todavia, que falar de desenvolvimento da RAA é falar de desenvolvimento rural, sendo que os referidos pólos urbanos e outros de menor escala são essenciais à estratégia de desenvolvimento rural a prosseguir.

Os objectivos gerais da estratégia de desenvolvimento a implementar devem ser os objectivos gerais das políticas comunitárias, a saber: i) A coesão económica, social e territorial; e ii) A competitividade económica baseada no conhecimento e no respeito dos princípios do desenvolvimento sustentável e da conservação da diversidade natural e cultural.

No que refere ao sector agro-florestal, o FEADER traduz estes objectivos gerais comunitários para o sector agro-florestal e indica medidas de suporte da estratégia de desenvolvimento a prosseguir. Os objectivos e as medidas devem ser:

- Melhoria da competitividade, com medidas destinadas a aumentar o potencial humano, o potencial físico e a qualidade das produções, isto é, essencialmente dirigidas a aumentar o valor das produções;
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural, com medidas destinadas a proteger os recursos naturais e culturais e a melhorar a sua utilização;

- Melhoria da diversificação da economia da RAA e da qualidade de vida, com medidas para a diversificação da economia rural e medidas para melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais;
- Abordagem do tipo LEADER, com melhoria da articulação das políticas públicas dirigidas ao sector entre elas e com as políticas públicas dirigidas a outros sectores no território.

### 5.5.2. Melhoria da competitividade

Há um problema geral acerca do modelo de especialização produtiva a seguir no futuro em todos os sectores de actividade produtiva na RAA e, em particular, no sector agro-florestal. As alternativas são:

- Como no presente, produzir 'commodities', em que qualidade é fazer o mais possível igual aos que os outros fazem, em grandes quantidades, com baixo valor acrescentado unitário, concorrendo pelos preços – modelo da Quantidade - ou ;
- Produzir produtos diferenciados para mercados nicho, em que qualidade é fazer coisas que mais ninguém faz, em quantidades muito provavelmente inferiores às do primeiro modelo, com um alto valor acrescentado unitário, concorrendo pela diferenciação de atributos - modelo da Qualidade.

Mais do que a produção física, a RAA precisa de intensificar a sua produção de valor. Na RAA e no país a aposta deve ser na qualidade. Para tal, é essencial assumir que a RAA é uma região rural e que os seus pólos urbanos devem constituir uma rede de pólos integradora dos espaços e das populações rurais, em vez de se desenvolverem de costas voltadas para os ditos espaços e populações.

As profissões ligadas ao sector agro-florestal precisam de ser valorizadas e dar um salto qualitativo, no que refere às qualificações necessárias ao desempenho de velhas e novas funções no espaço rural.

Uma rede de pólos tecnológicos temáticos (leite, carne, diversificação, floresta, turismo rural e da natureza), localizados nos pólos urbanos, destinados a aumentar o conhecimento e a promover a inovação no complexo agro-florestal, resultantes de parcerias entre a administração regional, as universidades, as cooperativas, as associações de produtores e as empresas que operam no referido complexo, deverá ser desenvolvida e constituir o suporte de verdadeiros serviços de aconselhamento e/ou extensão rural. A inovação pretendida é na pesquisa de mercados nicho, nas estratégias de comercialização, no apoio a estratégias de integração vertical dos agricultores, na natureza dos produtos a comercializar, nas tecnologias de produção.<sup>76</sup>

De acordo com a nova PAC, um sistema de aconselhamento agrícola terá de ser obrigatoriamente introduzido a partir de 1 de Janeiro de 2007, no sentido de auxiliar os agricultores a cumprirem com a condicionalidade. A proposta aqui generaliza o referido sistema muito para lá da condicionalidade e dá-lhe uma base de suporte na dita rede de pólos tecnológicos temáticos.

Em São Miguel e na Terceira o leite domina e dominará as produções do sector agro-florestal. Nestas duas ilhas a produção de leite é mais intensiva, a dinâmica do sector agro-florestal é maior bem como são maiores as possibilidades de diversificação. É necessário não só valorizar a produção de leite como controlar os seus efeitos ambientais. Com a nova PAC, as transformações em curso na OCM do leite e dos produtos lácteos são muito grandes. A condicionalidade das ajudas da nova PAC trás acréscimos de custos e uma maior necessidade de explorar economias de escala para baixar custos, o que significa a continuação da saída de muitos lavradores do subsector. As negociações em curso na Organização Mundial de Comércio podem trazer, já em 2008, mudanças ainda mais profundas do que as já anunciadas para a OCM do leite e dos produtos lácteos no âmbito da nova PAC, acentuando a necessidade dos produtores de leite baixarem os custos de produção. Em São Miguel e

---

<sup>76</sup> Para além do aumento da dimensão das explorações, Niza (2005b) aponta como essenciais ao desenvolvimento da produção de leite em Portugal uma Gestão pela qualidade, a inovação e uma organização ao nível nacional que dinamize as questões anteriores. Osório (2006) refere a necessidade de implementar estratégias que permitam aos lavradores do Douro e às suas empresas uma maior apropriação do valor acrescentado, valor a materializar no mercado a partir das uvas e dos vinhos de qualidade que é possível produzir no Douro.

na Terceira, a manutenção da ligação da ajuda à quota leiteira à produção não só enfraquece a posição negocial dos lavradores perante a indústria dos lacticínios como dificulta a reestruturação do subsector.

É preciso inovar no leite destas duas ilhas, ir além da produção de queijo flamengo (em bola e em barra), do leite em pó desnatado e da manteiga. Tendo em conta o destino predominantemente industrial do leite, há que produzir leite de alto valor industrial e novos produtos lácteos, novos queijos.<sup>77</sup> A este nível, a indústria tem um papel determinante, através dos critérios de valorização do leite ao produtor que venha a estabelecer. Novos produtos lácteos deverão ser desenvolvidos, por exemplo, com o recurso à biotecnologia. Já agora, o soro do leite pode ser exportado como matéria-prima rica em proteínas, em vez de ser deitado ao lixo.

Há um esforço a fazer ao nível da refrigeração do leite, nos diversos sistemas de produção (transumância e sedentarização). À medida que as explorações de leite se sedentizam e exploram economias de escala, há que suportar a diversificação, como alternativa aos lavradores que saem do subsector. No futuro, o leite abrangerá um número cada vez mais reduzido de produtores, sendo de esperar que os contributos do subsector para a coesão económica, social e territorial da RAA sejam cada vez menores.

No que refere à carne dos bovinos de leite há que a transformar para lhe acrescentar valor. Esta carne pode ser vendida em hambúrgueres e/ou incorporar produtos transformados, sendo que tem procura de mercado no Continente.

Em São Miguel e na Terceira também haverá espaço para a agricultura em Modo de Produção Biológico (MPB) e para formas mais extensivas de produção, particularmente na diversificação, mas também na produção de leite, uma vez que se encontrem mercados para estas produções. Já surgiu, por exemplo, ananás em MPB. Todavia, os

---

<sup>77</sup> No presente, o consumo médio anual de queijo no continente português é cerca de 10 kg per capita. Há países na União Europeia com um consumo muito mais elevado. Por exemplo, na Grécia o consumo médio anual de queijo é cerca de 25 kg per capita (o mais alto do mundo), dos quais mais de 12 quilos per capita são de queijo Feta. Até 2014, os norte-americanos deverão passar a consumir 15,4 quilos per capita anualmente. Ou seja, há potencial para crescimento do consumo de queijo per capita no Continente português. Todavia, esse potencial de crescimento é passível de ser explorado com queijos que possam integrar tábuas de queijos e não com queijo flamengo (em bola ou em barra).

modos de produção mais extensivos não serão, à partida, os mais abrangentes da produção destas duas ilhas. Já agora, o leite em MPB exige que a indústria de lacticínios tenha linhas de transformação específicas e/ou a presença de pequenas fábricas de lacticínios específicas para esta produção. Já a carne em MPB pode, com os devidos cuidados, ser abatida nos matadouros convencionais, sendo que ao nível dos matadouros tem havido um esforço grande de investimento em todas as ilhas.<sup>78</sup>

O 2º pilar da PAC (com a nova PAC FEADER) foi e vai continuar a ser determinante para as ilhas mais pequenas, onde a produção é à partida extensiva: Graciosa, São Jorge, Corvo, Faial, Flores, Pico e Santa Maria. Se em São Jorge é a produção extensiva de leite que predomina nas outras ilhas é a produção extensiva de carne que tem e/ou poderá vir a ter a maior relevância. Apenas em São Jorge poderá fazer algum sentido a manutenção da ligação da ajuda à quota leiteira à produção, enquanto o queijo de São Jorge não tiver uma valorização adequada que tenha reflexos positivos no preço do leite ao produtor. Nas outras ilhas mais pequenas, a ligação dificulta a reestruturação do subsector e a conversão dos produtores para a carne.

Leite e carne produzidos de forma extensiva, à base de erva, são produtos com um potencial de altíssima qualidade. É para produções extensivas de altíssima qualidade que faz sentido equacionar a marca Açores Verde, as Denominações de Origem Protegida (por exemplo, o Queijo de São Jorge DOP), as Indicações de Proveniência Geográfica (por exemplo, a carne IPG), e o MPB como forma de as valorizar.<sup>79</sup>

<sup>78</sup> A RAA tem condições únicas para a produção de leite e de carne em MPB. O consumo de produtos em MPB está a crescer, também em Portugal, em resposta às crises alimentares e não só, também com o crescimento do rendimento per capita e as preocupações com a saúde e o ambiente (Costa e Sottomayor, 2004, Aspectos da conversão ao Modo de Produção Biológico).

<sup>79</sup> Segundo o MADRP "Os DOP tiveram um crescimento significativo, em volume de produção, no período 1998 – 2003 (12% ao ano), mas um crescimento muito inferior dos preços (2,5% ano), e ainda inferior à evolução média anual dos índices de preços no consumidor para os produtos alimentares no mesmo período (3,3%). Desta constatação poder-se-á retirar que, numa avaliação global não diferenciada, ao forte crescimento das quantidades produzidas e número de denominações reconhecidas não correspondeu a respectiva valorização no mercado, significando que as desejadas mais valias pretendidas não foram alcançadas. Há pois que criar os instrumentos que levem à inversão desta situação" (MADRP, 2006, Plano Estratégico Nacional: Desenvolvimento Rural 2007-2013). Esta reflexão do MADRP sugere-nos o seguinte: i) Não chega produzir DOP's, é preciso saber comercializá-los; ii) É normal que com a proliferação da oferta de produtos DOP os preços tenham o comportamento apontado; iii) O dito comportamento não é impeditivo da existência de importantes prémios nos preços dos produtos DOP, face aos produtos convencionais, pela sua superior qualidade; sendo que uma análise de preços médios tem mais significado em produtos homogéneos do que em produtos diferenciados; iv) As DOP não são a única estratégia possível de diferenciação pela qualidade (por exemplo, o MPB é outra e o mesmo produto pode ser valorizado por ser DOP, nuns mercados, e por ser em MPB, noutros mercados).



Nas ilhas mais pequenas, estratégias alternativas, paralelas, do tipo Parques Com Vida<sup>80</sup>, que começam a ser seguidas no Continente, à imagem do que já se faz em vários países europeus como a França e a Espanha, poderão vir a ser implementadas. Ou seja, pelo menos em parte, o destino das produções destas ilhas poderá ter como alvo os visitantes de fim-de-semana e/ou em férias (provenientes de outras ilhas dos Açores, do Continente e do estrangeiro), com uma oferta organizada em torno de esquemas de turismo e lazer de pequena escala, com rosto, a desenvolver localmente, em rede e em estreita articulação com os principais pólos urbanos de atracção turística da RAA (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada).

Os lavradores devem ter vacas com uma genética apropriada às condições em que operam (transumância versus sedentarização) e aos produtos finais desejados. O papel da raça autóctone de bovinos Ramo Grande, de outras raças autóctones portuguesas (como a Arouquesa, a Maronesa, etc.) e de raças exóticas (como a própria Holstein Frisien, a Jersey, a Parda Suíça, o Limousin, o Charolês, etc.) terá de ser equacionado, na produção de leite de qualidade, nuns casos, e na produção de carne de qualidade, noutros casos.

O papel do MPB na melhoria e valorização da qualidade do leite, dos queijos e da carne também deverá ser equacionado. O MPB poderá ser uma forma de encontrar novos mercados, novos consumidores, para os mesmos produtos.<sup>81</sup> A sua generalização a toda a produção mais extensiva da RAA, em particular a das ilhas mais pequenas, deverá ser equacionada.

As produções vegetais em MPB na RAA apresentam dificuldades técnicas que se prendem com o controlo da grande quantidade e diversidade de fungos existente. Já a produção animal em MPB poderá constituir uma aposta mais segura. Todavia, mesmo na produção animal há dificuldades, que se prendem com a falta de apoio técnico, com a falta de formação dos médicos veterinários para os tratamentos homeopáticos, com

<sup>80</sup> O nome atribuído no Continente é feliz: Parques Com Vida e/ou que convidam os visitantes. No caso da RAA seriam Ilhas Com Vida.

<sup>81</sup> No Continente demonstrou-se que os consumidores que consumiam produtos em MPB não eram os mesmos que aqueles que os procuravam pela denominação de origem. Mais, que o mesmo produto poderia ter como alvo dois grupos de consumidores diferentes: os dos produtos em MPB e os dos produtos com denominação de origem (Costa e Sottomayor, 2004, Aspectos da conversão ao Modo de Produção Biológico em Portugal).

a falta de motivação dos agricultores e com os custos da certificação, particularmente elevados nas ilhas mais pequenas, onde é menor o número de produtores por quem dividir os custos de deslocação dos técnicos de certificação. Para o MPB ser uma alternativa viável, terá de haver uma forte aposta por parte do Governo Regional.

No que refere à floresta, há desenvolvimentos a fazer com a criptoméria. Em particular, o potencial genético da criptoméria não é totalmente conhecido. Todavia, do ponto de vista da biodiversidade, a criptoméria não é boa. Isto é, no sentido de promover sistemas agro-florestais de alto valor ecológico e social em associação com a produção agropecuária extensiva, sistemas previstos no FEADER, poderá ser necessário fomentar a progressiva substituição da criptoméria por laurissilva e espécies a ela associadas, como o cedro do mato, e/ou por espécies florestais mais valiosas como o carvalho. A possibilidade legal de produção e comercialização regulada da madeira do cedro do mato (espécie protegida pela Convenção de Berna) deverá ser equacionada.

No que refere à competitividade do sector agro-florestal e não só, a resposta aos desafios em todas as ilhas vai implicar um esforço muito grande de qualificação a vários níveis da mão-de-obra agrícola e florestal.

### **5.5.3. Melhoria do ambiente e da paisagem rural**

No sector agro-florestal, a maior intensificação física da produção de leite deu-se em São Miguel e na Terceira. É neste grupo de ilhas que os impactos da produção sobre o território são maiores e que há necessidade acrescida de controlar os referidos impactos. Nas outras ilhas, as ajudas do 2º pilar da PAC (por exemplo, as medidas agroambientais da PAC - ajuda à extensificação - em São Jorge, ou outras, como as Indemnizações Compensatórias, noutras ilhas) ajudaram a controlar o encabeçamento e a intensidade da produção física e o FEADER vai continuar a fazê-lo no futuro.

Com a reforma Fischler da PAC de 2003, todas as ajudas directas do 1º pilar da PAC passaram a estar sujeitas à condicionalidade.<sup>82</sup> Isto é, há requisitos ambientais mínimos (RLG, BCAA's e manutenção das áreas de pastagens permanentes) a cumprir, caso contrário os agricultores podem não receber as ajudas directas do 1º pilar da PAC e/ou sofrerem penalizações.<sup>83</sup> Por aqui muita coisa vai ficar sob controlo, no que refere aos impactos da intensificação da produção física no território. Juntando à condicionalidade da nova PAC a Directiva Quadro da Água (e a definição de zonas vulneráveis) e as áreas da Rede Natura 2000 (contempladas com pagamentos pela nova PAC), sobra, para efeitos de controlo do impactos dos focos mais intensivos de produção do sector, o condicionamento e/ou extensificação das pastagens em áreas acima dos 500 m que se situem fora dos sites da Rede Natura 2000 e que sejam causa de destruição da vegetação climácica.

A condição de pastagem não constitui por si só uma garantia de boa ou má utilização dos recursos. Há na RAA um problema de eutrofização das lagoas, em grande medida provocado pela utilização de pastagens em altitude. Porque a directiva nitratos e a directiva quadro da água associam o fenómeno da eutrofização dos lençóis de água aos nitratos, oito lagoas foram classificadas como zonas vulneráveis aos nitratos na RAA (DROTRH, 2001, Plano Regional da Água). Todavia, em muitas destas lagoas o nível de nitratos é baixo. Ou seja, os agricultores são obrigados a reduzir as aplicações de azoto nas áreas envolventes das lagoas quando, por vezes, praticamente já não o aplicam e é o fósforo (e não o azoto), arrastado com os sedimentos pela erosão em altitude, o elemento que está na base da eutrofização das lagoas. Estas e outras questões requerem aprofundamento dos estudos técnicos e soluções consensuais por parte dos serviços regionais competentes do ambiente e da agricultura.

Com particular relevância nas ilhas mais pequenas, de produção extensiva, o esforço de conservação da natureza e de manutenção das paisagens culturais terá de

---

<sup>82</sup> Note-se que, recentemente, foi introduzida uma ajuda directa à quota leiteira como compensação da descida dos preços de intervenção na OCM do leite e dos produtos lácteos, ajuda que estará sujeita à condicionalidade.

<sup>83</sup> Por exemplo, as BCAA's associadas às ajudas directas do 1º pilar da PAC contemplam regras para diminuir os riscos de erosão, como as limitações à mobilização de solos inclinados (impedimento e/ou obrigação de mobilizar estes solos segundo as curvas de nível).

continuar e mesmo aumentar. Ou seja, os contributos da agricultura nestas ilhas terão de ser orientados para a obtenção de produtos característicos, únicos, de primeiríssima qualidade (se pecuários, à base de erva), para a conservação da natureza e para a manutenção das paisagens naturais e culturais. Na lógica dos Parques (no caso Ilhas) Com Vida, produtos e paisagens a serem consumidos, em grande parte, localmente, pelos visitantes. Isto significa alterar tendências em curso nestas ilhas, quer de abandono, quer de alguma intensificação da produção convencional de laticínios.

#### **5.5.4. Melhoria da diversificação económica e da qualidade de vida**

Os locais da Rede Natura 2000 e das áreas protegidas distribuem-se pelas ilhas. O mesmo acontece com os sabores dos produtos feitos à base de erva (queijo de São Jorge, o mais conhecido, mas também os queijos do Pico, do Faial e da Graciosa e a carne), as tradições festivas populares, os Conventos e a doçaria conventual, as casas solarengas e as casas apalaçadas, elementos importantes na implementação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo de pequena escala, do turismo da natureza, do turismo cultural, do agroturismo, do turismo das casas de campo, do turismo equestre, numa palavra, do turismo em meio rural (ver DRT, 2002, Plano de Ordenamento Turístico).<sup>84</sup>

No caso de São Miguel e da Terceira as possibilidades de diversificação económica são maiores, contemplam os pólos urbanos e as zonas rurais e nem sempre terão de ter uma estreita articulação com o sector agro-florestal.

No caso das ilhas mais pequenas, as possibilidades de diversificação dizem respeito, essencialmente, a zonas rurais e estão em estreita associação com o sector agro-florestal, muito na lógica do eixo 3 do FEADER. O LEADER, a figura das Ilhas Com Vida, o apoio à formação de micro-empresas em zonas rurais, o micro crédito, o apoio

---

<sup>84</sup> A indústria turística está a crescer ao nível mundial mais do que o PIB. O Turismo rural e o turismo da natureza são mercados nichos com um enorme potencial (ver Gonçalves *et al.*, Turismo rural e da Natureza: O que é e como funciona? Os casos do Brasil, Cabo Verde, Cuba e Moçambique).

a pequenos negócios, a investimentos de pequena escala na transformação e/ou valorização de produtos agrícolas e florestais, serão peças essenciais da estratégia de desenvolvimento a prosseguir nestas ilhas.

#### **5.5.5. Abordagem do tipo LEADER**

Segundo o FEADER, a abordagem do tipo LEADER à estratégia de desenvolvimento, suportada neste relatório, inclui no mínimo os seguintes elementos:

- Estratégias locais de desenvolvimento por zona destinadas a territórios rurais sub-regionais bem identificados;
- Parcerias locais do sector público e privado (Grupos de Acção Local);
- Abordagem ascendente em que os Grupos de Acção Local têm poderes de decisão no que respeita à elaboração e execução de estratégias locais de desenvolvimento;
- Concepção e execução multisectoriais da estratégia baseadas na interacção entre agentes e projectos diferentes da economia local;
- Execução de abordagens inovadoras;
- Execução de projectos de cooperação;
- Ligação em rede de parcerias locais.

Tendo como pano de fundo a necessidade de articular todas as políticas públicas sectoriais nos territórios da RAA, no sentido de melhor cumprir com os objectivos de desenvolvimento da região, a União Europeia deu à RAA a possibilidade concreta de melhor articular e tornar coerentes entre si o novo Poseima (1º pilar da PAC) e o FEADER (2º pilar da PAC). A possibilidade deverá ser aproveitada.

## 6. Análise SWOT

### 6.1. Identificação de pontos fortes

Pontos fortes	Comentários
A condição de região autónoma da RAA.	
O carácter fortemente rural da identidade da RAA. A forte presença de uma população agrícola e de uma agricultura do tipo familiar.	
A existência de cinco pólos urbanos de alguma dimensão: Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória.	Pólos urbanos com alternativas de emprego ao sector agro-florestal. Alguns destes pólos urbanos constituem portas de entrada dos turistas e/ou visitantes na Região.
A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; A herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.	O conseqüente complemento de rendimento da referida ligação. As casas solarengas, o artesanato (por vezes produzido em explorações agrícolas), as festividades populares rurais tradicionais, as raças autóctones -Ramo Grande -, os sabores - o queijo DOP de São Jorge, o queijo do Pico e outros queijos, a carne IGP, os vinho IPR, etc. A luminosidade especial - dada pelo regime de chuvas que limpa as poeiras do ar -, o silêncio, a paz e o sossego. As paisagens rurais, agrícolas e florestais, culturais e naturais. O mar, as vacas, as pastagens, as turfeiras e as lagoas. A Rede Natura 2000. O

	<p>resultante grande potencial para o desenvolvimento de esquemas de turismo e lazer de pequena escala, em espaço rural, com rosto. Turismo cultural e da natureza, dos agroturismos e das casas de campo, turismo de habitação, turismo de aldeia, turismo rural, turismo equestre, etc. Turismo articulado em rede aos principais pólos urbanos e/ou de atracção turística - Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória -, que sustente uma procura de mercado local, fonte de valorização de produtos agro-florestais de primeiríssima qualidade, produzidos em pequena escala, feitos à base de erva no caso da leite e da carne, e que permita a diversificação da economia das zonas rurais em associação estreita com o sector agro-florestal, podendo assumir, nas ilhas mais pequenas, a figura 'Ilhas Com Vida'.</p>
<p>O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio</p>	<p>Temperaturas médias moderadas e uma pluviosidade média anual superior a 1000 mm, razoavelmente distribuída ao longo do ano. Razoável produtividade dos solos, com limitações em altitude. Excelentes condições para a produção pecuária, de leite e carne, em livre pastoreio.</p>
<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>Modernização da lavoura, por exemplo, melhoria dos caminhos agrícolas e florestais e do abastecimento de água às explorações agrícolas, equipamento das explorações agrícolas no âmbito de projectos de</p>

	investimento. Instalação de infraestruturas de transformação dos produtos agrícolas, por exemplo, a instalação da rede de abate.
A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.	Essencialmente em São Miguel e na Terceira e, nas ilhas mais pequenas, em São Jorge.
A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização	Por exemplo, o aparecimento de pequenas fábricas de lacticínios e de enchidos tradicionais, a comercialização do queijo DOP de São Jorge, dos ananases de São Miguel e das flores em diversas ilhas.
A inovação nos modos de produção da lavoura.	Essencialmente em São Miguel, na Terceira e em São Jorge, por exemplo, com o aparecimento do MPB.
A inovação na diversificação económica da lavoura.	Essencialmente em São Miguel e na Terceira, por exemplo, com o aparecimento de agroturismos, casas de campo, actividades equestres, etc.



## 6.2. Identificação de pontos fracos

Pontos fracos	Comentários
<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>	<p>Mercados de interesse - de produtos e de factores de produção - na Europa e nos EUA. Dispersão do território por nove ilhas, algumas muito afastadas, outras de muita pequena dimensão. Elevados custos de transporte. Dificuldades de escala na organização da produção, da transformação, da certificação e da comercialização dos produtos agrícolas e florestais da RAA e no fornecimento ao sector de factores de produção, de apoio técnico e de qualificações.</p>
<p>A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória.</p>	<p>O que condiciona o escoamento regional das produções do sector agro-florestal e gera poucas oportunidades de emprego fora do referido sector.</p>
<p>A fraca dignificação da ruralidade da RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.</p>	
<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>	<p>As explorações agrícolas tinham 8,8 hectares de SAU média em 2003 e 5,6 parcelas por exploração em 1999. Em 1999, 37% das parcelas com SAU tinha menos de 2000 m<sup>2</sup>.</p>
<p>A ausência de um sistema articulado de</p>	<p>Isolamento de muitos lavradores face à</p>

<p>aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>	<p>informação, aos mercados e ao enquadramento institucional, técnico e administrativo</p>
<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.</p>	<p>Presença incipiente de uma agricultura profissional nas ilhas mais pequenas, com a excepção de São Jorge. Poucas alternativas de emprego fora do sector agro-florestal nas ilhas mais pequenas, com a excepção do Faial. Fraca diversificação económica. Êxodo agrícola, êxodo rural e emigração.</p>
<p>A forte dependência do complexo agro-alimentar regional da Política Agrícola Comum.</p>	
<p>O padrão de especialização produtiva na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.</p>	<p>Padrão de especialização na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário - queijo flamengo (em bola e em barra), leite em pó desnatado e manteiga - com intensificação global da produção, expansão das áreas de pastagem em altitude, erosão, destruição de turfeiras e eutrofização das lagoas. O padrão dá-se essencialmente em São Miguel e na Terceira, mas está a ser seguido, com atraso, em algumas das ilhas mais pequenas. Poder fazedor do preço do leite por parte da indústria de lacticínios, em todas as ilhas, mitigado, apesar de tudo, pela importância política do leite na região. Vacas leiteiras com uma genética pouco adaptada às condições reais que a maioria dos lavradores opera (sistema da transumância) e à produção de leite com alto valor industrial,</p>

	<p>essencialmente em São Miguel e na Terceira. Problemas com a higiene e a qualidade do leite, na produção - essencialmente em São Miguel e na Terceira - e na transformação - essencialmente em São Jorge.</p>
<p>A excessiva especialização da floresta de produção na criptoméria.</p>	
<p>A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário.</p>	<p>Incipiente produção, transformação, certificação e comercialização de produtos de alto valor acrescentado unitário em todos os subsectores: leite, carne, diversificação e floresta.</p>

### 6.3. Identificação de ameaças

Ameaças	Comentários
<p>A indústria de lacticínios estar centrada na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário.</p>	<p>A referida indústria é dominada por empresas multinacionais - como a Nestlé e a Fromageries Bell - e/ou externas à RAA, especializadas na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário: queijo flamengo, leite em pó desnatado e manteiga</p>
<p>A condicionalidade da nova PAC, a opção pelo não desligamento da ajuda à quota leiteira e as consequências das negociações da OMC na OCM do leite e produtos lácteos, já em 2008.</p>	<p>A condicionalidade das ajudas da nova PAC significa custos acrescidos para os produtores; O não desligamento da ajuda à quota leiteira dificulta a reestruturação do sector e contribui para o poder fazedor de preço da indústria de lacticínios; As negociações da OMC podem trazer, já em 2008, mudanças mais acentuadas ao sector do leite e lacticínios</p>
<p>As limitações orçamentais do Estado português, no que refere à execução plena do FEADER.</p>	<p>As limitações orçamentais nas participações portuguesas podem constituir um obstáculo à execução plena do FEADER. Neste aspecto, a RAA está mais protegida do que certas regiões do Continente, pela sua condição de região autónoma.</p>
<p>O aumento do preço do barril de petróleo no mercado mundial.</p>	

## 6.4. Identificação de oportunidades

Oportunidades	Comentários
O aumento da procura mundial por produtos alimentares seguros, diferenciados, de qualidade, produtos com identidade (DOP, IGP, etc.) e produtos saudáveis e amigos do ambiente (MPB).	Na sequência das crises alimentares, das preocupações com a saúde e com o ambiente, com o crescimento do PIB per capita e das classes médias
O aumento da procura mundial de turismo em espaço rural e de turismo da natureza. Grande ligação da comunidade Açoriana emigrada nos Estados Unidos da América (EUA) à RAA, em geral, e aos seus produtos agrícolas e espaços rurais, em particular (mercado da saúde).	O turismo na RAA tem-se desenvolvido mais nos pólos urbanos. Todavia, o problema pode estar na oferta. Não tem de estar, necessariamente, na procura
O aumento dos direitos a prémios às vacas aleitantes no quadro da reforma Fischler da PAC de 2003	Que pode ajudar a conversão para a carne em algumas das ilhas pequenas
A nova PAC, a liberdade concedida noPOSEIMA à RAA, o FEADER e a possibilidade de implementação de uma estratégia territorialmente coerente de Desenvolvimento Rural	Abordagem do tipo LEADER

## 6.5. Capacidades de defesa e vulnerabilidades

AMEAÇAS	
<p>AMEAÇA 1 A indústria de lacticínios estar centrada na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário</p>	
<p>A condição de região autónoma da RAA.</p>	<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>
<p>O carácter fortemente rural da identidade da RAA. A forte presença de uma população agrícola e de uma agricultura do tipo familiar.</p>	<p>A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.</p>
<p>A existência de cinco pólos urbanos de alguma dimensão: Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória.</p>	<p>A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.</p>
<p>A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; a herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.</p>	<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>

<p>O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio.</p>	<p>A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>
<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas das ilhas mais pequenas.</p>
<p>A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.</p>	<p>A forte dependência do complexo agro-alimentar regional da Política Agrícola Comum.</p>
<p>A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização</p>	<p>O padrão de especialização produtiva na produção de laticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.</p>
<p>A inovação nos modos de produção da lavoura.</p>	
<p>A inovação na diversificação económica da lavoura.</p>	<p>A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário.</p>

<p>AMEAÇA 2 A condicionalidade da nova PAC, a opção pelo não desligamento da ajuda à quota leiteira e as consequências das negociações da OMC na OCM do leite e produtos lácteos, já em 2008</p>	
	<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>
	<p>A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.</p>
	<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>
	<p>A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>
<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.</p>



A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.	A forte dependência do complexo agro-alimentar regional da Política Agrícola Comum.
	O padrão de especialização produtiva na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.
A inovação nos modos de produção da lavoura.	

AMEAÇA 3 As limitações orçamentais do Estado português, no que refere à execução plena do FEADER	
A condição de região autónoma da RAA.	A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.
	A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.
	A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.
	A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.
	A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.
O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a	A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais

jusante do mesmo.	pequenas
A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.	A forte dependência do complexo agro-alimentar regional da Política Agrícola Comum.
A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização	
A inovação nos modos de produção da lavoura	
A inovação na diversificação económica da lavoura	A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário

AMEAÇA 4 O aumento do preço do barril de petróleo no mercado mundial	
	A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.
	A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.
A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; A herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.	A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.
O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio.	A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.
O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.	A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas
A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da	

lavoura fortes.	
A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização	O padrão de especialização produtiva na produção de laticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.
A inovação nos modos de produção da lavoura.	
A inovação na diversificação económica da lavoura.	A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário.

## 6.6. Vantagens competitivas e reorientações necessárias

OPORTUNIDADES	
<p>OPORTUNIDADE 1 O aumento da procura mundial de turismo em espaço rural e de turismo da natureza. A grande ligação da comunidade Açoriana emigrada nos Estados Unidos da América (EUA) à RAA, em geral, e aos seus produtos agrícolas e espaços rurais, em particular (mercado da saúde).</p>	
A condição de região autónoma da RAA.	
O carácter fortemente rural da identidade da RAA. A forte presença de uma população agrícola e de uma agricultura do tipo familiar.	
A existência de cinco pólos urbanos de alguma dimensão: Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória.	A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.
A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; A herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.	
O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes	A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação

condições para a produção pecuária em livre pastoreio.	do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.
O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.	A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.
A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.	
A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização	O padrão de especialização produtiva na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.
A inovação nos modos de produção da lavoura.	A excessiva especialização da floresta de produção na criptoméria.
A inovação na diversificação económica da lavoura.	A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário.

OPORTUNIDADE 2 O aumento da procura mundial por produtos alimentares seguros, diferenciados, de qualidade, produtos com identidade (DOP, IGP, etc.) e produtos saudáveis e amigos do ambiente (MPB).

<p>A condição de região autónoma da RAA.</p>	<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>
<p>O carácter fortemente rural da identidade da RAA. A forte presença de uma população agrícola e de uma agricultura do tipo familiar.</p>	
	<p>A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.</p>
<p>A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; A herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.</p>	<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>
<p>O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio.</p>	<p>A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>



<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.</p>
<p>A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.</p>	
<p>A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização</p>	<p>O padrão de especialização produtiva na produção de laticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.</p>
<p>A inovação nos modos de produção da lavoura.</p>	<p>A excessiva especialização da floresta de produção na criptoméria.</p>
<p>A inovação na diversificação económica da lavoura.</p>	<p>A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário.</p>

<p>OPORTUNIDADE 3 O aumento dos direitos a prémios às vacas aleitantes no quadro da reforma Fischler da PAC de 2003 (que pode ajudar a conversão para a carne em algumas das ilhas pequenas).</p>	
	<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>
	<p>A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.</p>
	<p>A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.</p>
	<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>
<p>O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio.</p>	<p>A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>
<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do</p>	<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a</p>

<p>sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.</p>
<p>A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.</p>	
<p>A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização.</p>	<p>O padrão de especialização produtiva na produção de lacticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.</p>
<p>A inovação nos modos de produção da lavoura.</p>	
	<p>A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário</p>

<p>OPORTUNIDADE 4 A nova PAC, a liberdade concedida no Poseima à RAA, o FEADER e a possibilidade de implementação de uma estratégia territorialmente coerente de Desenvolvimento Rural (Abordagem do tipo LEADER)</p>	
<p>A condição de região autónoma da RAA.</p>	<p>A grande distância das ilhas da RAA aos principais mercados. A dispersão do território. Os elevados custos de transporte e as dificuldades de escala na organização das fileiras.</p>
<p>O carácter fortemente rural da identidade da RAA. A forte presença de uma população agrícola e de uma agricultura do tipo familiar.</p>	<p>A existência de apenas cinco pólos urbanos com uma certa dimensão: cidades de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande.</p>
<p>A existência de cinco pólos urbanos de alguma dimensão: Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória.</p>	<p>A fraca dignificação da ruralidade na RAA e das profissões ligadas ao sector agro-florestal. O desenvolvimento dos principais pólos urbanos da RAA não estar articulado com o desenvolvimento das zonas rurais.</p>
<p>A ligação em simultâneo das populações ao mar e à terra; A herança cultural, a beleza natural das ilhas da RAA e o potencial para o turismo em espaço rural.</p>	<p>A reduzida dimensão média das explorações agrícolas, a excessiva fragmentação e os impedimentos à mecanização.</p>
<p>O clima atlântico da RAA, a razoável produtividade dos solos e as excelentes condições para a produção pecuária em livre pastoreio.</p>	<p>A ausência de um sistema articulado de aconselhamento técnico e apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural.</p>

<p>O esforço de investimento realizado nos últimos anos no âmbito do Prodesa, que abrangeu todas as ilhas, a montante do sector agro-florestal, no próprio e a jusante do mesmo.</p>	<p>A muito baixa instrução e qualificação da população agrícola, o endividamento de parte dos lavradores, a tendência para a desertificação humana de algumas ilhas mais pequenas.</p>
<p>A presença forte de uma agricultura profissional em estreita associação com o leite e com a presença de organizações da lavoura fortes.</p>	<p>A forte dependência do complexo agro-alimentar regional da Política Agrícola Comum.</p>
<p>A inovação na transformação e em alguns circuitos de comercialização</p>	<p>O padrão de especialização produtiva na produção de laticínios de baixo valor acrescentado unitário, com impactos ambientais, problemas de qualidade e higiene e poder fazedor de preço da indústria.</p>
<p>A inovação nos modos de produção da lavoura.</p>	<p>A excessiva especialização da floresta de produção na criptoméria.</p>
<p>A inovação na diversificação económica da lavoura.</p>	<p>A incipiente presença de fileiras organizadas de produtos de alto valor acrescentado unitário</p>

## 7. Conclusões

Apesar de existirem na RAA alguns pólos urbanos com uma certa dimensão (Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Ribeira Grande), segundo os critérios da OCDE, a RAA é uma região significativamente rural. O seu desenvolvimento é, por definição, rural. A população e os espaços rurais têm de ser valorizados e qualificados e têm de interagir com os pólos urbanos. As profissões ligadas ao sector agro-florestal têm de ser dignificadas.

Ao contrário de outros sectores de actividade económica, o sector agro-florestal ocupa muito território na RAA. Tem por isso impactos significativos, positivos e negativos, no território da RAA. Por parte das autoridades regionais, têm existido esforços no sentido de controlar os impactos negativos do sector e de fomentar os seus impactos positivos, usando para o efeito os instrumentos à disposição da PAC. No futuro próximo, as regras e os instrumentos da nova PAC (condicionalidade, pagamentos Natura 2000, etc.) vão no sentido de contribuir ainda mais para os referidos controlo e fomento.

O esforço de modernização do sector agro-florestal nas últimas décadas tem sido notável e tem de ir mais além, sendo que terá de haver lugar a algum reajustamento e/ou redireccionamento do investimento a realizar no sector. O desenvolvimento de qualquer sector, incluindo o do sector agro-florestal, não deve ser equacionado e implementado à margem do desenvolvimento dos outros sectores. Ou seja, o desenvolvimento de cada sector, incluindo o do sector agro-florestal, mais do que uma finalidade em si tem de ser encarado como um meio de suporte ao desenvolvimento da região. Isto é, deve fazer parte de uma estratégia coerente de desenvolvimento regional.

De forma a melhor servir os objectivos de desenvolvimento regional deverão ser definidas sub-regiões de interesse (comuns a todos os sectores) para a articulação, a coordenação, a modulação e a implementação, com coerência intersectorial, das políticas públicas sectoriais e para o estabelecimento de parcerias para o

desenvolvimento. Quaisquer que sejam as sub-regiões escolhidas, é importante estabelecê-las.

Do ponto de vista do sector agro-florestal, há várias sub-regiões possíveis. Três critérios fundamentais para o seu estabelecimento são: i) A existência de pólos urbanos com alguma dimensão; ii) A forte presença de uma agricultura profissional; e iii) O grau de intensificação da produção agropecuária. Com estes três critérios na RAA existem duas sub-regiões de interesse: i) A sub-região A constituído por Terceira e São Miguel; ii) A sub-região B constituída pelas ilhas mais pequenas: Graciosa, São Jorge, Corvo, Faial, Flores, Pico e Santa Maria.

Na sub-região A: i) São maiores as oportunidades de emprego fora do sector agro-florestal; ii) É maior a dinâmica do sector agro-florestal iii) A produção agropecuária é (relativamente à sub-região B) mais intensiva. Na sub-região B: i) São menores as oportunidades de emprego fora do sector ii) É menor a dinâmica do sector agro-florestal; e iii) A produção agropecuária é extensiva.

Globalmente, as hipóteses de diversificação económica são maiores na sub-região A do que são na sub-região B. Na sub-região B, a diversificação económica terá como principal esteio o sector agro-florestal. Aqui poderá fazer sentido a criação da figura 'Ilhas Com Vida', como estratégia alternativa de valorizar produções locais extensivas de pequena escala.

Na estratégia de desenvolvimento a seguir, quer para os modos de produção relativamente mais intensivos (particularmente presentes na sub-região A) quer para os modos de produção extensivos (presentes nas duas sub-regiões), a aposta deverá ser na Qualidade, no sentido da diferenciação dos produtos do sector e da sua colocação em mercados nicho. O modelo da Qualidade é muito exigente, em particular, no que refere à inovação necessária na produção e comercialização dos produtos e à qualificação da mão-de-obra. Todavia, o modelo garante um valor acrescentado unitário maior e também poderá garantir impactos ambientais negativos mais reduzidos. O modelo da Qualidade poderá vir a contribuir mais para a coesão económica, social e territorial da RAA, para o suporte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, do que o modelo da Quantidade. É preciso dar tempo e

condições para fazer uma transição sem sobressaltos, gradual, do modelo da Quantidade para o modelo da Qualidade.

O modelo da Qualidade requer um sistema articulado de aconselhamento técnico e de apoio à inovação do sector agro-florestal e/ou de extensão rural muito forte. Tal sistema poderá evoluir a partir do sistema de aconselhamento agrícola imposto pela nova PAC, levando em conta a experiência já existente a este nível na região e tendo como suporte uma rede de pólos tecnológicos temáticos – leite, carne, diversificação, floresta, turismo rural e da natureza – que envolva os serviços da administração regional, associações do sector, universidades e empresas que operem no complexo agro-florestal.

Do ponto de vista sub sectorial, no futuro, o leite vai continuar a ser uma mais valia importante para a região, nas duas sub-regiões, particularmente em São Miguel, na Terceira e em São Jorge. Todavia, no que refere à coesão económica, social e territorial da RAA, os contributos do leite vão ser cada vez menores, fenómeno acentuado pelo presente modelo da Quantidade. A carne vai também ser importante, particularmente na sub-região B, em ilhas como as Flores, o Pico e Santa Maria. A seguir vem a diversificação, com maiores possibilidades na sub-região A, onde se encontram os principais pólos urbanos consumidores. Por fim, a floresta.

O modelo da Qualidade tem expressões diferentes nos diversos modos de produção do sector na RAA. Na produção extensiva pecuária a aposta no MPB como modo de diferenciar os produtos deverá ser muito forte. A RAA tem condições únicas para a produção de leite e de carne em MPB. Nos modos de produção relativamente mais intensivos, também é possível apostar na Qualidade e na diferenciação de produtos industriais. O potencial de crescimento do consumo de Queijo no Continente não é passível de ser explorado com queijo flamengo (em bola e barra). Tem de haver inovação nos produtos.

No que refere à marca Açores verde esta pretende vender uma imagem de produtos pecuários de qualidade, feitos à base de erva. No leite, isto significa mais o sistema da transumância do que o sistema da sedentarização. O mesmo tipo de questões se põe em relação à carne. A marca Açores verde não tem de constituir a única saída, no



contexto do modelo da Qualidade, para os produtos agro-pecuários da RAA. Todavia, para que esta marca venha a constituir uma alternativa com futuro no mercado, a realidade dos sistemas de produção agropecuária que a suportem terá de ser consistente com a imagem da referida marca. Ou seja, a marca Açores Verde terá de ser consistente com aquilo que pretende transmitir: produções extensivas, feitas à base de erva, de altíssima qualidade, de preferência em MPB.

No que diz respeito à transição e às políticas públicas a dirigir ao sector agro-florestal há dois grupos de ilhas: i) São Miguel e a Terceira e ii) as outras ilhas. Por um lado, é mais simples, a nosso ver, avançar com o modelo da Qualidade, por via das políticas públicas dirigidas ao sector (Poseima e FEADER), no grupo das outras ilhas do que no grupo de São Miguel e da Terceira. Por outro lado, se é certo que é em São Miguel e na Terceira que a intensificação agrícola assume proporções maiores também é nestas duas ilhas que parece existir maior dinamismo e inovação por parte dos agentes que operam no sector agro-florestal. Ou seja, em São Miguel e na Terceira as preocupações do Governo Regional deverão ser, essencialmente, controlar os impactos ambientais do sector no território e estar atento às inovações (que já existem) deixando o sector fazer o seu caminho. Nas ilhas mais pequenas, o controlo e a formatação das transformações a realizar, por via das políticas públicas, terão de ser maiores.

## Referências

- Ascher, François (1995). *Metapolis ou L'Avenir des Villes*, Editions Oulite Jacob, 1995.
- Avillez, Francisco, Nina Jorge, Manuela, Trindade, Carlos Pedro, Pereira, Nuno, Serrano Pedro e Isabel Ribeiro (2004). *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal: evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*, Livraria Almedina Coimbra, Outubro de 2004.
- Bonfim, Diana e Neves, Pedro D. (2002). Comportamento Cíclico da Economia Portuguesa: 1953-1995. Banco de Portugal / Boletim Económico / Junho de 2002.
- Bryden, J. (1998). "Novas Perspectivas para a Europa Rural: Tendências Globais e Respostas Locais". *LEADER Magazine*, Nº 18, 4-12.
- Casaca, Paulo (1985). O papel do sector leiteiro no desenvolvimento económico dos Açores: uma perspectiva de integração económica, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1985.
- Castells, Manuel (2005). "A sociedade em rede", in Cardoso *et al.*, *A sociedade em rede em Portugal*, Campo das letras, 2005.
- CCE (1988). O futuro do mundo rural, COM (88) 501 final, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 21 de Outubro de 1988.
- CE (2005). Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005.
- CE (2003). Regulamento (CE) N.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003.
- Costa L. e M. Sottomayor (2004). "Aspectos da conversão ao Modo de Produção Biológico em Portugal", Comunicação na 21ª Ovibeja, Revista Ovelha da Associação de Criadores de Ovinos do Sul, Catálogo Oficial da 21ª Ovibeja, Beja, Março de 2004.

Cristovão, Artur (2006). "Desenvolvimento Local, Democracia e Participação Local", in Congresso 30 anos APAP: a Paisagem da Democracia, Porto, Outubro de 2006.

DG AGRI (2003). Agricultural Situation in Portugal, DG AGRI Working Document

DG AGRI (2006). site [http://europa.eu.int/comm/agriculture/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/agriculture/index_en.htm), consultado em Março de 2006.

DRA (2003). Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PRDSRAA), Relatório de Metodologia, Direcção Regional do Ambiente e Universidade do Minho, versão de trabalho, Junho de 2003.

DROTRH (2001). Plano Regional da Água, Direcção Regional de Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) / Secretaria Regional do Ambiente.

DRT (2002). Plano de Ordenamento turístico, Direcção Regional de Turismo (DRT) - Secretaria Regional da Economia, Abril, 2002.

EC (1999). ESDP, European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory, European Commission, Luxemburg.

Gonçalves, A. *et al.* (2005). Turismo Rural e da Natureza: O que é e como funciona? Os casos do Brasil, Cabo Verde, Cuba e Moçambique. ICEP@CONTACTO – 8ª Edição, Agosto de 2005.

GPPAA (2006). <http://www.gppaa.min-agricultura.pt>, consultado em Março de 2006.

HM Treasury and Defra (2005). A Vision for the Common Agricultural Policy, HM Treasury and Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra), December 2005, <http://www.defra.gov.uk/farm/capreform/vision.htm> ou [http://www.gppaa.min-agricultura.pt/ReformaPAC/A\\_Vision\\_for\\_the\\_CAP.pdf](http://www.gppaa.min-agricultura.pt/ReformaPAC/A_Vision_for_the_CAP.pdf),

IFADAP/INGA (2006). A Nova Política Agrícola Comum e a Nova Política de Desenvolvimento Rural, Seminário, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), Porto, 8 de Março de 2006.

IFADAP/INGA (2005). <http://www.inga.min-agricultura.pt>, estatísticas das ajudas por campanha e distrito/ilha, consultado em Abril de 2005.

IFCN (2003). (R)evolution in Dairy Farming, Paper presented at the IDF World Dairy Summit 2003 in Brugge, International farm Comparison Network (IFCN), Federal Agricultural Research Centre (FAL), September 2003. Disponível em <http://www.ifcndairy.org/DR03/IDF-2003.pdf>

INE (2005). Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003.

INE (2004). Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2003.

INE (2001), Contas Económicas da Agricultura 2000

INE (2002), Censos 2001.

INE (2000), RGA 99.

INE (1990), RGA 89.

ISA (1998). Açores – Territórios e Agriculturas, Estudo realizado no âmbito do Protocolo celebrado entre a Secretaria Regional da Agricultura Pescas e Ambiente da Região Autónoma dos Açores e o Instituto Superior de Agronomia de a Universidade Técnica de Lisboa com o objectivo de delinear uma estratégia de desenvolvimento para a agricultura dos Açores, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1998.

MADRP (2006). Plano Estratégico Nacional: Desenvolvimento Rural 2007-2013, versão para discussão pública, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

Niza, J.N. (2005a). Qualidade, Segurança e Inovação: Factores de competitividade das explorações e do sector, ICBAS-UP, comunicação apresentada no V Seminário do CNL – “Perspectivas para o sector leiteiro português na Nova Europa Comunitária”, Ponta Delgada, 28-29 de Outubro de 2005.

Niza, J. N. (2005b). Memorando breve sobre medidas para o sector de produção de leite em Portugal, na próxima década, documento de trabalho, Novembro de 2005.

- OCDE (2001). *A Governância no Século XXI*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Paris, e GEPE-Ministério da Economia, Lisboa, edição portuguesa, 2002.
- OECD (1999). Multifunctionalite: Rapport sur la situation et proposition de travail future. AGR/CA(99)2.
- OECD (1994). Creating Rural Indicators For Shaping Territorial Policy, OECD, Paris.
- Osório, P. (2006). Algumas reflexões sobre o futuro da Região Demarcada do Douro. Documento de trabalho, Vila Real, Abril de 2006.
- Sá, Manuel F. (2000). A evolução da cidade contemporânea – tendências, Conferência Novo Milénio, Câmara Municipal de Aveiro.
- Santos, M.C.R. *et al.* (2005). A Eutrofização das Lagoas das Sete-Cidades e Furnas (S.Miguel-Açores): Análise evolutiva entre 1988 e 2002. Tecnologia da Água, Número 1, Maio de 2005.
- SRA (2004). Relatório do Estado do Ambiente 2003, Secretaria Regional do Ambiente (SRA), 2004.
- SRA (2001). Estudo de caracterização e identificação da paisagem dos Açores, Secretaria Regional do Ambiente (SRA)
- SRAF (2005). Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 - SRAF, 2005, PDRu, relatório anual 2004).
- SRAP (2001). Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) 2000 – 2006, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (SRAP), Janeiro 2001.
- Shucksmith *et al.* (2005). The CAP and the Regions: The Territorial Impact of the Common Agricultural Policy, M. Shucksmith, K.J. Thomson, and D. Roberts (eds.), Wallingford: CABI Publishing.
- Swinbank *et al.* (2004). A Bondscheme for Common Agricultural Policy Reform, Alan Swinbank & Richard Tranter (eds.). Wallingford: CABI Publishing.

Swinbank, A. and S. Tangermann (2001). 'The Future of Direct Payments under the CAP: A Proposal', EuroChoices, Premier Issue.

Ventura, A.G. *et al.* (2006). Evolução do estado trófico das lagoas das Sete cidades e Furnas (São Miguel-Açores): análise evolutiva entre 2000 e 2004, comunicação apresentada no 8º Congresso da Água: Água, sede de sustentabilidade!..., Figueira da Foz, Figueira da Foz, 13 a 17 de Março de 2006.

Wikipedia, História dos Açores. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_dos\\_A%C3%A7ores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_A%C3%A7ores)

Estudos de Fundamentação Técnica  
ANEXO: SECTOR AGRO-FLORESTAL  
Março de 2007



plano  
regional de  
ordenamento do  
território para a  
região autónoma dos  
**açores**

## Índice do anexo

### : Sector agro-florestal

Anexo A – Guião do questionário .....	200
Anexo B – Lista das entidades/individualidades entrevistadas .....	203
Anexo C – Medidas Agroambientais na RAA.....	205
Anexo D – Medidas e Acções previstas no Prodesal.....	206
Anexo E – Cartogramas de Usos e Capacidades de Uso do Solo e Reserva Agrícola Regional.....	209



## **Anexo A - Guião do questionário:**

### Questões iniciais

- 1) Quais os principais traços que caracterizam a evolução do sector agro-florestal nas última década na RAA? Quais as forças e as fraquezas reveladas? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?
- 2) Que futuro se avizinha para o sector agro-florestal na RAA? Quais as oportunidades e as ameaças? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

### O mercado da terra

- 3) Que efeitos têm tido as ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) ligadas à produção sobre a ocupação e os preços da terra agrícola e florestal e sobre o dinamismo do mercado da terra (compra e venda e arrendamento)? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?
- 4) De que modo têm as explorações agrícolas aumentado de dimensão (por via do arrendamento de terra ou por via da sua compra)? O aumento da dimensão das explorações agrícolas tem implicado emparcelamento? Os blocos têm em média a dimensão que permita a mecanização das operações culturais? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?
- 5) Tendo em conta a fragmentação das explorações e a distância média percorrida para chegar aos blocos (parcelas, cerrados), qual o significado dos custos de transporte nos custos totais das explorações agrícolas? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?
- 6) A procura de terra para agricultura e para a floresta tem crescido e vai crescer? A agricultura tem-se intensificado e vai continuar a se intensificar? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

### O mercado do trabalho

- 7) Que importância tem tido e se espera que venha a ter o sector agro-florestal em termos de riqueza e empregos gerados na RAA? Como caracterizaria a típica família

agricultora da RAA (dimensão das famílias, membros, idade, grau de instrução, actividades e fontes de rendimento)? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

8) Têm havido muito êxodo agrícola (isto é, da profissão)? E rural (isto é, dos territórios rurais)? O grau de instrução qualificação dos agricultores é sentido como um dos factores mais limitantes à produção agrícola? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

9) O ritmo de decréscimo de produtores de leite tem sido e espera-se que venha a ser superior, igual, ou inferior ao ritmo de decréscimo de produtores agrícolas? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

O mercado do capital

10) Que evolução tem existido e se espera vir a existir no que refere à aquisição de equipamentos por parte dos agricultores? Pode-se afirmar que, no presente, ainda há um défice de mecanização no sector? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

11) Que tipo de agricultores recorrem ao crédito formal para que tipo de investimentos? Há crédito informal? E microcrédito? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

O mercado do produto

12) A maioria dos agricultores estão e espera-se que venham a estar cobertos por ajudas da PAC ou, pelo contrário, as referidas ajudas estão e espera-se que venham a estar concentradas num número cada vez mais reduzido de agricultores? Se todos os subsídios da PAC fossem subitamente eliminados a agricultura da RAA subsistiria? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

13) A que preço é transaccionada a quota de leite no presente na RAA? A quota de leite é transaccionável entre ilhas ou apenas dentro de cada ilha? As quotas leiteiras têm sido limitantes ao desenvolvimento do subsector? A Quota de leite para a RAA vai aumentar? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

14) Como caracterizaria o típico produtor de leite? E o típico produtor de carne? A carne de bovino provém na sua maioria de efectivos de vacas leiteiras? A que preços

são pagos o leite e a carne de bovino aos produtores? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

15) Como caracterizaria os sistemas de ordenha no presente na RAA (ordenha mecânica móvel, ordenha mecânica fixa, ordenha de balde, ordenha manual)? Que problemas existem no que refere à refrigeração e à qualidade (bacteriológica) do leite? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

16) Quais os principais pontos de venda dos produtores dos diversos produtos agro-florestais (leite, carne de bovino, horto frutícolas, floresta, etc.)? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

17) Quais os principais problemas que os produtores agro-florestais enfrentam na comercialização dos seus produtos (ausência de pontos de venda, distância aos pontos de venda, baixos preços, falta de informação sobre os mercados relevantes, outras dificuldades na comercialização, etc.)? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

18) Que impactos ambientais negativos tem tido o actual perfil de especialização produtiva na pecuária de leite no território da RAA? Até que ponto a ecocondicionalidade da recém reformada PAC vai obrigar a internalizar esses efeitos ou será necessário uma reconversão? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

A agricultura, a floresta e as alternativas de reconversão

19) Há ou não e porquê uma necessidade de reconversão do sector agro-florestal na RAA? Que diferenças há a assinalar entre ilhas?

20) Que alternativas existem à reconversão das explorações agrícolas e florestais na RAA, quais as principais implicações (exigências) dessas alternativas e quais as principais barreiras à sua implementação? Que diferenças há assinalar entre ilhas?

(Jersey, Ramo Grande, horto frutícolas, outras produções agrícolas, produtos florestais, mercados, qualificação e suporte técnico dos produtores).

## **Anexo B - Lista das entidades/individualidades entrevistadas:**

- 1) Senhor António Azevedo, Presidente da Direcção da União das Cooperativas Agrícolas de S. Jorge, U.C.R.L, e mais dois elementos da Direcção, São Jorge, 12.09.2005;
- 2) Engenheiro Paulo Silveira e Engenheira Fátima Osório, Desenvolvimento Agrário de São Jorge –Urzelina, São Jorge, 12.09.2005;
- 3) Senhor José Leovigildo, Fábrica da Indústria Conserveira, Calheta de S. Jorge, São Jorge, 13.09.2005;
- 4) Engenheira Fátima Amorim, Directora da Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura, Angra do Heroísmo, Terceira, 13.09.2005;
- 5) Engenheiro João Amaral, Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, Angra do Heroísmo, Terceira, 13.09.2005;
- 6) Professor Tomaz Dentinho, Universidade dos Açores Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo, Terceira, 14.09.2005;
- 7) Professor Eduardo Dias, Universidade dos Açores Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo, Terceira, 14.09.2005;
- 8) Professor Artur Machado, Universidade dos Açores Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo, Terceira, 14.09.2005;
- 9) Senhor Paulo Caetano Ferreira, Lavrador, ex-presidente da Federação Agrícola dos Açores, Angra do Heroísmo, Terceira, 14.09.2005;
- 10) Senhora Maria João Machado, Lavradeira, Agroturismo, Herdade de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> das Graças, Lomba da Maia, São Miguel, 15.09.2005;
- 11) Senhor Humberto Silva, Bovinaçor, Rua Abelheira, Fajã de Baixo, São Miguel, 15.09.2005;
- 12) Senhor Virgílio Oliveira, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses, Centro de Bovinicultura – Arribanas – Arrifes, São Miguel, 15.09.2005;

- 13) Eng. João Lança, Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas – IAMA, Ponta Delgada, São Miguel, 16.09.2005;
- 14) Senhor Jorge Rita, Associação Agrícola de São Miguel, Recinto da Feira, Campo de Santana, Ribeira Grande, São Miguel, 16.09.2005.

## **Anexo C - Medidas Agroambientais na RAA**

O Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) contempla sete medidas agroambientais organizadas em 3 grupos, por grandes objectivos:

a) Grupo I - Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água

- Medida I.1.- Agricultura Biológica,
- Medida I.2.- Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária,
- Medida I.3.- Protecção de Lagoas,

b) Grupo II - Preservação da paisagem e de espaços cultivados de elevado valor cultural e patrimonial, com características históricas e tradicionais nas terras agrícolas,

- Medida II.1.- Conservação de curraletas e lagidos da cultura da vinha
- Medida II.2.- Conservação de sebes vivas para protecção de culturas perenes,

c) Grupo III – Protecção da diversidade genética

- Medida III.1. - Manutenção da paisagem endémica em terrenos agrícolas
- Medida III.2. – Protecção da raça bovina autóctone “Ramo Grande”

Segundo o PDRu, a maior parte das verbas das medidas agroambientais foram usadas no passado na manutenção da extensificação da produção pecuária (98%).

## Anexo D - Medidas e Acções previstas no Prodesa

Acção	Produto	Sub-Acção	Designação das Sub-Acções
<b>Acção 2.1.1</b> Ordenamento Agrário	1170	2.1.1.1	Estrutura fundiária
	1171	2.1.1.2	Caminhos agrícolas
	1172	2.1.1.2	Caminhos rurais
	1173	2.1.1.3	Abastecimento de água
	1174	2.1.1.4	Abastecimento de energia eléctrica
<b>TOTAIS da Acção 2.1.1</b>			
<b>Acção 2.1.2</b> Infra-estruturas Regionais de Abate	1175	2.1.2.1	Infra-estruturas Regionais de Abate
<b>TOTAIS da Acção 2.1.2</b>			
<b>Acção 2.1.3</b> Desenvolvimento Sustentável da Floresta	1176	2.1.3.1	Beneficiação do sector florestal
	1177	2.1.3.2	Valorização dos espaços e recursos florestais de interesse público
<b>TOTAIS da Acção 2.1.3</b>			
<b>Acção 2.1.4</b> Valorização do Espaço Natural e do Património Rural	1178	2.1.4.1	Conservação e reparação dos atributos paisagísticos tradicionais
	1179	2.1.4.2	Recuperação e valorização do património e dos núcleos populacionais em meio rural
<b>TOTAIS da Acção 2.1.4</b>			
<b>Acção 2.1.5</b> Experiências de Carácter Demonstrativo	1180	2.1.5.1	Experiências de Carácter Demonstrativo
<b>TOTAIS da Acção 2.1.5</b>			
<b>Acção 2.1.6</b> Catástrofes naturais	1181	2.1.6.1	Apoios para a reconstrução de edifícios e reparação de infra-estruturas públicas
	1182	2.1.6.2	Apoios para a reposição do potencial de produção afectado
<b>TOTAIS da Acção 2.1.6</b>			
<b>TOTAIS da Medida 2.1</b>			

Acção	Produto	Sub-Acção	Designação das Sub-Acções
<b>Acção 2.2.1</b> Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	1183	2.2.1.1	Outros projectos - Outros agricultores
	1184	2.2.1.2	Outros projectos - Jovens agricultores
	1185	2.2.1.3	Projectos pequenos - Outros agricultores (DRDA)
	1186	2.2.1.4	Projectos pequenos - Jovens agricultores (DRDA)
	1187	2.2.1.5	Micro-projectos (DRDA)
<b>TOTAIS da Acção 2.2.1</b>			
<b>Acção 2.2.2</b> Apoio à Instalação de Jovens Agricultores	1184	2.2.2.1	Apoio à Instalação de Jovens Agricultores (associada a Outros Projectos)
	1186	2.2.2.1	Apoio à Instalação de Jovens Agricultores (associada a Pequenos Projectos)
<b>TOTAIS da Acção 2.2.2</b>			
<b>Acção 2.2.3</b> Apoio ao Sector Florestal	1188	2.2.3.1	Beneficiação do sector florestal - Arborização e reflorestação
	1189	2.2.3.1	Beneficiação do sector florestal - Viveiros e sementes
	1190	2.2.3.2	Promoção de novos mercados
	1191	2.2.3.3	Organização da produção
<b>TOTAIS da Acção 2.2.3</b>			
<b>Acção 2.2.4</b> Apoio ao Investimento nas Empresas de Colheita, Tranformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Florestais	1192	2.2.4.1	Sector agro-industrial
	1193	2.2.4.2	Sector florestal
<b>TOTAIS da Acção 2.2.4</b>			
<b>Acção 2.2.5</b> Incentivos à Produção Regional de Qualidade	1194	2.2.5.1	Apoio à certificação dos produtos de qualidade
	1195	2.2.5.2	Apoio à comercialização e à prospecção de novos mercados
<b>TOTAIS da Acção 2.2.5</b>			
<b>Acção 2.2.6</b> Desenvolvimento de Serviços Agro-rurais Especializados	1196	2.2.6.1	Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações Agrícolas
	1197	2.2.6.2	Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura - Serviços de Caracter Geral
	1352	2.2.6.2	Serviço Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura - Serviços Específicos para o Sector Pecuário
<b>TOTAIS da Acção 2.2.6</b>			
<b>Acção 2.2.7</b> Engenharia Financeira	1198	2.2.7.1	Engenharia Financeira
<b>TOTAIS da Acção 2.2.7</b>			
<b>Acção 2.2.8</b> Acções Plurianuais em Curso Aprovadas ao Abrigo do QCA II	680	2.2.8.1	Ajudas à Contabilidade de Gestão
<b>TOTAIS da Acção 2.2.8</b>			
<b>TOTAIS da Medida 2.2</b>			



Acção	Produto	Sub-Acção	Designação das Sub-Acções
<b>Acção 6.2.1</b>			
Assistência Técnica FEOGA-O	1366	6.2.1.1	Assistência Técnica FEOGA-O
<b>TOTAIS da Acção 6.2.1</b>			
<b>TOTAIS da Medida 6.2</b>			

## Anexo E - Cartogramas de Usos e Capacidades de Uso do Solo e Reserva Agrícola Regional